

ainda mais significativa de peixes, estes serão servidos ao longo do dia como aperitivo entre a bebericagem das cervejas.



Figura 16: Composição de imagens representando os banhos de sol e rio. As práticas de lazer mais comuns entre os acampantes. O consumo de cerveja é constante. Autoria: Ramos, 2010.

As sextas após a refeição fazem-se constantemente presentes, a ponto de, durante os trabalhos de intervenção, e na coleta de dados desta pesquisa, ter o cuidado de respeitar esse momento. A chegada de qualquer membro externo ao acampamento no horário do sol a pino, em que todos tiram seus respeitáveis cochilos, pode ser recebida por um silêncio generalizado e reinante, pois nem mesmo os cães que eventualmente encontramos nos locais conseguem vencer o chamado biológico do repouso sob o período de tamanho calor.

A tarde é continuada com mais banhos de rio e sol, bebidas e aperitivos. Outra pescaria é feita como preparação para chegada da noite, horário em que é exigida dos pescadores uma indumentária especial contra os enxames violentos dos mosquitos hematófagos. Aliás, os mosquitos se constituem códigos de flagelo corporal no rio Araguaia, e por eles, ou contra eles, há um discurso recorrente de indignação. A natureza selvagem encontra aqui, para os acampados, seus maiores expoentes. Além disso, tomando a analogia que aprofundaremos no próximo capítulo, nos acampamentos do rio Araguaia, em semelhança às festas de romarias religiosas, e sendo estas últimas caracterizadas, como nos lembra Steil (1996), pelos suplícios e sacrifícios, os mosquitos são, do ponto de vista da corporeidade, a maior das penitências pelas quais se sujeitam os romeiros do Araguaia.

Na festa da romaria das águas, a caída da noite é celebrada com mais uma refeição, às vezes fogueira e músicas, e muita bebida. Os geradores de energia, quando presentes, estão ligados a toda potência, mantendo acessas as luzes, que competem com o brilho da lua e seu reflexo na areia, funcionando os chuveiros e freezers e essencialmente, para manter acessos os corpos e mentes embevecidos pelas cervejas e sol a continuar a festa (Figura 17). Os órgãos fiscalizadores dos acampamentos nas praias do Araguaia instruem para que os geradores sejam desligados na madrugada, além dos mesmos necessitarem de um abafador de som. Isso para não incomodar a fauna local e os vizinhos das praias a montante ou a jusante.

A normatização das atividades pelos órgãos governamentais funciona como um imperativo de ordenamento, organização e de imposição de limites para as práticas sociais desenvolvidas durante a temporada nos acampamentos, como enfatizado por Canclini (1983) em cuja discussão sobre festas nos apoiaremos no capítulo seguinte.



Figura 17: A noite nos acampamentos. Neste, a organização das atividades noturnas e a preparação para a festa. Autoria: Ramos, 2010.

Há sempre uma fala de reclamação em relação ao acampamento vizinho, no que tange a questão do silêncio (ou a falta dele) e ao cumprimento das *Normas de Convivência com o Rio*. Estas normas distribuídas anualmente pelo IBAMA nas praias e muito divulgadas

pela mídia, não têm peso de lei, mas funcionam como um ‘acordo entre cavalheiros’, um contrato social e psicológico de política de ‘boa vizinhança’ e de ‘preservação ecológica’ para o rio.

Isso se torna significativo para as relações ambientais entre os atores sociais e a integridade ecológica do rio, pois o Araguaia, neste momento é um elemento simbólico da ruptura com a normatização do comportamento socialmente aceito, imposto e vivido pelos atores no cotidiano, aqui nos aproximando da fenomenologia das festas como proposta por Duvignaud (1983). Ali é o local da saída, da fuga do cotidiano, e do momento de “*recarregar as baterias*” (Dona M., 69 anos). Esse discurso fundamenta outros comportamentos e atitudes que não são aceitos e ou tolerados no local de origem das práticas e em meio aos seus grupos sociais (DUVIGNAUD, 1983), o que justifica, por exemplo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas ao longo de um dia e noites inteiras.

Uma revisão do discurso de valorização do rio Araguaia, cujos vetores mediáticos-sustentáveis, e, sobretudo o vetor mítico-religioso (OLIVEIRA, 2010) que crie limites simbólicos e normativos para as práticas humanas nos ambientes de maior vulnerabilidade ecológica, como no caso do Araguaia e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ocupadas (as próprias praias), podemos recorrer ao risco da continuidade, da potencialidade ou do retorno as hodiernas práticas de caça e pesca de extermínio, muito costumeiras nas águas do Berohocy, mas que foram minimizadas com as ações de normatização legislativas e punitivas, e com as ações de fiscalização e educação ambiental que sumariamente são desenvolvidas, mas que, ainda sim, causam efeitos positivos em vistas à integridade do rio (ver gráficos a seguir).

2.3 Diagnóstico ambiental dos acampamentos – o comportamento ambiental e as representações frente à própria prática

As práticas ambientais nos oferecem um demonstrativo de nossas concepções sobre o ambiente que nos cerca e sobre o nosso próprio papel diante da realidade do mundo-vivido. O comportamento é uma representação de nossas percepções e concepções sobre a vida, sobre o ambiente; são materializações do nosso imaginário e das concepções de mundo fundamentados pela cultura (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 2004) Aquilo que nos escapa ao discurso acaba sendo revelado pelo comportamento. Nesse sentido, com intuito de configurar a prática, os dados objetivos coletados pelo questionário funcionam como impressões gerais sobre essas práticas.

O questionário aplicado nos acampamentos teve como objetivo a configuração do perfil dos atores e do acampamento, os aspectos socioeconômicos relacionados à estruturação do acampamento e às concepções gerais sobre práticas ambientais (geração de resíduos, fiscalização, taxas etc.) e sobre a dinâmica do rio. Os gráficos a seguir

apresentam os dados coletados no ano de 2004, em 34 acampamentos localizados no perímetro do município de Aruanã/GO (Anexo B). A eles comparamos os dados coletados no ano de 2010, nos 30 acampamentos visitados no mesmo perímetro acima citado (Apêndice A). Os dados quantitativos são a porcentagem das repostas obtidas frente à amostra da coleta. A análise foi feita com base no conteúdo referente às questões aglutinadas em três temas: *Perfil dos acampamentos* (Figura 18), *Práticas Ambientais* (Figura 22) e *Representações sobre o Rio e sobre a Prática* (Figura 25). Mesmo considerando a diferença relativa ao período de anos que se passaram desde a primeira pesquisa (seis anos), essa sobreposição nos dará algumas impressões gerais a respeito do comportamento e das representações dos atores frente à prática cultural no rio e das mudanças ocorridas tanto na própria prática quanto nos aspectos do ambiente físico.

2.3.1 O Perfil dos Acampamentos

Em relação à *origem dos acampados*, os acampamentos localizados nas proximidades do município de Aruanã, e que foram contemplados no trabalho de campo de 2004 e de 2010 são, em sua maioria de grupos originários do município de Goiânia/GO. Em 2004, 85% dos acampamentos foram de grupos provenientes de Goiânia ante a 68% em 2010. Isso porque, em 2010, o quantitativo dos grupos provenientes dos municípios do interior de Goiás (25%) aumentou em relação a 2004, além de haver também uma pequena representação de atores de outros Estados (7%), como por exemplo, São Paulo e Distrito Federal (Brasília), segundo o esclarecimento dos entrevistados. Em 2004, não obtivemos relatos de pessoas oriundas de outros estados, conforme o gráfico (Figura 18). O grande número de pessoas oriundas de Goiânia pode ser atribuído ao fator distância, já que o município de Aruanã é, dentre os demais pontos de acesso mais populares às praias do Araguaia, o município de maior proximidade (315 km).

Além disso, os dados também nos confirmam um pressuposto significativo para a pesquisa. O rio Araguaia é um rio interestadual. No trecho correspondente à pesquisa, o rio é a fronteira, o divisor geográfico e político entre os estados de Mato Grosso e Goiás. Mesmo considerando que o porto de acesso utilizado pelos atores para as praias trata-se de um município do estado de Goiás - Aruanã, poderíamos esperar a presença de grupos oriundos também de Mato Grosso, já que há também nesta margem fazendas e casas particulares e que a formação das praias ocorre de ambos os lados. Ou seja, a dinâmica geomorfológica da formação das praias se sobrepõe aos limites geopolíticos no Araguaia, mas a prática cultural está, na região, circunscrita à Goiás.

Essa afirmação pode ser novamente assegurada por dados coletados na pesquisa de 2004, quando das inferências aos acampamentos localizados na região do município de Cocalinho/MT.

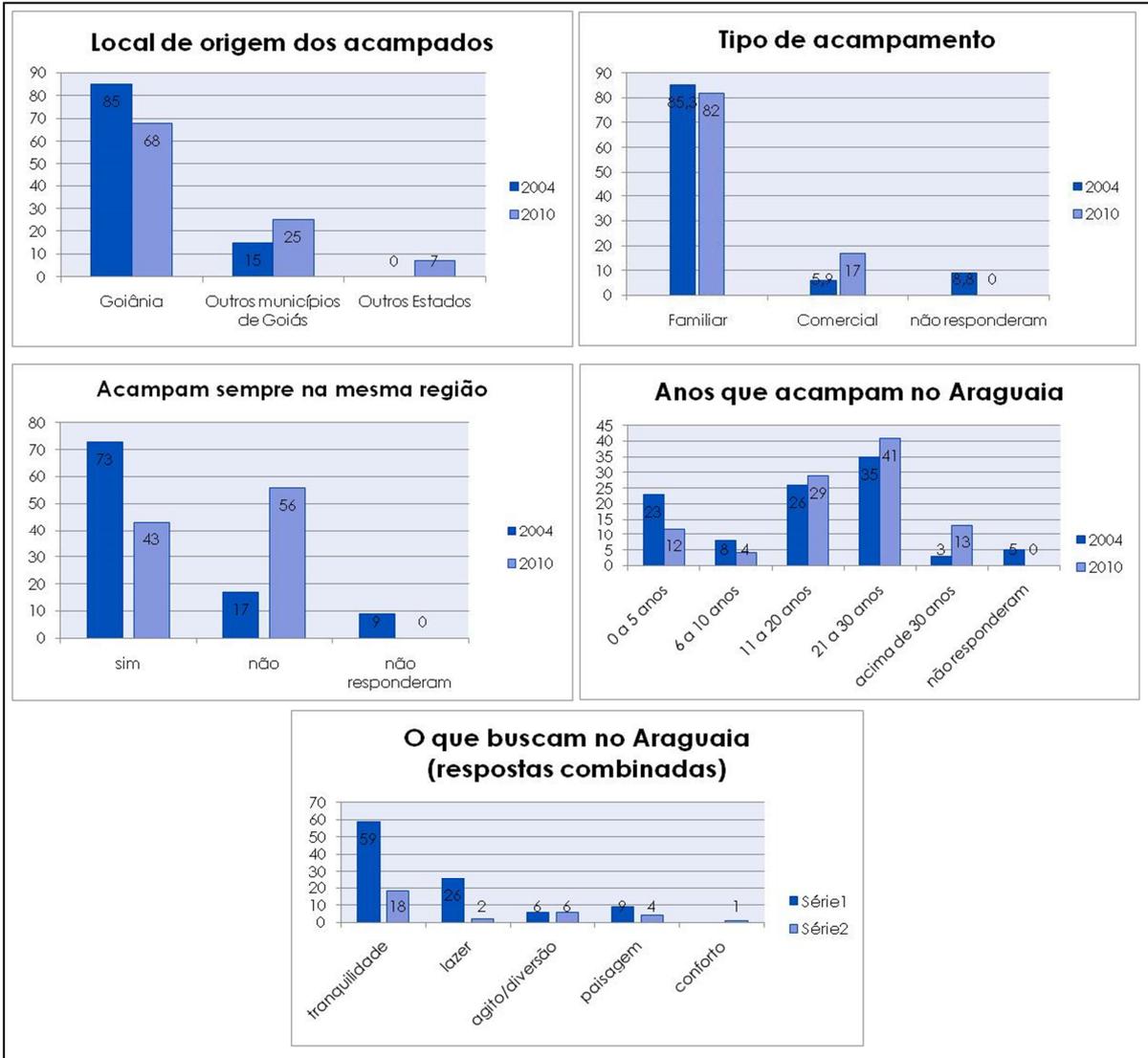


Figura 18: Gráficos sobre o perfil dos acampamentos localizados na região de Aruanã/GO. Fonte: Coleta de dados em trabalho de campo da autora, anos 2004 e 2010.

Na Figura 19, apresentamos os dados da origem dos acampamentos dessa região. Podemos constatar, portanto, que mesmo em se tratando de um ponto de acesso localizado na margem mato-grossense da fronteira, todos os acampamentos são de grupos oriundos de Goiás.

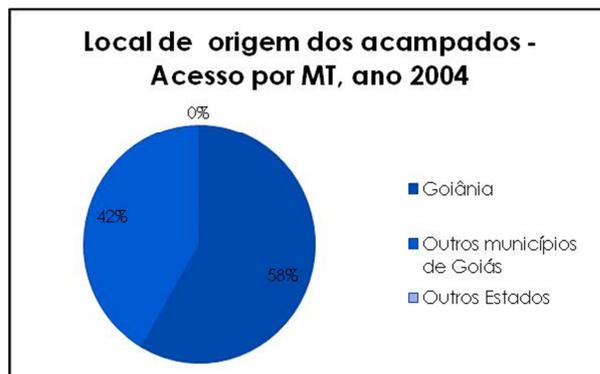


Figura 19: Gráficos sobre a origem dos acampamentos localizados na região de Cocalinho/MT. Fonte: Coleta de dados em trabalho de campo da autora, anos 2004.

Dado o processo de ocupação do território goiano, a relação histórica e cultural com o rio Araguaia pode ser uma causa que apontamos para explicar esse fato. A relação afetiva do goiano pelo rio tem origem na sua própria formação histórica e cultural. A proximidade da antiga capital de Vila Boa e mesmo da atual capital Goiânia, bem como suas representações simbólicas como centros políticos do estado, fortalecem e são, ao mesmo tempo, fortalecidos, por essa relação. Também segundo o PRODIAT, em seus estudos realizados ainda na década de 1980, já naquele período “o turismo que atualmente se realiza através de ‘acampamentos’ nas margens do Araguaia (...) é originário de Goiás, e decorre da facilidade de acesso por Aruanã” (PRODIAT, 1985, p. 111). Notemos que o documento considera o turismo na região como decorrente dos acampamentos. Tratando-se de um estudo público, o PRODIAT reforça a perspectiva economicista da turistificação do Araguaia, ao mesmo tempo em que o considera decorrente dos acampamentos.

Conforme apresentamos ainda na Figura 18, no que se refere ao *tipo de acampamento*, a maior parte dos acampamentos é considerada pelos próprios acampados como acampamentos familiares, 85,3% em 2004; 82% em 2010. Em 2010, podemos dizer que aumentou, no entanto, a quantidade de acampamentos considerados comerciais. Os acampamentos ditos comerciais (5,9% em 2004 e 17% em 2010) são, a maior parte, acampamentos da categoria *Super-estrutura e conforto*, conforme nossa classificação, havendo também acampamentos da categoria *Conforto Médio a Alto e Estrutura Rústica*, muito embora em menor expressividade. Já os acampamentos familiares podem ser enquadrados nas três categorias (*Super-estrutura e conforto*; *Conforto Médio a Alto e Estrutura Rústica* e *Acampamentos rústicos*). No entanto, mesmo que alguns destes acampamentos comerciais sejam assim classificados por cobrarem uma certa quantia de seus acampantes para que os mesmos permaneçam no acampamento, essa cobrança não se dá a revelia ou de uma forma totalmente aberta. Só são aceitos nestes acampamentos, mesmo às custas de pagamento, uma determinada clientela, ou seja, acampantes e familiares que possuem um vínculo com outros membros do acampamento ou com a instituição do qual ele é pertence ou trabalha. Desta forma, a cobrança pela permanência no acampamento não exclui o fato de que acampar seja uma prática tradicional para o acampante.

No que diz respeito aos *anos em que acampam no Araguaia*, a maior parte dos acampamentos, tanto em 2004 (35%) quanto em 2010 (41%), possui a tradição de acampar no Araguaia há mais de 20 anos, considerados por nós como de terceira geração de acampantes. Também é expressivo o quantitativo de acampamentos que existem há mais de 10 anos (26% em 2004 e 29% em 2010). Em menor quantidade estão os acampamentos que surgiram há cerca de cinco anos (23% em 2004 e 12% em 2010), os de primeira geração. Há também, em menor quantidade, acampamentos que existem há mais de 30

anos, os que consideramos estar na quarta geração de acampantes. Estes nos serão fundamentais para a discussão sobre a representação enunciada pela memória coletiva, e pela base subjetivo-afetiva dos acampados para com o Araguaia. Nestes acampamentos também coletamos o histórico da ocupação das praias e a relação afetivo-cultural desses acampantes em tempos passados, baseados na memória dos atores mais idosos, refletidos na ocupação das praias no tempo presente, como discutiremos no capítulo quatro. No próximo capítulo aprofundaremos a discussão no conceito de tradição, mas já é possível antecipar que, mesmo estes acampamentos mais recentes, a que chamamos de primeira ou de segunda geração, são também considerados tradicionais, dado as características de continuidade, repetição e base simbólica (GIDDENS, 2005), mesmo aqueles em que haja uma hiper-modernização e relação mercadológica.

Em relação à *localização da região dos acampamentos*, em 2004 (73%) o quantitativo de acampamentos localizados sempre na mesma região foi significativamente maior do que em 2010 (43%). Enquanto que em 2004, 73% dos entrevistados afirmaram que sempre acampavam na mesma região, em 2010 56% afirmaram ter mudado de região. É importante esclarecer também que região aqui é entendida também como mudança de praia. A resposta foi colocada desta maneira, como região e não praia, pois sabemos que a praia propriamente dita nunca é a mesma, dada a dinâmica do rio. Essa mudança foi justificada pelos atores por dois motivos. O primeiro diz respeito à questão econômica. Alguns acampamentos são formados por grupos dissidentes de outros acampamentos do tipo comercial, como explicamos anteriormente quando da descrição das categorias de acampamentos. A opção pela saída e construção de um novo acampamento do tipo familiar foi feita justamente pelo fato de o acampamento ter, há alguns anos, adotado a cobrança da “diária” de cada acampado (Sr. D., acampante há 12 anos; Casal M. acampantes há 28 anos). O custo na construção de um novo acampamento e elementos de motivação psico-social, como privacidade e tranquilidade, atribuídos aos acampamentos familiares foram motivadores dessa mudança de região/praias.

O outro motivo que impulsionou alguns acampamentos à mudança de região é a prática colegiada da reserva de praias, característica que é ao mesmo tempo reflexo da tradição e da turistificação de certos acampamentos. Alguns acampamentos considerados mais tradicionais, que em geral são acampamentos do tipo comercial ou os do tipo familiar da categoria *super-estrutura e conforto*, já adquiriram, pelos anos de recorrência, um direito consensual a uma propriedade simbólica das praias “coroadas”, em determinados pontos a partir das referências naturais presentes no rio. É a tradição que se reforça a partir do ambiente criando territórios, cuja tradição permite a apropriação simbólica. Os ribeirinhos e os Karajá desempenham ali um papel fundamental, dado seus conhecimentos tradicionais sobre o rio, para a escolha das praias mais adequadas para o acampamento, com o banco

de areias mais extensas e sem lama, e com o trecho do rio mais adequado para o banho. Na época do coroamento das praias, esses saberes tradicionais são fundamentais para o início da montagem dos acampamentos, quando esse grupo, pago pelos organizadores do acampamento, faz logo a demarcação desta ou daquela praia, para este ou aquele acampamento. Essa prática é confirmada em diversos relatos, inclusive dos próprios organizadores dos acampamentos cuja ambiente se territorializa.

Ramos: Como funciona a escolha da praia?

Sra. T., acampante desde a década de 1950: *Normalmente começinho de maio, as praias já estão coroando então agente já vê “ó, aqui dá banho bom” e quem faz o rancho é sempre uma pessoa de Aruanã... ele vem e põe a placa com o nome do acampamento, mas logo já vem e começa a montar.*

Ramos: Como é essa questão do acordo sobre as praias? A questão da reserva da praia?

Sr. P., organizador do acampamento a 12 anos: *É porque a credibilidade nas montagens... isso aí que vai dando credibilidade, é o exemplo e o próprio ribeirinho respeita...*

Ramos: Então quando o rio baixa, surge essa praia e todo mundo sabe “ali é a praia da ASBEG”

Sr. P: *É!*

Ramos: E ninguém nunca acampou na praia de vocês?

Sr. P: *Não ... tem um ribeirinho que já foi funcionário da ASBEG e aposentou ele, quando chega abril ele já começa a tomar as providencias, vem o põe uma placa. Ai todo mundo já sabe...*

Essa demarcação do território é feita por placas ou pela própria estrutura básica inicial do acampamento que será montado. A Figura 20, a seguir, ilustra uma destas placas fixadas nas praias e no relato do Sr. G, 68 anos, podemos notar que a montagem de seu acampamento foi iniciada ainda com “as águas pelos joelhos”.



Figura 20: Composição de imagens apresentando as placas indicativas da reserva de praia. Autoria: Ramos, 2010.

A reserva de praia é respeitada pelos demais grupos que chegam ao rio sem lugar pré-determinado para acampar. Estes buscam outra praia ou um afastamento cujo critério é bastante aleatório, da pequena placa fixada na areia. Há, conforme relato das falas dos atores, um “acordo de cavalheiros” entre todos os acampantes. Esse respeito ao território alheio é fundamentado apenas por uma normativa consensual de política de boa vizinhança

e de respeito ao espaço alheio, muito embora isso não seja suficiente para eximi-los de conflitos. Há reclamação recorrente dos acampados, que denunciam uma propriedade imposta por grandes acampamentos sobre suas praias preferidas. De uma territorialidade afetiva e topofílica, alguns acampamentos passam a determinar, contraditoriamente, territórios estruturais privados sobre um bem público, que é a praia. A imposição sobre essa propriedade é simbólica e micropolítica (PELBART, 2000), uma vez que não há, do ponto de vista do direito legal, uma regulamentação desta posse. Os relatos que se seguem, imprimem mostras dos conflitos gerados por estes territórios:

Ramos: Então, como funciona a escolha da praia? Vocês reservam? Fica reservado até quando?

Sr. R: *Aqui nós compramos...Nós pagamos pelo terreno*

Ramos: Paga para quem?

Sr. R: *Pros ribeirinhos daqui mesmo, por exemplo, o rapaz aqui teve que brigá com o outro porque tinha invadido*

Ramos: Então quando o rio começa a baixar vocês ligam pros ribeirinhos?

Sr. R: *É, aí ele reserva, faz o rancho e eles já estão acostumados, já conhece. Se outra pessoa chegar de fora, aí acampa de qualquer jeito porque aqui tá reservado. E aqui não tem apoio da prefeitura, turista não...*

Estes elementos como a modernização dos acampamentos, a cobrança de diária, a reserva de praia e a estruturação de Aruanã para o turismo têm dado outra característica à dinâmica dos acampamentos na região de Aruanã – uma “turistificação” dos acampamentos. Segundo o Sr P., 39 anos, ribeirinho e piloto do porto de Aruanã/GO, há cerca de cinco anos alguns moradores do município passaram também a fazer a reserva das praias e ali construir um rancho próprio, de categoria dos *acampamentos rústicos*, para alugar a turistas que chegam a Aruanã, que desejam acampar, mas que não possuem equipamentos próprios, nem conhecimento técnico para a construção de ranchos (Figura 21). Dialeticamente, estas características acabam por reforçar a tradição dos acampamentos, ao mesmo tempo em que a reconfigura na contemporaneidade.

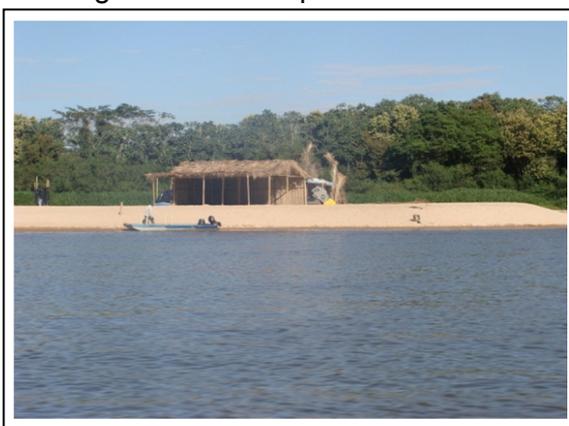


Figura 21: Imagem mostrando um rancho de aluguel ainda vazio, aguardando a chegada de novo grupo. Fonte: Ramos, 2010.

Na questão referente ao que o ator *busca no Araguaia* (Figura 18), ou seja, o que motiva a escolha da região e da praia para o acampamento, a resposta significativamente

mais recorrente foi a da busca por tranquilidade, (56% em 2004 e 18% em 2010). As respostas para este item do questionário foram do tipo combinada entre dois ou mais itens, e outro motivador significativo que aparece nas respostas foi a busca pelo lazer (26% em 2004) e por paisagem exuberante (9% em 2004). No ano de 2010, houve uma mudança no quantitativo referente ao motivador, pois em terceiro lugar aparece a busca por agito/diversão. Isso pode ser explicado também pelo aumento do número dos acampamentos comerciais no ano de 2010, considerando que a programação de lazer e festividade destes acampamentos, aproximam-se mais do grupo que busca por diversão. Veremos a seguir, como os acampamentos aqui descritos por seus perfis desenvolvem suas práticas no ambiente e como as representam.

2.3.2 Práticas Ambientais

A relação que o indivíduo tem com o ambiente é, muitas vezes, a base que irá imprimir o nível de cuidado com o mesmo. O comportamento perante as questões relativas ao ambiente que se vive é, dentre diversos fatores, também a materialização dos aspectos simbólico-afetivos do grupo para com o meio. A premissa do senso comum que diz que “quem ama, cuida” pode ser verdadeira, desde que o grupo tenha o conhecimento correto dos mecanismos adequados, tenham condições e pré-disposições micropolíticas e econômicas, e que estejam internamente e autenticamente motivados em partir para ação na defesa do *cuidar, das* para melhores práticas com o ambiente. Nesse sentido, a quantidade e o nível de informação que chega aos grupos acampados nas praias do rio Araguaia são fundamentais para que as atividades socioculturais dos grupos humanos ali instalados busquem mitigar as agressões ecológicas a elas inerentes.

Como nos diz Oliveira (2010) é inegável que os vetores políticos e mediáticos na contemporaneidade tenham incorporado em seus discursos a questão da sustentabilidade ambiental. Essa discussão rompeu, há muito, os limites dos vetores educativos formais, sendo incorporada, perante a própria necessidade que se faz urgente, aos demais vetores simbólicos socioculturais. Assim, mesmo tendo como pressuposto que a maior parte dos atores acampados no Araguaia tenham um mínimo de informações sobre as práticas e o manejo correto de certas questões ambientais, esse conteúdo não é garantia de que desenvolverão as melhores práticas ambientais para aquele local. Por isso, as campanhas de educação ambiental para o ordenamento ambiental do Araguaia, com base na transmissão de informações e de sensibilização desenvolvidas por órgãos governamentais e não-governamentais são ainda muito fundamentais. Ainda que possam ser consideradas pontuais e repletas de elementos geradores de críticas, são também importantes para garantir a mudança comportamental dos atores em um ambiente de fragilidade ecológica e utilizados como lugar de descanso e integração com este. As ações político-governamentais

desenvolvidas nos acampamentos podem, por sua vez, contribuir positivamente para a propositura de ações objetivas e concretas em relação à realidade ambiental materializada, e, contraditoriamente, contribuir para que haja um retrocesso frente à mudança paradigmática na relação ambiental (Figura 22).

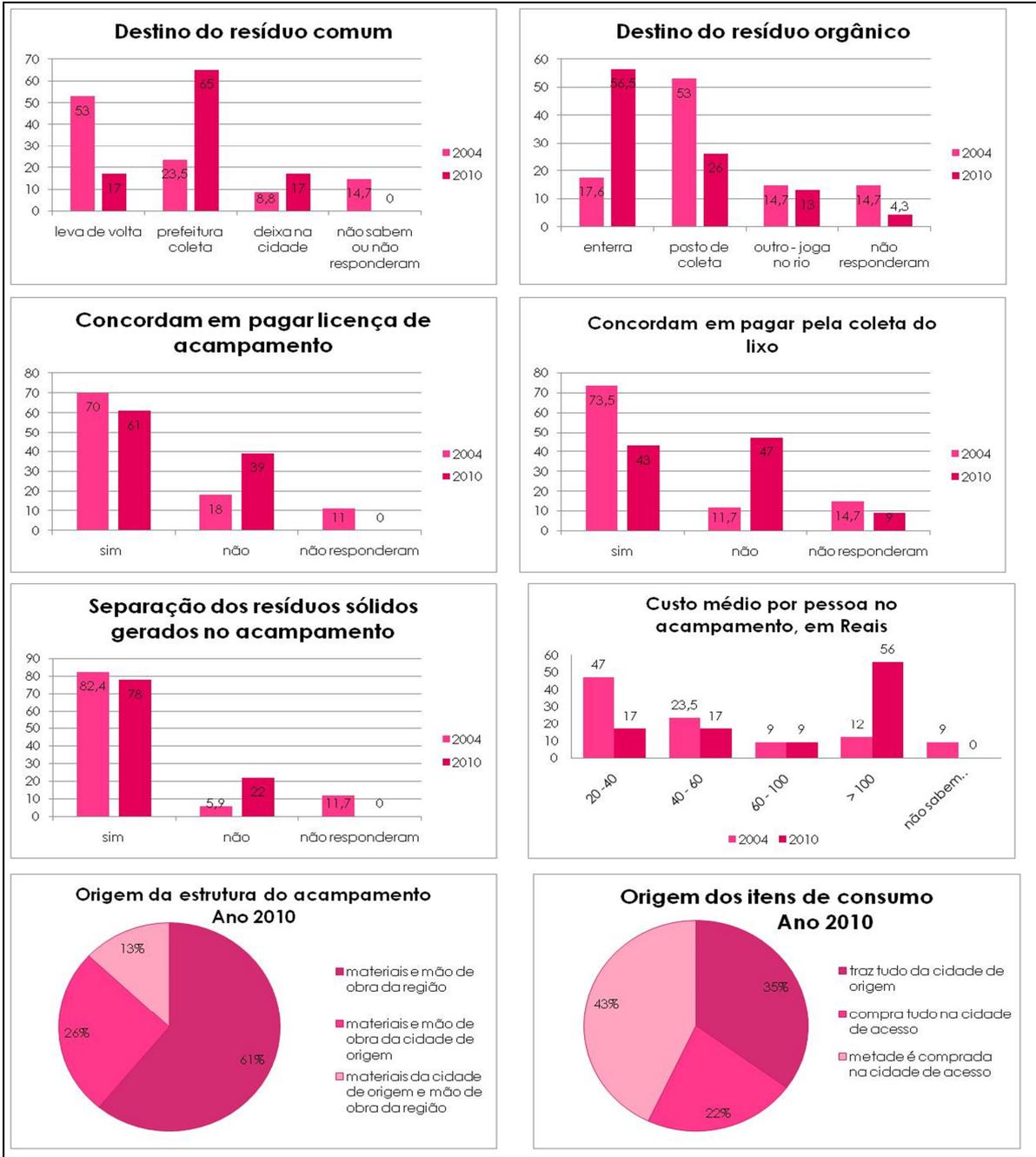


Figura 22: Gráficos referentes às práticas ambientais nos acampamentos da região de Aruanã/GO. Fonte: Coleta de dados em trabalho de campo da autora, anos 2004 e 2010.

É o que acontece nos acampamentos do Araguaia frente à questão dos resíduos sólidos gerados. Percebamos que no ano de 2004, 82,4% dos acampamentos visitados afirmaram *fazer a separação entre o resíduo orgânico, o resto dos alimentos e o resíduo comum*. Em 2010 esse número recuou para 78% dos acampamentos. Essa diminuição dos

acampamentos que afirmam fazer a separação pode ser explicada por dois motivos. O primeiro é de ordem metodológica, pois quando no relato do ator de que separava apenas a lata de alumínio, não consideramos essa resposta no questionário como separação do material, haja vista também a quantidade expressiva de garrafas do tipo PET e demais embalagens geradas no acampamento. Em vários deles há lixeiras coloridas de separação de material, como na Figura 23.



Foto i: lixeiras multicoloridas para a disposição seletiva dos resíduos recicláveis.



Foto ii: lixeiras multicoloridas para a disposição seletiva dos resíduos recicláveis.



Foto iii: lixeira sem separação de materiais por composição.



Foto iv: separação primária de resíduos recicláveis, plástico e latas de alumínio.



Foto v: Paradoxos - lixeira sem separação de materiais por composição e discurso preservacionista no argumento da 'praia limpa'.



Foto vi: Lixeira seletiva para material reciclável.

Figura 23: Composição de imagens das lixeiras e coletores de materiais descartados em diversos acampamentos. Autoria: Ramos, 2010.

A segunda alternativa baseia-se na contradição que apontamos logo acima. Na temporada de 2003, a prefeitura de Aruanã passou a fornecer o serviço de coleta de resíduos gerados no acampamento (PREFEITURA DE ARUANÃ, 2004). Essa coleta é realizada diariamente, em todos os acampamentos localizados a até duas horas de barco, a montante e a jusante em referência ao município. Feita por funcionários da prefeitura em uma embarcação de médio porte, todo o material é coletado sem que se respeite a segregação do tipo de resíduo gerado. Como é misturado na hora da coleta, os atores podem criar resistências a perpetuarem a separação, já que na coleta a segregação não vem sendo respeitada. Além disso, o município de Aruanã não possui aterro sanitário, nem central de triagem e reciclagem dos resíduos sólidos, sendo os mesmos encaminhados junto aos demais resíduos para o aterro controlado. Por outro lado, o fato de que a separação esteja sendo feita, mesmo que não completamente, já demonstra certa motivação à mudança de atitudes perante a questão dos resíduos gerados.

Isso pode ser refletido também no item relativo ao *destino do resíduo comum*. Em 2010, o número de acampamentos que afirmaram deixar para a prefeitura coletar subiu para 65% frente a 23,5% em 2004, já que o serviço ainda era recente para os usuários das praias (Figura 22), e parece ter se estabelecido de forma mais efetiva ao longo dos anos. Esse dado aparece também nas respostas que os acampados *levam o resíduo de volta* (53% em 2004, em detrimento a apenas 17% em 2010) para a cidade de origem, única alternativa possível antes do serviço de coleta ser oferecido pela prefeitura. As imagens a seguir apresentam o transporte utilizado para o serviço de coleta de resíduos oferecido pela prefeitura do município de Aruanã (Figura 24).



Foto i: Paradoxos – mesmo com a separação de materiais feitas em determinados acampamentos, a coleta é feita de forma generalizada. Barco de coleta da prefeitura de Aruanã.



Foto ii: o reservatório destinado para os sacos de lixo de um acampamento, que serão coletados pela prefeitura.

Figura 24: Composição de imagens sobre a coleta de resíduos realizada pela prefeitura de Aruanã. Autoria: Ramos, 2010.

Relativo ao *destino do resíduo comum*, a instrução dada pelos órgãos governamentais (ICMBIO/IBAMA) é que o 'lixo' orgânico seja enterrado na areia, próximo ao barranco, longe do rio, e nunca jogado nas águas (ver Anexo A). Essa prática é muito comum entre os pescadores que aproveitam o resto de alimentos gerados no acampamento para cevar os peixes, e assim o fazem a revelia, na margem do rio diante do próprio acampamento ou na saída para as pescarias. De acordo com o gráfico da Figura 19, a prática da ceva dos peixes, atividade culturalmente arraigada no modo de agir dos pescadores, parece se manter neste intervalo de anos, já que a diferença foi pequena entre 2004, de 14,7% das respostas, e 2010, de 13%. No entanto, a ação de enterrar o 'lixo', conforme instrução dos órgãos ambientais aumentou de 2004 para 2010, de acordo com os depoimentos. Em 2004 17,6% dos acampamentos afirmaram enterrar o material, na pesquisa de 2010 56,6% fizeram esta afirmação, muito embora tenha diminuído a alternativa de retorno com o material para os postos de coleta do município, de 53% para 26%. Esse fato justifica-se também pela efetivação do serviço de coleta oferecido pela prefeitura de Aruanã nos acampamentos.

Apesar das opiniões sobre a *taxa da coleta de lixo* ter variado ao longo dos anos, na questão da *licença para a construção de acampamento*, a resposta foi positiva para ambos os anos, apenas com uma pequena diferença, 70% em 2004 e 61% em 2010 respectivamente. Em 2004, como dissemos anteriormente, o serviço de coleta do material pela prefeitura ainda era uma novidade para os acampamentos. O índice de respostas afirmativas sobre a questão - *concordam em pagar pela coleta do lixo*, naquele ano foi superior (73,5%) ao do ano de 2010 (43%), em que a coleta já estava estabelecida e de forma gratuita. As respostas negativas para esta questão, em 2010, foram justificadas pelo discurso de que essa coleta é uma obrigação do município de Aruanã (oito das 13 respostas negativas), pelo incremento de recursos financeiros que os acampamentos gerariam ao município. Essa noção de geração de recursos financeiros para o município será retomada adiante, em análise mais apurada.

Em 2004, observamos de forma assistemática que os acampamentos mantinham um grande estoque de alimentos e bebidas dispostos em fardos e caixotes, além de notarmos o seu transporte pelas canoas no rio. Inferimos, ainda que não tenhamos questionado isso de maneira direta, que os itens de consumo eram trazidos da cidade de origem do grupo do acampamento. Para a pesquisa de 2010, optamos por fazer este questionamento, sobretudo pelo aspecto econômico a ela imbricado. Nesse sentido, sobre a *origem dos itens de consumo* dos acampamentos, 35% dos acampamentos levam para o Araguaia todos os itens de consumo que serão utilizados durante a temporada e a maioria, 43% diz comprar metade dos itens na cidade de origem, sendo o menor índice, 22% dos acampamentos somente compram seus produtos na cidade de Aruanã. Esse conteúdo das respostas acaba

apontando outra contradição em relação aos argumentos econômicos utilizados para justificar o não pagamento de taxas, como a da coleta do lixo. Do conjunto de equipamentos e infraestrutura do município, o comércio seria o grande gerador de recursos financeiros para Aruanã. No entanto, em relação aos itens de consumo dos acampamentos, como vimos, são em sua maioria levados da própria cidade de origem dos grupos, não proporcionando a circulação do capital por vias comerciais no município. Além disso, Aruanã precisa ainda arcar com os custos de coleta e de disposição final dos resíduos oriundos da outra cidade que ficou com os lucros da comercialização destes bens. Nesse sentido, a noção de 'obrigação do município' para a realização da coleta perpassa por um ponto de vista imediatista e economicista da questão, quando da não consideração de toda a complexidade inerente ao problema do consumo e da geração de resíduos, questão esta bastante polêmica no que diz respeito a interdependência do turismo em seus diversos fatores.

Apesar disto, no item sobre a *origem da estrutura do acampamento*, questão feita também apenas em 2010, no que diz respeito aos materiais e a mão de obra utilizada para a construção dos acampamentos, a maior parte, 61% dos acampamentos utilizam-nas da própria região, contra 26% daqueles oriundos unicamente da cidade de origem. Também é significativo o quantitativo de acampamentos que usam materiais da cidade de origem e mão de obra da região, 16%. A estes são atribuídos aqueles acampamentos de *super-estrutura e conforto*, cuja infraestrutura geral é utilizada por materiais industrializados, que não a palha e a madeira, conforme descrevemos. O *custo médio por pessoa* em diária nos acampamentos em 2004 de maior expressão equivale a gastos entre R\$20,00 e R\$40,00, contando de 47% dos acampamentos. De maneira bem discrepante, o maior índice para 2010 foi de gastos acima de R\$100,00. Mesmo considerando seis anos de defasagem monetária, essa diferença no índice das respostas é ainda muito significativa. Quando inquiridos sobre qual é o item de maior consumo, ou mais dispendiosos nos acampamentos, as respostas oscilaram entre as bebidas, e a cerveja em especial, o gelo e o combustível das embarcações e dos geradores. Dessa forma, é possível relacionarmos as práticas ambientais em relação às representações que os acampantes constroem sobre a própria prática, como elas se contrapõem, dialogam ou contradizem, como veremos a seguir.

2.3.3 Representação sobre o rio

O grupo de questões referentes ao conjunto de representações dos sujeitos sobre os impactos dos acampamentos, sobre o rio e sobre as ações governamentais para fiscalização e educação ambiental estão representadas nos gráficos ilustrados na Figura 25.

A representação referente aos impactos que os acampamentos geram ao rio, o quantitativo para respostas positivas, ou seja, aquela na qual os atores consideram que o

acampamento gera impacto ao rio, compuseram o maior índice para ambos os anos da pesquisa, 47% em 2004 e ainda maior, 69,5% em 2010. Quando questionados, em 2010, sobre que tipos de impactos os acampamentos impunham ao rio, as respostas foram unânimes para impactos negativos advindos da prática dos acampamentos, e justificados por elementos poluentes inerentes a prática humana, como geração de resíduos, poluição das águas pelos combustíveis das embarcações, poluição sonora dos geradores de energia e equipamentos de som.

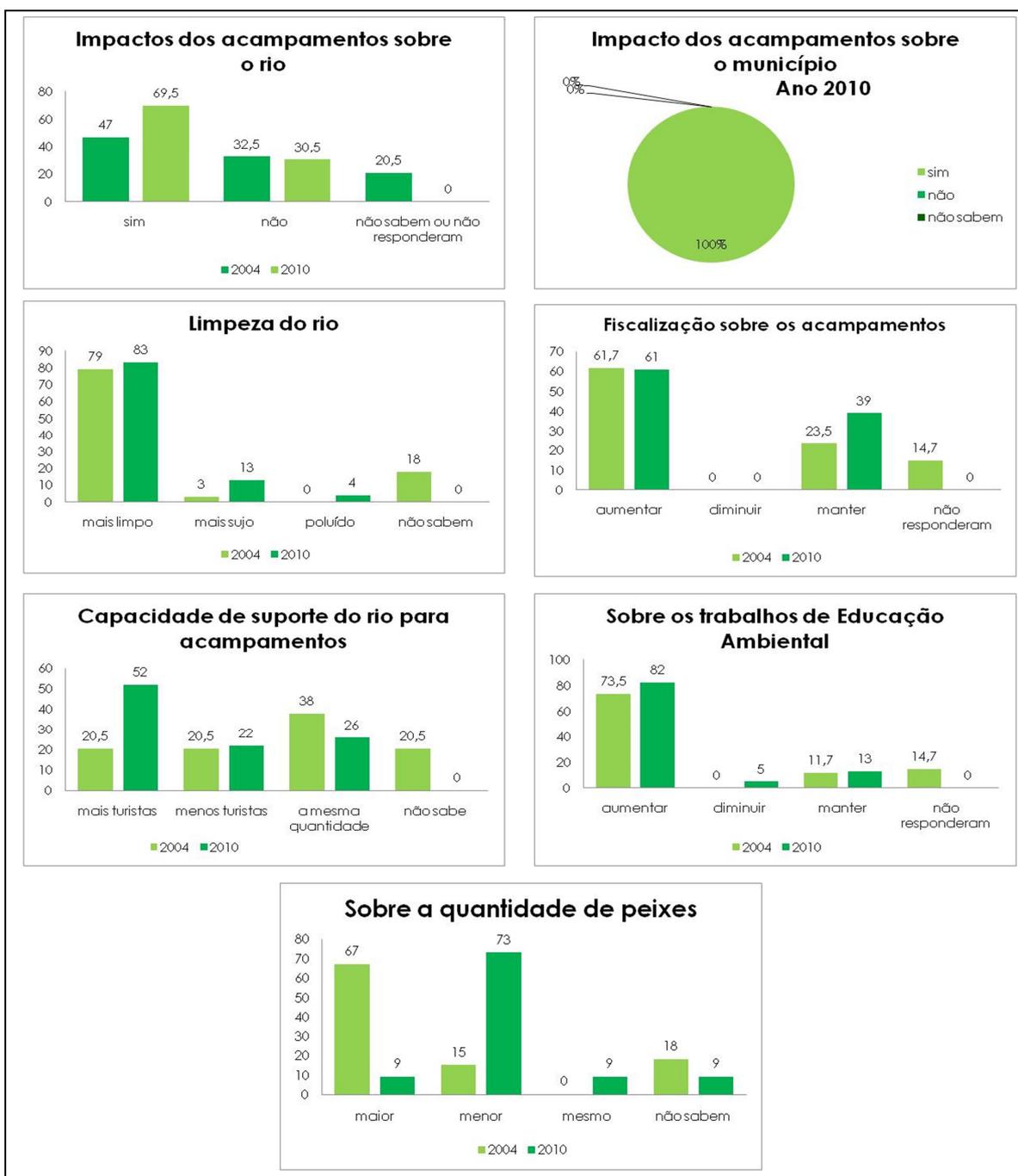


Figura 25: Gráficos referentes às práticas ambientais dos acampamentos da região de Aruanã/GO. Fonte: Coleta de dados em trabalho de campo da autora, anos 2004 e 2010.

Nenhuma resposta foi dada para algum possível impacto positivo da prática para o rio. Isso nos permite afirmar que, mesmo que a relação afetiva seja a grande motivadora da atividade, os sujeitos que ali permanecem conseguem representar a sua prática como nociva à dinâmica ecológica do rio.

O índice das respostas que não consideram nenhum tipo de impacto que os acampamentos geram ao rio foi semelhante para ambos os anos, 32,5% e 30,5% respectivamente. Isso também nos apresenta o fato de que ainda há um grupo expressivo de acampantes que não perceberam a complexidade das relações existentes entre a ocupação humana de uma área de fragilidade ecológica, e dos impactos inerentes a ele.

Cabe, igualmente às ações de educação ambiental desenvolvidas, antes, durante e ao fim das temporadas de praias, possibilitarem essa mudança de percepção, e conseqüentemente, de como os atores representam sua prática. Nesse sentido, a opinião dos próprios atores sobre a importância da educação ambiental está representada no gráfico *sobre os trabalhos de educação ambiental*. Em 2004, 73% dos acampamentos disseram ser ainda necessário um aumento das atividades de educação ambiental.

Lembramos que neste ano, estivemos nos acampamentos como educadora ambiental de um projeto técnico da SEMARH/GO, o Projeto Couto de Magalhães, inserido no Programa Rio Limpo (SEMARH, 2004). Naquele ano, fizemos uma abordagem lúdico-educativa em todos os acampamentos no trecho goiano do rio. Esse tipo de intervenção em educação ambiental foi inicialmente desenvolvida, em meados da década de 1990, por uma organização não governamental do estado, o Grupo Nativa.

O ICMBio e IBAMA do estado de Goiás realizou também diversas atividades educativas durante as ações de cadastramento dos acampamentos. Surpreendentemente, no ano de 2010, dos 30 acampamentos visitados, apenas dois deles (Dona. T; Sr. F.J.) relataram ter recebido o grupo de sensibilização e cadastramento do IBAMA. Por esse motivo, as respostas relativas à necessidade de aumentar as atividades de educação ambiental em 2010 aumentaram em relação ao outro ano, 82% (73% em 2004).

Referente à resposta sobre a necessidade de diminuir as ações de educação ambiental, a justificativa dada foi o tipo de abordagem que é desenvolvida, baseada na distribuição de papéis (folhetos, cartazes, cartilhas), é incoerente ao próprio discurso trazido pelo grupo da intervenção, haja vista o aumento na geração de resíduos na praia. No entanto, este mesmo ator que manifestou a crítica sobre o tipo de abordagem em educação ambiental ali desenvolvida, o Sr. D., acampante há 26 anos, declarou que as ações educativas devem ser feitas com maior assiduidade, antes, durante e depois da temporada, pois a educação ambiental funciona de maneira mais efetiva e profunda do que apenas a fiscalização, conforme narrado a seguir.

Sr. D: Eu acho que pra poder aumentar a conscientização das pessoas, é divulgação em televisão, na mídia, em jornais, quanto mais lugares os meios de comunicação divulgarem a importância da natureza, dos rios para a população e para o mundo...

Sr D: O quê que falta? Mais gente pra fiscalizar e conscientizar pessoas através da mídia. Por exemplo, se você for ver o que o nosso estado faz para conscientização, nada! Quem faz é o Marcos, Fundação Jaime Câmara, entidades particulares que tentam fazer alguma coisa. O que falta é isso, conscientização geral principalmente pelo estado que é responsável. (...) Eu acho que o que o estado poderia fazer para melhorar a natureza pra todos nós é divulgar mais e pedir mais conscientização da população, dos frequentadores do Araguaia em relação a lixo, sacolinha, desmatamento. O pessoal tá mais consciente mais precisa mais então é isso, mais conscientização com o lixo, ali na praia do cavalo que ninguém aguenta o cheiro de tanto lixo, o pessoal joga garrafa pet dentro d'água, agente tá pescando de repente vem a garrafa pet, eu vou lá e pego tiro da água. Então precisa disso mais conscientização dos visitantes do Araguaia e na piracema proibi os ribeirinhos de jogar rede. Proibir toda pesca. (...) Acho que conscientização vale mais do que qualquer lei, porque lei as pessoas burlam, conscientização ninguém burla. Se você conscientizar a criança hoje amanhã não precisa punir.

Ainda sobre as ações de fiscalização, a maior crítica inferida a atividade diz respeito ao fato de que só há fiscalização durante o período de alta temporada, ou seja, o mês de julho, e no período diurno. Segundo os acampantes, o maior problema com a pesca e a caça ilegal acontece fora deste período, e mesmo em temporada, há relatos dessas práticas ilegais ocorrerem frequentemente durante a noite.

Sr. D: (...) Quando eu comecei a frequentar o Araguaia, tinha muito peixe... e agente não observa mais o que via antes. Mas a culpa não é do pessoal que faz acampamento, a culpa é dos pescadores profissionais que ficam nos barranco do rio, na poça da piracema o que junta de canoa de gente pra poder pescar... é uma coisa absurda e quem pesca só com a varinha também não é o problema, o problema é quando chega a noite os turistas que vem pescar cardume...quando agente pesca na varia um dois ou três pintados, agora a noite agente vai pros hotéis e aí vem os ribeirinhos em cima do cardume com redes...

Por esse motivo, os acampantes acreditam que a fiscalização deve aumentar (61,7% e 61%), substancialmente fora do período de temporada dos acampamentos.

Em relação aos impactos que os acampamentos geram no município de Aruanã, questão esta feita apenas no ano de 2010, 100% dos atores consideraram que há um impacto positivo dos acampamentos para o município. Todas as respostas estão vinculadas à justificativa econômica destes impactos, pois os atores acreditam que os acampamentos geram maior quantidade de recursos econômicos para o município. Nenhum impacto negativo foi relatado pela representação dos atores frente à prática em relação à Aruanã. Isso quer dizer que, conforme apresentamos na discussão do item referente à origem dos itens de consumo e sobre a concordância em pagar pela coleta, da Figura 22, não houve a consideração dos demais elementos referentes à complexa cadeia produtiva econômica, nem tampouco uma visão sistêmica sobre os impactos gerados pela prática para o

município. Isso porque os impactos negativos do gerenciamento dos resíduos, por exemplo, não foram representados nos depoimentos. Dessa forma, apontamos aqui uma contradição chave na relação entre os acampantes e o rio: se a atividade é representada como boa ao município, na perspectiva economicista pouco importa o quão ruim poderia ser à integridade ecológica do rio. Contradição essa inerente das relações com o meio nas sociedades modernas.

Na representação de suas práticas de acampamentos em relação ao rio, os atores consideram que, em relação à *capacidade de suporte de mais acampamentos no rio*, a integridade ecológica do rio ainda suportaria uma maior quantidade de acampamentos, 52% para as respostas dadas em 2010, frente a 20,5% das respostas em 2004. Em 2004 a resposta que obteve o maior índice foi a de que o rio suportaria a mesma quantidade de pessoas, 38%.

Essas respostas poderiam, a priori, ser consideradas como um contrassenso se as compararmos com o item sobre a representação dos impactos que os acampamentos provocam no rio. Isso porque, ali os atores consideram suas práticas com impactos negativos ao rio e ainda sim, segundo eles, o rio ainda suportaria uma maior quantidade de acampamento, mesmo em detrimento aos impactos gerados. No entanto, partindo de uma perspectiva dialética na leitura dessas contradições, é exatamente por essa perspectiva que o rio se torna sagrado aos atores. No próximo capítulo aprofundaremos nossa leitura sobre a perspectiva do rio-sagrado para o Araguaia, mas podemos aqui afirmar que uma crença no sagrado só se torna significativa em sua sacralidade porque acolhe as contradições. Se o rio é natureza sagrada, nesse imaginário da natureza-mãe, mesmo em detrimento aos impactos gerados, ainda acolheria, em sua profundidade afetiva e sagrada, mais grupos de “adoradores”. Ou seja, a crença permite que os atores representem o que se quer ser (ou ver), como no milagre dos peixes que só acontece pela falta deles.

No mesmo sentido, observamos uma contradição também se compararmos com a questão sobre a *quantidade de peixes* percebida no rio. Há uma nítida oposição entre os maiores quantitativos de respostas obtidas entre os dois anos pesquisados. Em 2004, 67% dos acampantes disseram considerar a quantidade de peixes maior do que os anos anteriores. Já em 2010, 73% dos atores disseram achar que a quantidade de peixes foi menor que a dos anos anteriores. Mesmo com esta constatação, sem considerar, portanto, a integridade da fauna aquática, avaliando apenas a condição paisagística (limpeza, estética dos acampamentos, os sons da vizinhança) consequente da quantidade de acampamento, 52% dos atores consideram que o rio suportaria a pressão de uma maior quantidade de acampamentos.

Por outra perspectiva, o índice de resposta sobre a capacidade de suporte do rio pode ser justificada se comparada à representação do nosso último item de análise, a

percepção dos atores sobre a *limpeza do rio*. Para 79% e 89% dos acampamentos, (2004 e 2010) respectivamente, o rio esteve aparentemente mais limpo que anos anteriores. Talvez por isso, os grupos tenham a opinião de que o rio suportaria ainda mais pessoas. A paisagem representa para os atores, muito mais como elemento significativo de atribuição de valores, positivos ou negativos, que os demais componentes daquele ambiente, como a integridade da fauna, por exemplo. Nesse sentido, buscando as palavras finais de descrição proposta para este capítulo, os acampamentos no Araguaia para os grupos são representados de forma positiva, mesmo que contraditoriamente a prática possa ser vista como negativa do ponto de vista preservacionista.

Isso pois, as representações que os sujeitos constroem de suas práticas podem por vezes se mostrar contraditória, assim o é pela própria inerência das representações, como já o dissemos. Em sua aparência e regulação contraditória, as representações sociais desempenham uma função de defesa cognitiva, como nos reforça Abric

La transformación de una representación se opera así en la mayoría de los casos mediante la transformación de una representación de sus elementos periféricos: cambio de ponderación, integración condicional de elementos contradictorios. Es en el sistema periférico donde las contradicciones podrán aparecer entonces y ser sostenidas (ABRIC, 2004, p. 24).

Mesmo que, se por um lado, os atores verbalizam suas ações como positivas, e do ponto de vista comportamental elas se apresentam paradoxalmente contraditórias, essa contradição não anula, no entanto a importância da própria essência do fato cultural. Isto porque estas contradições são, como nos diz o autor, periféricas e não se dão no “núcleo central das representações” (ABRIC, 2004), cujo afeto pelo rio seria, então, essencial.

Muito embora esta representação esteja baseada numa visão antropocêntrica da atividade, considerando, portanto, os demais elementos que compõe e fundamentam o ambiente natural na perspectiva antropocêntrica, é também uma representação positiva da própria atividade. Essa representação positiva que funciona como auto-justificativa cultural e psicológica, no sentido de que, a prática fundamentada no afeto, a tradição dos acampamentos no Araguaia, não pode ser abandonada, mesmo que os problemas inerentes a ela sejam denunciadores da pressão sofrida pelos elementos naturais. Por outro lado, a tradição e a prática cultural fundamentadas no afeto pelo Araguaia, não conseguem ser vencidas por qualquer argumento ecológico que desejem transformá-la ou eliminá-la. As mudanças comportamentais só virão motivadas e fundamentadas no próprio afeto dos sujeitos que com o Berohocy se relacionam na disposição para a mudança, a partir do conhecimento de melhores práticas e da disposição para adotá-las e do reconhecimento da relação de afeto existente na relação dos atores com o rio, cuja função cabe às ações de planejamento e educação ambiental.

PARTE 2
ASPECTOS DO AMBIENTE SIMBÓLICO-AFETIVO:
TRADIÇÃO, MEMÓRIA, TOPOFILIA

CAPÍTULO III A ROMARIA DAS ÁGUAS

3.1 Os acampamentos nas praias do Araguaia – a origem no campo simbólico do imaginário dos povos do Brasil central

Enquanto que, para alguns goianos a expectativa de modernização do estado pelas vias do Araguaia se fazia renitente, como apresentamos no capítulo primeiro, para outros a construção do Hotel JK impunha uma nova ordem cultural. Esta imprimiria uma nova organização social na relação simbólica com o rio, que sobrevinha ao próprio ideário de natureza selvagem e por isso mesmo, motivo de preservação, de “deixar-se como está”. Para Guedes de Amorin (2007), nas narrativas biográficas sobre sua relação com o Araguaia, a construção do hotel significou a revisão do romantismo e da mitificação das expedições selvagens pelo rio, para quem o mesmo deveria manter-se imaculado das atividades de turistificação. Citamos este para iniciar a discussão dos aspectos simbólicos do rio Araguaia, dentre diversos trechos de desabafo do mesmo autor: “Hoje, o rio Araguaia perdeu todo o encanto de antigamente: hotel de luxo na ilha do Bananal, lanchas modernas e aviões para os turistas. (...) Hoje nos índios não há o mesmo encanto: andam vestidos e não são mais aqueles fortes guerreiros que já desapareceram” (GUEDES DE AMORIN 2007, p. 28)

Nesse sentido, as demais políticas públicas impostas ao rio Araguaia no sentido de sua turistificação irão por vezes dialogar e se contrapor a essa ideia de natureza reproduzida por meio das expedições e das caravanas ao rio. O imaginário da Natureza, tão selvagem como virtuosa, será utilizado como elo entre as antigas práticas expedicionárias de desbravamento, ou de comercialização ao Araguaia, e as expedições predatórias de caça, de pesca e de aventura, até as práticas de construção e fixação dos acampamentos em suas praias.

Os registros históricos que datam do início da atividade de construção e de fixação dos acampamentos nas praias, que apresentamos aqui, são oriundos dos depoimentos pessoais obtidos na pesquisa, cujo marco mais antigo enunciado nas falas dos atores é da década de 1930.

Sra.T.: A primeira vez que eu vim no Araguaia foi em 1951 e eu vim com uma caravana com um senhor de Goiás que era povo de Alencastro Veiga então nós viemos encontrar com a família Alencastro Veiga que vinha aqui desde 1930 essa senhora aí é filha de um pioneiro do Araguaia (apontando para Sra J.).

Sra. J.: Eu vim para o Araguaia pela primeira vez com seis anos de idade.... Agente escolhia sempre onde era bom de banho, nem fundo nem raso, e onde tinha furo. Qualquer lugar que você parava tinha peixe, era uma fartura de peixe, uma coisa! E nós ficava 45 dias e não via um barco....
Ramos: A senhora se importa de me dizer a sua idade?

Sra. J: *75 anos... e se eu falhei 4 anos de vir aqui no Araguaia, foi muito...*

Ramos: E o Araguaia? Seu avô já vinha?

Sr. O: *Não, isso começou com meu pai... Então a primeira viagem minha aqui, como foi? Meu pai pegou eu e meu irmão mais velho, eu tinha cinco anos (com 75 anos, em 2010) e fez uma caminha pra mim dentro da canoa e deixou escurecer pra sair de Aruanã... Aí nós começamos essa vida assim... vínhamos para o Araguaia...*

Muito embora tenhamos registrado um marco para essa atividade da sociedade pós-colonial para as décadas de 1930 e 1940, há que se considerar a prática realizada anteriormente pelas sociedades pré-coloniais, como discutiremos em seguida a respeito dos Karajá.

Nossos esforços para essa datação nos auxiliam a situar as discussões e as proposituras teóricas que faremos no sentido de elucidar os pressupostos desta pesquisa, que se propõem trazer à luz a perspectiva de que os acampamentos se configurem enquanto uma prática cultural, anterior à turistificação. Isso, pois consideramos que as políticas públicas de turistificação do Araguaia são posteriores às primeiras organizações de acampamentos, estes enquanto práticas culturais e constituintes da cultura goiana. Assim, traçaremos com este intuito, uma configuração temporal relacionada aos acampamentos, fundamentada em aspectos simbólicos interpretativos dessa atividade que, a nosso ver, originaram essa prática cultural goiana tão singular e tão peculiar. Há a possibilidade de uma análise no campo simbólico da origem dos acampamentos a partir de dois elementos culturais significativos: a herança dos povos originais e o mito do herói desbravador incorporado no imaginário coletivo do goiano.

3.1.1 Os acampamentos na herança dos povos originais.

No capítulo I apresentamos a importância que o rio Araguaia representa aos povos originários da região, os Karajá. O rio para esse grupo é um espaço de referência vital, em que a cosmogonia, a produção material que lhes garante a sobrevivência, a referência simbólica e afetiva são elementos de um *ethos* que fundamentam sua cultura. O rio Araguaia é para eles um ente sagrado fundamentado como a materialidade da divindade que lhes estruturam a vida religiosa.

Apontaremos aqui duas referências literárias feitas em relatos de viagem sobre a prática dos autóctones que na baixa das águas do rio e no surgimento das praias, estabeleceram sua moradia nestas praias.

Em Caiado (1981), cuja obra se destina a relatar uma expedição de pesca empreendida no Araguaia em 1951, há uma descrição do autor sobre a cultura Javaé em suas práticas de lazer. O autor relata ter encontrado por diversas vezes grupo de autóctones “acampados” nas praias do Araguaia, nas imediações da Ilha do Bananal (CAIADO, 1981, p.

62). Nestes acampamentos, as atividades estavam centradas na pesca, cuja finalidade, segundo o autor, era além da alimentação, também a festividade (CAIADO, 1981, p. 63), e a dança do *Aruanã*, parte do ritual de iniciação dos jovens Karajá chamado de *Hetohocy*.

Igualmente, Bernardes (1994) descreve a prática dos povos autóctones de mudança de local de moradia no período da seca do rio, para as praias do Berohocy. Ele nos narra:

Durante a quadra do estio, logo que venta geral e o rio baixa, as famílias abandonam temporariamente suas casas na aldeia e mudam-se para as praias. É a temporada em que o Karajá vai reforçar seu passadio, que na estação chuvosa foi mantido quase que exclusivamente a peixe... (BERNARDES, 1994, p.99)

O autor faz referência ainda a esse hábito como uma “romaria tradicional”, à semelhança daquilo que consideramos como a prática contemporânea dos acampamentos pelos grupos não autóctones, que discutiremos posteriormente neste capítulo. Nessa qualificação dos povos originários desvelada pelo autor, há também a desqualificação da figura do turista. Para o autor “o turista é quase sempre um Quixote empencado de armas inúteis” (BERNARDES, 1994, p.66).

Também Loiola (2010) em seu trabalho sobre os Karajá menciona seus hábitos na utilização anual e temporária das praias, onde por um período curto de tempo, transferiam sua moradia para as margens arenosas do rio.

Nesse sentido, podemos inferir que os acampamentos são mais uma das heranças dos povos originais brasileiros, à semelhança de diversos outros hábitos culturais e linguísticos. Os autóctones, quando do contato com os grupos colonizadores na região do Araguaia, ora foram escravizados ora se tornaram os guias dos expedicionários pioneiros no desbravamento dos sertões. Como guias, auxiliavam esses expedicionários na descoberta de novas terras, na navegação das águas exigentes do Araguaia, no domínio das técnicas da caçada, da pesca, do acesso e do manejo de plantas comestíveis e medicinais (BERNARDES, 1994; GUEDES DE AMORIM, 2007).

A própria organização dos acampamentos, com a escolha das melhores praias, aquisição e manejo dos produtos florestais que constituíam a base da estrutura física dos acampamentos, era auxiliada, quando não liderada, pela figura de um autóctone, como podemos observar neste relato:

Agente vinha de zinga que era um tipo de embarcação que os índios que usavam e andava na parte rasa e ia tocando o barco com a zinga, não tinha motor, e ai ficava três dias, quatro dias numa praia e fazia acampamento pequeno. Não comprava barraca naquela época, os índios iam no mato e cortavam madeira e minha mãe, minhas tias faziam barracas de algodão cru e tudo era cortado aqui no mato . E ali dormia no chão... (Sra.J)

3.1.2 De desbravadores do sertão a chefes de acampamentos – a transformação das expedições fortalecendo os acampamentos.

Na fragmentada relação das sociedades com a natureza, esta enquanto imagem do selvagem que deve ser preservada, contemplada, adorada, e, paradoxalmente, conquistada, domada, civilizada está também a origem do que podemos estabelecer sobre as expedições e caravanas no rio Araguaia com intuito de caça e pesca. As grandes expedições de desbravamento, colonização e povoamento dos séculos XVII ao XIX foram substituídas pelas expedições para o domínio da natureza selvagem e seus elementos. Antes, os “índios” eram caçados, aldeados e tornados civilizados. Como civilizados, sua utilidade passou a ser no sentido do fornecimento de conhecimento sobre a natureza da região, na utilização de seus saberes tradicionais. Transformados em guias das caçadas, o objeto a ser caçado foi substituído pelos animais, elementos puros de uma natureza selvagem, nas caçadas de ‘espera’, nas pescarias de rede, tarrafa e dinamite.

Estas caravanas aparecem relatadas em diversas narrativas de viagens ao Araguaia, realizadas por pescadores e caçadores aventureiros, desde início do século XX, bem como nos relatos orais colhidos durante o trabalho de campo (capítulo 4).

Bernardes nos narra que, já nas décadas de 1930, na ocupação das terras dos povos originais, com a fundação do aldeamento do grupo na criação do Posto Indígena de Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, houve o início da chegada dos “turistas caçadores” (BERNARDES, 1994, p.61). Na década de 1940, o autor ainda nos mostra que a fauna passou a ser dizimada no interior da ilha por “caravanas de turistas” (BERNARDES, 1994, p.64).

Esse período narrado pelo autor, das caravanas de caça e pesca empreendidas na região, encontra eco no próprio enunciado dos atores entrevistados em campo. Daqueles mais antigos, como a Sra. J., Sra T., Sr.O., é recorrente a narrativa sobre suas primeiras expedições e acampamentos no Araguaia, cujas práticas se baseavam, além do lazer, na caça de “espera”, iniciadas nestas mesmas décadas apresentadas por Bernardes (1994).

Essa reconfiguração das práticas culturais relacionadas ao Araguaia se constitui como o *ethos* de um grupo que reinventa as expedições. Há um caráter ritualístico nos acampamentos como se fosse uma revitalização do mito da conquista, pelos bandeirantes do interior do Brasil, sobretudo da natureza indomada, exótica, selvagem. Os ritos, os mitos, as imagens e as tradições que se transformam e se reinventam fazem parte de um arcabouço imaginativo, ou arquétipo, fundamental à estrutura daquilo que Eliade (1991) chamou de equilíbrio da vida espiritual do homem moderno. Concordamos com o autor, para quem “Começamos a compreender hoje algo que o século XIX não podia nem mesmo pressentir: que o símbolo, o mito, a imagem pertencem à substância da vida espiritual, que

podemos camuflá-los, mutilá-los, degradá-los, mas que jamais podemos extirpá-los” (ELIADE, 1996, p.7); e que

O homem moderno é livre para menosprezar as mitologias e as teologias, mas isso não o impedirá de continuar a se alimentar dos mitos decadentes e das imagens degradadas. (...) Toda essa porção essencial e imprescindível do homem – que se chama imaginação – está imersa em pleno simbolismo e continua a viver dos mitos e das teologias arcaicas (ELIADE, 1996, p.15)

Nesse sentido, apesar de aparentemente a sociedade ocidental moderna ter vivido alheia aos mitos (ou àqueles revelados conscientemente), estes se modificam, e mesmo que fragilmente, continuam a dar sustentação (CAMPBELL, 1990) e equilíbrio (ELIADE, 1991; GIDDENS, 1997) nas explicações sobre o mundo vivido individual e coletivamente. Da mesma forma, em se tratando de uma análise das representações, Jodelet (1991) nos lembra que essas, como ato do pensamento pelo qual o indivíduo se relaciona com outro, a representação deste outro tanto pode ser real, quanto imaginária ou mítica.

Assim sendo, das antigas navegações às práticas de abate da fauna empreendidas nas regiões, restaram os acampamentos. Eliade nos lembra também que “Os símbolos jamais desaparecem da atualidade psíquica: eles podem mudar de aspecto; sua função permanece a mesma. Temos apenas de levantar suas novas máscaras” (ELIADE, 1996, p.13). E a natureza enquanto elemento simbólico arquetípico nos é “apresentada ora com atributos paradisíacos, ora como infernal” (ALMEIDA, 2003, p.77). Steil (1996) nos lembra então que, este duplo discurso, essa contradição da natureza ora Virtuosa ora Selvagem, na verdade, consiste apenas numa inversão da atribuição de significações e valores dentro de uma mesma estrutura, de forma que algo que era apreendido como vazio se torna um cheio (ou plenitude) e aquilo que era apreendido como um menos se torna um mais, mas o par constituído pelo sujeito do discurso e seu objeto não muda (STEIL, 1996, p. 87).

Os acampamentos no rio se fortalecem, então, no período em que o Araguaia deixou de habitar o imaginário sertanista do desbravamento de uma Natureza Selvagem, no domínio humano das técnicas sobre as dificuldades naturais impostas para a navegação no rio, para transformá-lo em ambiente de Natureza Virtuosa, influenciado pelo discurso ecológico preservacionista/conservacionista e posterior com mais força à política de turistificação.

O imaginário da Natureza Virtuosa, amplamente influenciado pelo pensamento ocidental Romântico fundamentou a concepção de uma natureza sacralizada, externa à sociedade, e por isso objeto (e não sujeito) de adoração e de preservação. Essa concepção Romântica de natureza do ideário preservacionista é, conforme afirma Souza, a base de um

alvorecer das sensibilidades face ao meio natural no Romantismo e sua implicações à gênese da ideia de conservação da natureza, cuja influência na Europa e nos Estados Unidos se fez notar desde as inovações do estabelecimento de áreas verdes nas cidades (parques e jardins) para

fruição da vida natural e repouso, a exemplo da implantação destes espaços dedicados à conservação da vida natural no Brasil, em meados do século XIX, (Jardim Botânico e Floresta da Tijuca), remontando aos primórdios da conservação da natureza no Brasil Imperial após mais de três séculos de dilapidação paisagístico-ambiental (SOUZA, 2010, p. 138)

Como um processo intrínseco às tradições que se reinventam (GIDDENS, 1997), os acampamentos se fortalecem pela necessidade de uma rememoração. Um movimento de (re)construção de identidade, identificando o rio por momentos comuns do mesmo passado. Essa rememoração coletiva de uma experiência vivida ancestralmente impulsiona os goianos a buscar no passado uma tradição, que no caso, tem como sustentação o imaginário coletivo da natureza intocada, selvagem, o jardim do Éden, o Paraíso (ELIADE, 1991). Essa busca por algo vivido no passado, pela rememoração das vivências ancestrais do homem moderno é a satisfação e a completude do sentimento de nostalgia e que são, conforme ainda nos lembra o autor, às vezes, repletas de significações que envolvem a própria situação do homem. O autor nos lembra ainda que

A mais abjeta 'nostalgia' esconde a nostalgia do paraíso'. Essas imagens (relacionadas á natureza) invocam a nostalgia de um passado mitificado, transformado em arquétipo, que esse passado contem, além da saudade de um tempo que acabou, mil outros sentidos: ele expressa tudo que poderia ter sido, mas não foi, a tristeza de toda a existência que só existe quando cessa de ser outra coisa...; enfim, o desejo de algo completamente diferente do momento presente, definitivamente inacessível ou irremediavelmente perdido: O Paraíso (ELIADE, 1991, p.13).

E justamente essa imagem de paraíso que habita o nosso imaginário moderno. Na leitura proposta por Eliade, aproximamos à relação dos acampantes com o rio Araguaia, conforme nos apresenta:

sua função (da imagem de paraíso) na economia da psique humana continuava a mesma: ali, na ilha, no 'paraíso, a existência se passava fora do tempo e da história, o homem era feliz, livre, não-condicionado; ele não tinha de trabalhar para viver, as mulheres eram belas, eternamente jovens, nenhuma lei pesava sobre seus amores. (ELIADE, 1991, p.8)

O Rio Araguaia como elemento simbólico e ambiental se tornou então, por influência cada vez mais marcante do vetor mediático-sustentável¹ (OLIVEIRA, 2010), um santuário e um patrimônio natural, fortalecendo assim, novamente um ideário de sacralização da natureza cujo vetor mítico-religioso passa a ser impulsionado, e a prática dos acampamentos tornou-se uma manifestação cultural tradicional da sociedade goiana.

3.2. Da suspensão da ideia de turismo à fluidez das relações simbólicas

Considerar a estrutura simbólica da prática dos acampamentos, tendo em vista uma classificação dessa atividade sociocultural nos auxilia a entender a prática a partir de outra

¹ Ainda neste capítulo aprofundaremos as discussões a respeito da teoria da vetorização que dinamizam os lugares simbólicos propostos pelo autor (OLIVERIA, 2010).

relação que não apenas aquela concepção técnica do turismo. Torna-se fundamental, no nosso parecer, que o planejamento do uso e ocupação das praias do Araguaia e das ações de educação ambiental empreendidas para aquele ambiente devem considerar as relações subjetivas entre os atores e o ambiente com o qual se relacionam.

Já nas primeiras linhas deste trabalho apresentamos sumariamente que não consideraríamos os acampamentos e os sujeitos que acampam como turísticos e turistas, respectivamente. Da mesma forma, ao longo dos capítulos anteriores não fizemos referência a estes atores como tal, mas sim acampantes, e aqui gostaríamos de discorrer de forma mais adequada sobre um ponto de vista teórico que nos possibilita compreendê-los a partir da perspectiva culturalista.

Na busca deste outro entendimento das características conceituais e, sobretudo, de sua aproximação com a essência da atividade dos acampamentos especificamente, gostaríamos de propor outro olhar sobre os acampamentos no rio Araguaia²: considerá-los como prática cultural tradicional goiana, cuja dinâmica sócio-espacial muito se assemelha à tradição das romarias populares aos santuários religiosos. Esse exercício de reposicionamento teórico se faz importante, pois há uma tendência generalizada que considera, a partir de representações pré-estabelecidas da atividade, os acampamentos no rio Araguaia como uma prática turística *per si*, e unicamente.

Na divulgação empreendida pelos meios de comunicação, nas instituições e considerações da política pública para o ordenamento da apropriação ambiental das praias, na fala das populações locais, na promoção empreendida pelos governos municipais, em especial daqueles historicamente impelidos a se tornarem municípios turísticos – como Aruanã/GO e São Miguel do Araguaia/GO (PRODIAT, 1985), a temporada das praias e os acampamentos são sempre referidos como a *temporada turística do rio Araguaia*, e os atores, sobretudo, como *turistas*.

Em contrapartida, buscaremos a compreensão de que o fomento do Araguaia como lugar turístico e sua representação como tal, não são suficientes para contemplar a complexidade da prática cultural dos acampamentos. Isso, pois, ao buscar uma referência de como a apropriação de um patrimônio natural e imaterial é influenciada por outros setores das relações humanas, tomamos na teoria de Oliveira (2010, p. 8) uma perspectiva das influências dos “vetores patrimoniais que dinamizam os lugares simbólicos”, para dizer que o “vetor político-turístico” imprime uma configuração à prática do acampamento sob um ponto de vista puramente econômico, e negligencia os aspectos simbólicos e subjetivo-afetivos imbricados na prática cultural dos acampamentos.

² Lembrando novamente que nossa análise foca os acampamentos e seus atores, e não as cidades que dão acesso às praias.

3.2.1 Da suspensão da ideia de turismo

Ao buscarmos, seguindo essa análise, uma conceituação do que seja turismo bem aos moldes estruturais de análise socioeconômica da atividade, podemos apontar algumas de suas características gerais, mesmo que o conceito venha passando por modificações e novos olhares (MOLINA; RODRIGUES, 2001) na contemporaneidade. Certamente podemos considerar alguns fatores básicos da classificação e conceituação como usualmente propagada para o que venha a ser atividade turística e aproximá-las ou afastá-las ao caso dos acampamentos construídos nas praias do Araguaia.

A Organização Mundial do Turismo delimita certas categorias denominadas características do turismo, e definiu 189 códigos específicos da atividade, aquilo que são consideradas como as Atividades Características do Turismo (ACT) (CARVALHO, 2011). Entre esses aspectos, gostaríamos de observar a questão do deslocamento, da hospedagem, e, sobretudo, o fator econômico em relação à atividade dos acampamentos no Araguaia. Muito embora essas características técnicas sejam tomadas como fundamentais na classificação do turismo, elas servem primeiramente para produzir números e índices; mas não para qualificar o conhecimento em se tratando de práticas culturais tradicionais.

De forma abrangente, em relação aos elementos generalistas que configuram atividade turística, podemos afirmar que os acampamentos são oriundos de um grupo humano em mobilidade, quer seja, os grupos que acampam no rio Araguaia e que por lá ficam ao longo de até dois meses, são visitantes, “os de fora”, não moradores, por isso turista. A mobilidade, o deslocamento são os elementos iniciais que referenciam a atividade turística, tendo por base um conceito generalista do turismo, como o apresentado por Lage e Milone (2000). No mesmo sentido, o fator econômico destina também à mobilidade gerada pelos acampamentos uma rede de recursos econômicos, quando da utilização de serviços básicos como a utilização das canoas de aluguel nos portos municipais, a aquisição de produtos de consumo essenciais, como alimentos e bebidas, e, sobretudo de combustível para canoas. Outra característica fundamental para a análise do turismo é a utilização de serviços de hospedagem, ou “ao menos uma noite no lugar visitado” (LAGE e MILONE, 2000). Tomaremos de início, esses elementos para reavaliar a análise puramente turística proposta para os acampamentos.

Como apresentamos no capítulo dois, os acampamentos são constituídos por um ‘rancho’ central, onde são montadas as estruturas relacionadas à alimentação e ao convívio do grupo ali instalado. Os equipamentos para a acolhida dos grupos utilizados pelos atores não são aqueles utilizados no município de acesso às praias, pois toda a estrutura necessária para abrigar esses grupos está instalada ali mesmo nas praias. Muito embora a questão da utilização de outros equipamentos de hospedagem, que não propriamente aqueles ligados à hotelaria convencional, seja muitas vezes ainda considerada em uma

leitura técnica do turismo, como a noção das *segundas residências* (SILVA, CARVALHO e SILVA, 2009) ou a *vilegiatura* (DANTAS, PANIZZA E PEREIRA, 2008), ou residências de uso ocasional (IBGE, 2011) o que não os desclassificam segundo a importância da apropriação e transformação do lugar.

Notamos também, a partir da descrição acima, que há uma recriação muito aproximada dos espaços de moradia urbanos, em que algumas instalações se assemelham de infraestrutura turística, como em especial nos acampamentos de categoria *Superestrutura e conforto* do tipo comercial. Se tomarmos igualmente, a crítica que é comumente feita no sentido de desqualificar a genuinidade de certas manifestações culturais, quando de sua abertura para com a modernidade, e igualmente, das apropriações de espaços naturais cuja prática humana reproduz o modo de vida moderno e urbano, tenderíamos a desqualificar a motivação dita do “contato com a natureza”, justificada como fomentadora das práticas dos acampamentos no Araguaia. Também tenderíamos a afastar os acampamentos do tipo comerciais, por exemplo, que são cada vez mais encontrados na região, da noção da tradição que aqui aplicaremos, novamente lançando-lhes uma análise puramente econômica do turismo. O que não seria justo para com os mesmos, haja vista que as tradições na modernidade se transformam, estão abertas e passam a dialogar, cada vez mais, com as redes capitalistas da contemporaneidade.

No entanto, mergulharemos na noção de tradição, a partir da discussão proposta por Giddens (1997), que considera ser essencial a qualquer manifestação cultural, a abertura e a modificação, acompanhando a própria mudança cultural de um grupo, dado que a manifestação cultural em si é dinâmica. As transformações e adequações das tradições à modernidade são fundamentais para sua própria sobrevivência. Como contraponto as contradições inerentes às práticas culturais humanas, sobretudo àquelas que se impõem contundentemente ao ambiente em que ocorrem, é preciso considerar as consequências ambientais dessas transformações. Por isso mesmo, é claro que do ponto de vista dos impactos negativos impostos ao ambiente e às relações ecológicas do rio, essa reprodução do espaço urbano em uma área de fragilidade natural deve ser ponderada. Nesse sentido, cabe a discussão sobre a criação de normativas e regulamentações, bem como da importância das ações de educação ambiental que auxiliem na mitigação destes impactos, assim como as implicações do vetor midiático-sustentável (OLIVEIRA, 2010).

3.2.2 O rio Araguaia como lugar simbólico.

O rio Araguaia como um lugar simbólico, ou seja, lugar cujas características socioculturais, paisagísticas ou míticas fazem convergir fatores culturais e ambientais diversos e que simbolizam uma profusão de alteridades (OLIVEIRA, 2010, p. 8), é dinamizado por “forças vetoriais” que influenciam sua transformação, seu uso e sua

representação perante a sociedade. O turismo, nessa perspectiva, conforme afirmamos como pressuposta da pesquisa, é somente mais uma dessas forças que movem a prática, mas não apenas a única ou a mais importante.

Oliveira (2010) nos aponta três elementos, os vetores, que influenciam, sinergeticamente, e impulsionam a dinamização destes lugares: o vetor mítico-religioso, o vetor político-turístico e o vetor mediático-sustentável. Nas palavras do autor:

Inicialmente o vetor Mítico-Religioso, como a força que responde pela tradição cultural, do lugar e da festa. Neste sentido é o vetor de base, o primordial. (...) o mítico religioso é o vetor de mais forte carga irracional. E aquele que contem os fundamentos de que qualquer processo educativo, precisa garantir hierarquias e sabedorias; apenas secundariamente cumprir processos científicos com método e técnicas embasados pela teoria.

O segundo, chamado de Político-Turístico, retrata o papel da gestão pública institucional da modernidade. Traz a racionalidade da experiência ocidental, na condução dos direitos humanos e civis sob a égide do Estado-Nação, pós-iluminismo, e na organização de uma territorialidade cada vez mais capitalista e urbanizada. O que permite – quando não exige – a transformação dos diversos nomadismos humanos em uma regulação mais flexível e positiva, como a que está representada pela visitação turística. A mesma que auxilia as redes de intercâmbio das diversas territorialidades em uma nova identidade.

O Vetor Mediático-Sustentável (leia-se como “sustentação” econômica e ecológica simultaneamente) explora os avanços dos sistemas técnicos de uma automação pós-industrial. E por seu ritmo sempre acessível ao pragmatismo das imagens, que os veículos de comunicação e transporte fazem proliferar, pode-se nele reconhecer um alto poder de discriminação e efetivação dos lugares efetivamente simbólicos. Neste caso, não se trata de um reconhecimento institucional, fundado na lógica dos direitos jurídicos que aguarda a oficialização para exercer valor patrimonial. O vetor mediático-sustentável é aquele mais rapidamente gesta, pelo controle das informações, uma economia dos bens simbólicos (OLIVEIRA, 2010, p. 9-11).

A proposta de leitura dos lugares simbólicos a partir de vetores que influenciam a apropriação dos mesmos, oferecida por Oliveira (2010) foi formulada considerando santuários religiosos estabelecidos em espaços urbanos ou rurais. No entanto, gostaríamos de estendê-la à aplicação também de uma área natural aqui simbolicamente considerada como santuário, caso do rio Araguaia. O próprio autor irá, em sua análise, concluir que no contexto da pós-modernidade, há um vínculo direto entre os espaços sagrados urbanos institucionalizados e o imaginário/materialidade dos santuários naturais e a patrimonialização da natureza enquanto lugar sagrado.

Steil (1999), em sua interpretação sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa na Bahia, nos chama a atenção para a força simbólica da natureza e a dinamização de seus elementos enquanto lugares sagrados. Segundo o autor, há no imaginário cultural brasileiro “uma concepção que valoriza a natureza em seus aspectos extraordinários como lugar de manifestação do sagrado” (STEIL, 1999, p. 37). Nesse sentido, os santuários naturais surgem a partir do arquétipo de um centro mítico onde o céu e a terra se encontram, abrindo

a possibilidade de, conforme nos diz ELIADE (1991), em se penetrar o domínio do transcendente. Nesse sentido,

O poder de atração emana diretamente de uma paisagem animada por poderes que preexistem a ação humana. O próprio vaticano, após o concílio Vaticano II, coloca na ação humana o princípio fundante e instaurador do sagrado, como explicação mais plausível para a origem do culto. Ou seja, o sagrado deixa de ser visto como algo instituído por Deus e se torna uma instituição humana (STEIL, 1999, p.37)

A origem do santuário do Bom Jesus da Lapa, por exemplo, estudado por Steil (1996) está associada a dois movimentos que marcaram o catolicismo dos séculos XVI a XVIII: o da peregrinação em direção à natureza e o das aparições e descobertas de imagens milagrosas. Os cultos de peregrinação à natureza neste período se constituíram, segundo o autor, na inserção do movimento de ida à natureza, a lugares marcados por algum elemento natural e geográfico de grande densidade significativa, onde a natureza surge como um lugar privilegiado de vivência da espiritualidade (STEIL, 1996, p. 212). O autor completa a análise afirmando que:

A natureza se torna constitutiva da mística que deu origem ao santuário da Lapa através da mediação da cultura e permanece ainda hoje como um elemento central do culto. Para os romeiros, a peregrinação para a Lapa é o ritual topográfico em busca da fonte, onde sacia sua sede de sentido, fim principal e condição básica da existência humana. Mas é também ato performativo, que reinventa a natureza como lugar de manifestação do sagrado, em contraposição ao espaço urbano de convívio social (STEIL, 1996, p.231)

No Araguaia, apesar das características ambientais serem em épocas de temporada similares, e por vezes muito díspares do ambiente urbano ou rural, as forças vetoriais propostas se dão em uma dinâmica muito semelhante àquelas atribuídas às festas religiosas estudadas pelo próprio Oliveira (2010), bem como à semelhança de outras festas em santuários religiosos (D'ABADIA, 2002; D'ABADIA, 2010; ROSENDHAL, 1999; STEIL, 1996), como veremos adiante. Nas tradições e festas religiosas, a primeira força vetorial estruturante da constituição de sua materialidade é a mítico-religiosa. A essa passa a influenciar, e ser influenciada, pelo vetor político-turístico e mais recentemente o vetor mediático-sustentável (OLIVEIRA, 2010), não ignorando que na contemporaneidade não há vetor que funcione isoladamente, sem o afluxo energético dos demais.

Como bem natural, o rio é para os grupos de acampamentos tradicionais, símbolo mítico e elemento sagrado, lugar simbólico. Os lugares simbólicos são constituídos inicialmente por suas características míticas, simbólicas e afetivas. No entanto, o Araguaia foi pressionado pelo *vetor político-turístico*, sobre o bem natural que o rio é, haja vista que o processo histórico de apropriação socioeconômica empreendia ao rio Araguaia, conforme apresentamos no Capítulo I. Ali discorremos como o rio Araguaia foi “inventado” como instância ideológica pela força política na história do estado de Goiás, inicialmente com o

imaginário do grande Nilo brasileiro, o rio da riqueza, da fertilidade, das grandes navegações. Chegou a ser considerado o Mississipi brasileiro, na política governamental da Marcha para o Oeste (LIMA FILHO, 2000). No entanto, as dificuldades geomorfológicas impostas pelo rio à sociedade imputaram ao naufrágio esse ideal. Não restando alternativa que lhe desse uma utilidade econômica, o Araguaia foi então novamente “inventado” quando da criação de uma vocação turística, e a essa vocação passaram-se a desenvolver as políticas públicas de adensamento econômico para o rio (ARTIAGA, 1961; LIMA FILHO, 2000).

O vetor político-turístico imprimiu ao rio Araguaia uma representatividade significativa, colocando-o em uma instância economicamente percebida e aceita aos olhos do sistema e do ideário político. Ao vetor mediático-sustentável, sobretudo, presente no ordenamento da atividade, notadamente nas ações de informação e educação ambiental institucionalizada e fundamentada pelo discurso conservacionista mundial, soma-se novamente a instância política que, por regulamentação e fiscalização passou a coibir as práticas de caça e pescas predatórias. A presença marcante do elemento midiático-sustentável permite que destinemos ao Araguaia, fundamentalmente, uma nova leitura mítica de sua essência natural, a de natureza virtuosa. Enquanto isso, como elemento simbólico e afetivo, o rio permanecia e é ainda hoje mantido como elemento sagrado, tanto para os povos Iny, quanto para os remanescentes dos antigos acampamentos ou para os herdeiros da tradição de acampar, cujas práticas culturais permaneciam (e ainda continuam) em paralelo e às vezes independentemente de qualquer investida pública dita turística para a região. Assim, juntamente ao vetor político-turístico, fortalecido pelo vetor mediático-sustentável³, o Araguaia é ainda hoje influenciado pela força do vetor mítico-religioso, como o foi antes mesmo das pressões destes demais vetores. A figura 26 sistematiza as influências dos vetores no decorrer do processo de ocupação do rio Araguaia.

3.3 A Romaria das águas - os acampamentos nas praias do rio Araguaia na perspectiva da Tradição

No item anterior fizemos uma revisão das ideias que nos possibilitam relativizar o reducionismo conceitual que pretende encarar os acampamentos no rio Araguaia unicamente em seu aspecto turístico e econômico. Colocamos em suspensão esta ideia de turismo, encaminhando o pensamento para as relações simbólicas imbricadas entre os acampamentos e seus atores e o rio, para que pudéssemos chegar à perspectiva da prática dos acampamentos fundamentada na perspectiva da tradição.

³ No capítulo anterior vimos a importância do vetor mediático-sustentável, e seu papel educativo na influência da mudança das práticas ambientais e do comportamento na visão conservacionista dos acampamentos, a partir das ações de educação ambiental, por exemplo.



Figura 26: Os vetores influenciadores dos lugares simbólicos em perspectiva para os acampamentos do rio Araguaia. Organização: Ramos, 2010.

Nesse sentido um elemento que se torna fundamental de nossa análise e que nos auxilia à compreensão dos acampamentos como prática cultural é o valor simbólico e afetivo que o rio representa para esse grupo de acampantes, relativizando a análise puramente turística que se faça à atividade. Assim sendo, a partir da fala de um ator que acampa nas praias do rio Araguaia desde a década de 1930, gostaríamos de representar como reconduziremos a outra perspectiva de análise dos acampamentos do Araguaia:

Ramos: O que o Araguaia representa para o senhor?

Sr. O: *Este rio é a minha vida, minha filha. É nele que eu passo o ano interinho pensando. E não sou só eu não viu? O Araguaia é o amor de todo o goiano. Faz parte da nossa tradição... é... é tradição do povo goiano vir acampar no Araguaia... essa é a nossa praia. (...) Olha, eu me considero parte do rio, dessa história aqui... não sou turista, não viu? Porque o turista é aquele que vem, passa... vai embora, não tem amor não. Eu amo, como um filho que ama o pai...*

Dois elementos fundamentais para nossa discussão aparecem neste depoimento: o afeto pelo lugar no sentido topofílico e a relação com a tradição. Estes dois elementos fundamentais para a nossa compreensão dos acampamentos no Araguaia serão trabalhados convenientemente a seguir.

3.3.1 O Araguaia topofílico:

O intuito de buscar a essência da prática dos acampamentos, tendo em vista uma leitura fenomenológica, está na necessidade de encararmos a atividade a partir daquilo que

ela representa aos praticantes, no sentido de propor uma leitura dos significados atribuídos pelos próprios atores que desenvolvem tal prática. Entender as perspectivas e os motivadores daqueles que se apropriam e se relacionam com um dado ambiente auxilia o planejamento das ações conservacionistas que por ventura necessitem ser aplicadas em ambientes de vulnerabilidade ecológica, como no caso do rio Araguaia.

A essência a que nos referimos acima é entendida no sentido proposto por Ladrière (1979, p.179), que se configura como uma espécie de ideia, uma figura incomparável, única. “A essência aqui em questão, é como a lei interna e concreta de uma multiplicidade de manifestações, é àquilo que permite a própria lei manifestar-se”. É a singularidade que se mostra a partir das relações simbólicas e das memórias nos acampamentos, em uma unidade irreduzível ao mesmo tempo em que possibilita perspectivas infinitas. Para essa concepção da essência dos fenômenos, o autor ainda nos chama a atenção de que “... não se trata aqui de uma essência inteligível, de uma singularidade ideal, mas, para retomarmos a expressão de Merleau-Ponty, de uma essência afetiva” (LADRIÈRE, 1979, p. 170).

Em primeiro lugar está o sentido da relação impressa com o lugar, diferencialmente entre os turistas ditos de maneira convencional, e entre os grupos sociais que acampam no Araguaia. Para aqueles, a relação com o lugar se dá de maneira não-vivencial, no sentido de efemeridade das relações. Quase sempre o turista é mesmo aquele que passa e que toma o espaço pela paisagem, que dela se apropria, mas que não a transforma em lugar, no sentido das categorias geográficas. A análise feita por Almeida (2003) a respeito das representações tecidas pelos “de fora” e daquelas tecidas pelos “de dentro” em relação ao ambiente percebido/vivido nos é muito relevante para pensarmos as especificidades das representações dos acampantes do rio Araguaia. A autora nos afirma que “Os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento; sentimentos que correspondem às práticas e às aspirações, estando estas relações codificadas por signos que lhe dão sentido” (ALMEIDA, 2003, p. 73).

Nesse mesmo sentido, Tuan (1980) nos fundamenta essa perspectiva, quando aprofunda e sistematiza o conceito de *filia* originado em Epicuro e aprofundado por Bachelard (1993). Em suas discussões, o autor ressalta que “o turismo tem uma utilidade social e beneficia a economia, porém não une o homem à natureza” (TUAN, 1980, p.110). Essa união se estabelece por uma experiência vivencial que o turista na maioria das vezes não tem. E Almeida (2003) nos alerta ainda para o fato de que olhar a paisagem para os “de fora” é descompromissado e essencialmente distinto daquele olhar, carregado de significados ligados a uma história, à produção social e simbólica dos sujeitos “de dentro”. Para estes últimos, o “espaço vivido” é o lugar repleto dos valores ligados à maneira como os indivíduos apreendem o ambiente e se relacionam com ele (ALMEIDA, 2003, p. 72). Este

olhar, repleto de memória constituída por aqueles que vivenciam o ambiente, é preciso ser considerado quando das proposituras para o ordenamento e o planejamento ambiental.

A escala industrial do planejamento turístico tende a ignorar a afetividade, como componente topofílico, nas escolhas de viagem. Se buscarmos uma amplitude da ideia de visitação, em detrimento àquela mais técnica do turismo, nos é possível considerar que, mesmo aqueles acampantes que estejam indo a primeira vez, ou os turistas da cidade, seus olhares turísticos tendem a ser híbridos de contemplação e identificação. Os significados que este visitante atribui ao lugar paradisíaco geralmente é o da busca do belo pelo esforço da contemplatividade. No entanto, sem dúvida lhe falta a construção histórica da relação com o lugar, de onde brotam os significados que enraízam o habitante nele, como naqueles acampantes cuja prática é mais antiga. A relação topofílica está intimamente relacionada às experiências pessoais, e à apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com memória.

A partir, portanto, de outra relação com o ambiente, relação essa permeada de afetividade, como acontece com os atores que acampam nas praias do Araguaia, temporalidade significativa e proximidade é possível tecer uma nova representação com o lugar visitado, pois, conforme afirmamos,

É preciso, portanto, que a viagem proporcione um tempo maior voltado à vivência e à troca e à ampliação da consciência, gerando no visitante um sentimento de respeito e de amor para com o lugar. Acreditamos que a partir da sensibilidade no conhecer e da consciência daquilo que se percebe, geramos um sentimento de amor no indivíduo. Isso porque, melhorando a qualidade da percepção, gerando uma ampliação na consciência individual, abrimos portas para os sentimentos do amor e do cuidado (RAMOS, 2006, p. 25).

O turismo, convencionalmente formatado enquanto pacote, permite apenas a efemeridade entre os sujeitos e o local visitado. As alteridades não são construídas nem permitidas nessas circunstâncias. No capítulo quatro discutiremos mais apropriadamente as relações afetivas em sua base topofílica na constituição da memória na relação entre os acampantes e o rio Araguaia.

É de acordo com esse entendimento que consideramos que a essência dos acampamentos no Araguaia é mais complexa do que aquela analisada a partir da concepção generalista de turismo, pois, conforme resultados vistos no capítulo dois relativo ao tempo de realização dos acampamentos, a maioria dos atores acampam entre 10 a 30 anos. Isso nos permite inferir que a relação entre acampantes e o rio Araguaia é permeada pela afetividade, por sentimentos nostálgicos e pela memória. Essa característica da prática cultural dos acampamentos no Araguaia vem, portanto, nos remeter ao segundo elemento fundamental para nossa discussão acerca da prática dos acampamentos, qual seja, a tradição, que discutiremos a seguir.

3.3.2 Os acampamentos no rio Araguaia na perspectiva da tradição

As assertivas tratadas há pouco se fazem no intuito de reconhecermos como a relação entre os acampantes e o rio Araguaia são mais complexas do que aquela economicista da atividade turística. Os grupos sociais que ali permanecem, se relacionam com o rio – elemento simbólico - em outro estado estrutural de espaço-tempo, em que a vivência, diferentemente da efemeridade, transforma essa relação em lugar-memória. O turista, em geral, não transforma a paisagem conhecida em lugar de vivência, de memória afetiva, de construção de intersubjetividades. A memória, enquanto instância de representação aparece de suma importância na análise das representações que os acampantes têm do rio Araguaia, e por esse motivo será, assim como a afetividade, discutida em um capítulo adequado. Aqui, cabe-nos a reflexão do papel das tradições na leitura dos acampamentos do rio Araguaia. Nesse sentido, as exceções a essa relação do “de fora” para com o lugar, inebriada de afeto e narrativas a respeito do elemento simbólico que o constitui, encontram na figura dos romeiros e dos peregrinos, que estabelecem com os santuários religiosos uma relação afetiva diferenciada, mesmo sendo originários de outro local, atribuída devido o respeito ao lugar sagrado que lhes acolhe e que lhes oferece o objeto sagrado.

As tradições religiosas se reforçam e se põem a vista na espacialidade criada pela romaria e peregrinação, que conforme nos reforça Oliveira (2010, p.7), a força religiosa da expansão judaico-cristã vincula-se imediatamente aos êxodos, diásporas e migrações, ou seja, aos deslocamentos. A esse sentido ritualístico dos sujeitos que se deslocam ao encontro do seu objeto sagrado, gostaríamos de aproximar a mobilidade produzida pelos acampantes em direção ao rio Araguaia, estruturada pela base da tradição.

As tradições, em seu sentido *lato*, funcionam como regulação social dos sujeitos que a ela pertencem, atuando como uma estruturação social. Elas regulam as práticas humanas, que por sua vez acabam por legitimar a estrutura social, por meio do reforço repetitivo e contínuo dessas práticas, criando as tradições. Assim, é igualmente uma atividade simbólica, no sentido etimológico do símbolo, de *se unir o que se está separado*. É nesse sentido que autores como Thompson (1997) nos estabelecem quatro aspectos metodológicos para a compreensão da tradição, que muito se aproxima das funções essenciais das representações sociais: 1) a tradição tem caráter hermenêutico, isto é, interpretativo, é um modo de compreensão do mundo pelo sujeito, é um posicionamento diante do mundo; 2) é normativa, ou seja, impõe padrões de comportamento e por isso é auto-justificável; 3) é identificador, criando um sentido de pertencimento, uma construção de auto-identidade e identidade coletiva; e 4) é legitimador, fonte de apoio ao exercício do poder ou do controle, um sistema de obediência e de controle da sociedade.

Em Borhein (1997), o sentido da palavra tradição vem do latim *traditio*, cujo significado se aproxima de *entregar, o ato de passar algo para outra pessoa*. Gostaríamos então, de atentar para o fato de que as tradições, em suas manifestações, ritualidades e características que lhe dão definição, devem ser encaradas também como uma categoria de representação, no sentido conceitual que adotamos, a partir da teoria das Representações Sociais, do mesmo modo como percebemos o comportamento, a memória e o afeto expressos por meio da fala.

Entretanto, a tradição deve ser caracterizada também pelo seu caráter repetitivo, e aí se liga imediatamente ao sentido de *re-legere* da religião (tornar a ler, colher de novo em HATZFELD, 1997, p. 39), do que apenas pelo tempo de sua existência. Desse modo, a tradição eleita pelos atores que acampam no Araguaia desde a década de 1930, aproximadamente, assim a consideram por fazer dos acampamentos a sua retomada simbólica, o retorno ao objeto sagrado, e por transformar e manter a prática estruturada em rituais, em sua repetição anual do ato de acampar. Mais adiante discutiremos porque o rio Araguaia, considerado ambiente de sacralidade, auxilia os atores que acampam nessa retomada simbólica oferecida pelos rituais tradicionais, a exemplo das romarias, mesmo que, paradoxalmente, este retorno ao ambiente sagrado possa comprometer sua integridade ecológica enquanto santuário natural.

Assim, o sentido de tradição a que nos referimos na leitura da atividade no Araguaia se fundamenta na noção de tradição de Giddens (1997), para quem a tradição deve ser entendida pelo seu movimento repetitivo e não apenas pelo tempo de sua existência. Essa noção se distancia da diferenciação proposta por Hatzfeld (1997) entre o costume, “maneira comum de agir no interior de um grupo social num dado momento” e tradição “ideias, crenças e sua transmissão através dos tempos” (HATZFELD, 1997, p. 43).

O caráter ritualístico da tradição, sua manutenção, o conforto psico-social por ela gerado, e sua transmissão a outros indivíduos são os elementos básicos em nossa análise. A festa religiosa seria, nessa perspectiva, uma prática ritualizada da tradição. A tradição se materializa e se mantém a partir da constituição e manutenção da festa. Aqui, tomamos novamente como referência as palavras de Oliveira, que na perspectiva de sua análise,

é a re-apresentação do simbólico metropolitano pela composição do espaço da festa, em sua capacidade turística de constituir-se patrimonial; e de ensinar (por mitificação contemporânea que sua dimensão religiosa é dialógica e cosmopolita (além de pós-moderna). E se exercita pela ampliação da capacidade de envolver os sujeitos outros (não devotos) como parte intrínseca do ato não-excludente de festejar (OLIVEIRA, 2010, p.2).

Nossa leitura, no entanto, sobre o Araguaia é a inversão desta afirmativa de Oliveira, qual seja, *a reapresentação da mobilidade turística nos acampamentos do Araguaia em sua capacidade de composição e de constituição como lugar simbólico, transforma os sujeitos*

“visitantes” em devotos, como parte inerente de ir ao Araguaia para festejar e entrar em contato com o sagrado – romaria das águas.

3.3.2.1 A Romaria das águas: uma alegoria das romarias religiosas no catolicismo popular à romaria profana dos acampamentos do Araguaia.

Nossa impressão para o Araguaia se dá a semelhança das festas de romarias religiosas do catolicismo popular, especialmente à Romaria do Muquém, Niquelândia/GO (ROSENDHAL, 1999; D'ABADIA, 2002; D'ABADIA, 2010; OLIVEIRA, 2010) e à Romaria ao Santuário do Bom Jesus na Lapa/BA (STEIL, 1996), como exemplos.

A festa de Nossa Senhora da Abadia do Muquém é celebrada no dia 15 de agosto e anualmente reúne milhares de pessoas. A estrutura da permanência dos romeiros durante a festa se dá em acampamentos instalados no distrito rural onde se localiza o santuário, à semelhança espaço-temporal dos acampamentos do Araguaia. Os romeiros chegam com seus pertences domésticos e a comida que será consumida no tempo da festa. Abrigam-se próximos aos santuários em construções “ligeiras, de remoção fácil, feitas de palmeira de buriti e babaçu... São sustentados por mourões e apresentam a largura e o comprimento que o dono desejar” (ROSENDHAL, 1999, p. 42), em acampamentos semelhantes à rancharias. Segundo a autora, o roteiro devocional é centrado na ida ao santuário. O tempo da romaria é um tempo assinalado pelas festas, tempo forte e privilegiado de imensa vivência religiosa em que fica marcada a permanência do romeiro no espaço sagrado.

O vetor mítico-religioso (OLIVEIRA, 2010) é o fundador da romaria, em que o santuário representa o encontro do objeto sagrado – a imagem de Nossa Senhora D'Abadia. A narrativa mítica fundamenta a romaria, e é a origem da festa. O vetor mítico-turístico irá se unir ao vetor político-turístico, pois como descreve Oliveira (2010), ao sagrado da festa irão se unir as esferas políticas, na transformação do santuário em palco de discurso político. E, como concretude das forças vetoriais que a complementam, a esfera do mediático-sustentável incorpora-se na romaria do Muquém através do discurso ambiental e da comunicação virtual e tecnológica.

Na romaria do Muquém, conforme nos lembra Rosendhal (1999), o espaço do sagrado é ritualmente recriado, em que, além da função religiosa, se reforçam com a ida dos romeiros ao local o caráter social da própria romaria, o encontro de compadrios e demais parentes que moram em áreas afastadas e que, por ocasião da festa, se reencontram. No Araguaia, como veremos no capítulo quatro, há também relatos destes encontros de compadrio e de reforço dos laços sociais, em que por ocasião do acampamento o grupo familiar se reencontra e reforça seus laços socioculturais.

A romaria empreendida para o santuário do Bom Jesus da Lapa, e estudada por Steil (1996), acontece entre os meses de junho a setembro, especialmente marcada pela festa do

Bom Jesus, em 6 de agosto e de Nossa Senhora da Soledade em 15 de setembro, quando se finaliza oficialmente a romaria. Conforme observado e descrito pelo autor, na dinâmica de organização socioespacial dos grupos de romeiros tradicionais há, sempre, um chefe da romaria, e os grupos viajam em caravanas. O período que permanecem na cidade raramente ultrapassa três dias. Durante este tempo partilham entre si alimentos que são cozidos em fogões improvisados e utensílios em geral. Estabelecem-se em acampamentos e em rancharias (o termo rancharia vem do tempo em que havia grande número de romaria a cavalos e a hospedagem dos romeiros exigia o aluguel de pasto e rancho para cavalos) (STEIL, 1996, p.67-9).

Para o autor, as romarias ali são portadoras de uma tradição que é continuamente reinventada por romeiros, moradores e pelo clero, como uma forma de legitimar valores, ações e normas de comportamento que cada um destes grupos considera centrais dentro de suas redes de convenções. Nesse sentido, segundo o autor as romarias são importantes ainda para a compreensão das transformações que vem ocorrendo no contexto social e religioso dos grupos envolvidos na peregrinação, na medida em que oferecem um amplo repertório linguístico de signos, símbolos e ritos que os romeiros manipulam para lidar com as situações novas colocadas pela modernização (STEIL, 1996, p. 59). No caso do Araguaia, a tradição permite aos acampamentos lidarem com as atualizações da normativa ambiental, com a investida do capital, com os novos atores que se iniciam na tradição (os acampantes de primeira geração) e, sobretudo, com sua própria turistificação, a partir das investidas do capital e das relações de poder na criação de territórios pela reserva das praias.

O autor ainda nos apresenta que

Aos poucos pude perceber que aqueles romeiros que há mais de vinte anos faziam suas peregrinações para Lapa estavam inseridas dentro de uma rede de relações que atravessava a comunidade local e se sobrepunha a outras relações como as de parentesco, compadrio, vizinhança. A prática reiterada da romaria estabelecia, no interior da comunidade local, um campo de relações, uma rede parcial, que se fundava sobre esta experiência partilhada e sacralizada, renovada e reconstituída cada ano, em cada nova experiência. Pode-se afirmar que a jornada de peregrinação para a Lapa criava um elo especial entre aqueles peregrinos que perdurava fora do contexto da romaria, estabelecendo uma rede de relações e de confiança na própria comunidade local. (STEIL, 1996, p.93)

A romaria precisa ser repetida todos os anos, como um meio pelo qual se torna possível entrar em contato com os sentidos e símbolos fundamentais da cultura em que se inscreve esta experiência humana. E essa relação pode ser observada entre os acampantes e o rio Araguaia. O Araguaia é para esse grupo, o objeto sagrado. Assim como para os Karajá há uma ligação mítica com o rio, também o há para os acampantes. As praias se transformam de bem natural em santuário. “O peregrino deixa seu mundo cotidiano, no qual

o sagrado é encontrado parcialmente, para entrar num mundo onde o tempo e o espaço históricos são significados pelo tempo e o espaço sagrados” (STEIL, 1996, p.108).

E ir ao encontro desse ente sagrado – o Araguaia - exige uma migração temporária e religiosa, em outro sentido etimológico de *re-ligare*, qual seja, o de religar-se. Este religar-se atende aos anseios do imaginário coletivo contemporâneo, cujo mito fundante está no retorno ao berço sagrado da natureza virtuosa, da Grande Mãe, narrado entre outros, pelo mito grego de Gaia, ou a própria cosmogonia mitológica dos Karajá.

Gostaríamos aqui, inclusive de esclarecer o sentido de mito a que recorremos na construção teórica do nosso trabalho, sobretudo no que se refere a sua aproximação ao sentido de tradição (e tradição religiosa) aqui adotada. Os mitos que aqui citamos, conforme nos lembra Brandão (2009), não tem a conotação usual de lenda, invenção ou ficção, mas no “sentido de um relato de uma história verdadeira”, sobretudo, é “a narrativa de uma criação: conta-nos de que modo algo que não era, começou a ser” (BRANDÃO, 2009, p. 37). O mito é também uma representação social, conforme nos reforça ainda o autor, transmitindo, através de várias gerações uma certa explicação para as coisas do mundo. O mito expressa o mundo e a realidade humana, “mas cuja essência é efetivamente uma representação coletiva... E na medida em que pretende explicar o mundo e o homem, isto é, a complexidade do real, o mito não pode ser lógico: ao revés, é ilógico e irracional” (BRANDÃO, 2009, p. 38).

Além disso, a aproximação do sentido de construção de realidade adotada para o conceito de mito muito se assemelha à noção empregada para as representações sociais discutidas por Moscovici (1978), a quem citamos

A representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas consequências. Se os grupos ou os indivíduos a ela recorrem – na condição de que não se trate de escolha arbitrária – é certamente para tirar proveito de uma das múltiplas possibilidades que se oferecem a cada um (MOSCOVICI, 1978, p. 44)

Uma última análise dos estudos de Steil (1996) sobre a romaria ao santuário do Bom Jesus da Lapa nos é ainda fundamentalmente relevante para a aproximação na leitura dos acampamentos do Araguaia. O autor nos reafirma que, como motivadores da romaria, não são apenas os votos e crença nos milagres que colocam os romeiros em peregrinação para o santuário. Muito dos romeiros entrevistados pelo autor vem realizando um esforço bastante grande para relacionar as novas motivações e valores, com as antigas práticas ritualísticas da romaria. Para estes atores entrevistados, peregrinar é ir de encontro à experiência do companheirismo que a romaria proporciona, como a razão pela qual se coloca em peregrinação todos os anos (STEIL, 1996, p. 106). Isto é, o sentimento da alteridade, do encontro com o outro, da proximidade (BARTHOLLO, 2009) torna-se, na pós-modernidade, o motivador ritualístico extra-clerical que impulsiona os indivíduos à romaria.

Essa análise, como veremos no capítulo quatro, completa o sentido da romaria para os acampamentos do Araguaia, já que o elemento institucionalizado motivacional religioso, que organiza e sistematiza os rituais por meio do cumprimento dos votos e dos sacramentos ficariam em suspensão.

Desse modo, condensamos o nosso entendimento do Araguaia como lugar simbólico, e dos acampamentos nas praias enquanto tradição ritualizada em festa, a partir dos seguintes elementos:

- i. O Araguaia como ente sagrado – o retorno ao lugar sagrado para um período de adoração – busca do conforto psicológico e revigoramento para a vida cotidiana – noção de tradição religiosa, e religião como *re-ligare*;
- ii. A mobilidade é marcada por um período determinado, aqui por condições naturais, e se repete ao longo dos anos – Romaria ao santuário natural (o rio) e os marcadores espaço-temporais são os próprios ciclos naturais;
- iii. Há, marcadamente, elementos ritualísticos na prática – o aguardo do ‘coroamento’ das praias, a escolha das praias melhores (e sua demarcação), a organização das ‘tralhas’ dos acampamentos, a montagem dos ranchos (técnica tradicional ou não), a pescaria, a alimentação, as bebericagens e bebedeiras, os festejos.

Gostaríamos de novamente ponderar para o fato da inerência das contradições existentes em toda relação sociedade-ambiente. Essa relação é contraditória por essência, e as contradições são advindas pela própria espacialidade simbólica que lemos no Araguaia, espaço ao mesmo tempo sagrado e profano, ideia que aprofundaremos a seguir. A existência dessa dialética não nega, no entanto, o diálogo entre os pares, no sentido de que mesmo no espaço do sagrado, o rio, a existência humana inflija suas materialidades, que são concomitantemente afetivas e impactantes. Isso explicaria o porquê de, por exemplo, os grupos recorrerem ao discurso de amor pelo o rio, mas também a ele, involuntariamente e/ou desinformadamente, infligir-lhe danos ecológicos.

A própria teoria das Representações Sociais deve aqui ser citada para nos auxiliar na fundamentação a respeito da inerência das contradições e como elas devem ser encaradas de forma dialogal, e não excludente na análise das relações simbólicas entre sociedade-ambiente. Sobre as contradições Abric nos diz:

Las representaciones sociales tienen así esta característica específica, que por otro lado dificulta su análisis: están sometidas a una lógica doble – La lógica cognitiva y La lógica social. Pueden ser definidas como *construcciones sociocognitivas*, regidas por SUS propias reglas. La coexistencias de ambas permite dar cuenta y comprender por ejemplo por qué la representación integra lo racional y lo irracional. También por qué tolera e integra contradicciones aparentes y por que los razonamientos que genera pueden aparecer como ‘ilógicos’ o incoherentes (ABRIC, 2004, p. 14).

No Araguaia, estas contradições estão cada vez mais determinantes, sobretudo se olharmos o embate entre as forças da tradição e da turistificação. Os acampamentos de *Super-estrutura e conforto* do tipo comercial, por exemplo, se tornam ao longo dos anos cada vez mais tecnificados, como descrevemos no capítulo dois, e abertos à mercantilização. Isso, no entanto, não exclui seu caráter para a conservação da tradição, pois além da sua própria manutenção ao longo dos anos, permitem a entrada de novos atores à prática tradicional (acampantes recém praticantes), contribuindo, em consequência, para sua própria perpetuação. Isso porque, como também dissemos no capítulo anterior, alguns acampantes deixam de frequentar esta categoria de acampamento e passam a constituir o seu próprio. A entrada de novos atores se torna fundamental para que os acampamentos de *Super-estrutura e conforto* do tipo comercial se sustentem na contemporaneidade. Por sua vez, os dissidentes destes acampamentos passam a constituir o seu próprio ritual de acampamento, mas não abandonam a tradição de acampar.

3.3.2.2 A Romaria Festiva nas águas sagradas e profanas

As discussões a respeito das manifestações sagradas nas romarias religiosas e suas extensões/dinamizações nas manifestações profanas das festas são responsáveis por diferentes posicionamentos teóricos a respeito da configuração de suas espacialidades. Para os autores que seguem a clássica dualidade durkheimiana, há uma separação entre os espaços das manifestações sagradas, em paralelo ou em divergência as demais manifestações culturais que circundam àquelas ditas sagradas no período da romaria – as festas populares (ROSENDAHL, 1999). Nesta corrente de entendimento, há uma espacialidade destinada às práticas ritualísticas e simbólicas em torno do elemento religioso, entendidas como o espaço e o tempo do sagrado, “O tempo sagrado e o espaço sagrado convivem nas romarias” (ROSENDAHL, 1999, p. 44). Enquanto há, em paralelo ou em divergência a esses espaços e tempos sagrados, o espaço-tempo profano das manifestações festivas “O espaço sagrado é o lugar do santo, o lugar superior e não profano, onde ocorre visivelmente o encontro simbólico do santo com o povo (...). Existe uma inter-relação entre o espaço sagrado e espaço profano; entretanto eles não se misturam” (ROSENDAHL, 1999, p. 44 e 47).

Outra corrente baseada na concepção de Eliade, cujos autores como Maia (1999) e Oliveira (2010), que procura dialogar na leitura espacial das romarias como festas religiosas populares. Para estes autores, as manifestações religiosas são também festivas, ou seja, elas se apresentam em uma transcendência (ELIADE, 1990) espaço-tempo e, ambigualmente, como manifestações sacro-profanas. A romaria é religiosa e o é também festiva. Steil nos diz que: “Ao pensar a romaria como uma festa, somos remetidos à ideia de

um acontecimento total, que permite percebê-la como algo que ultrapassa a perspectiva que procura restringi-la a um ajuntamento de fiéis dedicados à atividades religiosas” (STEIL, 1996, p.134). A festa, para o autor, se coloca como um elemento englobante dos sentidos contraditórios (de penitência e de satisfação) que estão no culto da romaria.

É a esse sentido da espacialidade da romaria que é simultaneamente religiosa e festiva que aplicamos ao rio Araguaia - em analogia, os acampamentos são expressões culturais tradicionais à semelhança das romarias religiosas. No Araguaia, a leitura simbólica do rio enquanto elemento sagrado, cuja retomada se faz anualmente, convive com as práticas festivas ditas profanas, da celebração e da beberagem, conforme descreveremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Festeja-se inclusive pela oportunidade da proximidade para com seu elemento sagrado – o rio.

Lembrando que as festas populares são rituais (MAIA, 1999, p. 192), assim como as romarias também o são (STEIL, 1996) e que ambas apresentam-se como mecanismos repetitivos constitutivos de uma tradição que lhes dão significados. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar dois conceitos de festas que são aqui estruturantes para pensarmos esta perspectiva para o Araguaia. Estes conceitos, apesar de divergentes em seus fundamentos teóricos e epistemológicos, igualmente nos oferecem elementos convergentes no que diz respeito ao Araguaia.

Uma noção de festa é discutida na perspectiva fenomenológica de Duvignaud (1983). Este autor parte da perspectiva de que o espaço-tempo da festa se dá em oposição, em ruptura, ao espaço-tempo do cotidiano. Os períodos de ruptura que representam as festas caracterizam comportamentos “anormais” de transgressão social, no sentido de que as práticas que as constituem não são aceitas quando no convívio social habitual, mas apenas no espaço-tempo da festa. Ele nos diz:

(...) Tais formas de anomia são manifestações de ruptura e, ao mesmo tempo, de descoberta de um universo onde a inexistência de regras é mais substantiva do que a decomposição das normas. É uma diferença fundamental que nos impede de associar a festa à vida social normal porque ela é a própria coordenação da destruição (DUVIGNAUD, 1983, p. 67)

A festa, assim, é o exercício da subversão, pois ela “coloca o homem face a um mundo sem estrutura e sem código” (DUVIGNAUD, 1983, p. 68). O momento da festa impõe às relações humanas a fusão das consciências e afetividades, substituindo todos os códigos e todas as estruturas. A festa é também, para este autor, bem como para Oliveira (2010), momento da alteridade, do encontro ao outro, de auto-identificação: “Segundo as aparências, a festa atinge aquilo que constitui a finalidade última das comunidades, isto é, um mundo reconciliado, uma entidade fraternal” (DUVIGNAUD, 1983, p. 69). As práticas ritualísticas mantidas durante os acampamentos do Araguaia respondem a esse elemento

das festas apresentado por Duvignaud. A vivência durante o período em que os grupos permanecem acampados escapa, pelo ócio e pelo lazer, o viver ordinário na pós-modernidade. Acampar no Araguaia representa a descontinuidade, a excepcionalidade (DUVIGNAUD, 1983) da vida cotidiana, como observaremos na descrição que faremos no próximo Capítulo, a respeito das *práticas sociais nos acampamentos*, cujas características as aproximam das práticas ritualísticas. E aqui gostaríamos de discutir a outra concepção de festa proposta por Canclini (1983), que apesar de contrária a de Duvignaud, encontramos justamente no elemento da normatização, uma condição de conciliação entre o posicionamento destes dois autores para a leitura dos acampamentos no Araguaia.

A visão materialista de Canclini se opõe de imediato à fenomenológica de Duvignaud, pois para aquele a “festa sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica e suas estruturas culturais, as suas relações políticas e as propostas de mudanças” (CANCLINI, 1983, p. 54). A festa seria, portanto, o complemento daquilo que falta aos grupos em suas vidas ordinárias: “esta diferença da festa, seus excessos, o esbanjamento e a sua alegre decoração são compreendidos se relacionados com as suas carências rotineiras” (CANCLINI, 1983, p. 55). O autor, portanto, não compreende a festa como a fuga da ordem social, mas considera que a sua descontinuidade é uma forma de se falar daquilo que se abandonou na vida cotidiana, de continuá-la em outra estrutura. A festa continua a existência cotidiana, pois reproduz as contradições da sociedade. Os elementos normativos e de manutenção do posicionamento das classes se mantêm presentes no momento da festa.

Apesar da concepção de Duvignaud ser mais abrangente na leitura sobre nosso objeto de estudo, o posicionamento de Canclini na questão da normatização se faz fundamental. Dessa forma, nos acampamentos do Araguaia, a normatização das atividades pelos órgãos governamentais funciona como um imperativo de ordenamento, organização e imposição de limites para as práticas sociais desenvolvidas durante a temporada nos acampamentos. Como por exemplo, as *Normas de Convivência com o Rio* (Anexo A), distribuídas anualmente pelo IBAMA nas praias e muito divulgada pela mídia, não têm peso de lei, mas funcionam como um ‘acordo entre cavalheiros’, um contrato social e psicológico de política de ‘boa vizinhança’ e de ‘preservação ecológica’ para o rio. Aqui, notamos a força presente e intensa do vetor político-turístico no ordenamento das práticas sociais nos acampamentos do Araguaia.

Isso se torna significativo para as relações ambientais entre os atores sociais e a integridade ecológica do rio, pois o Araguaia neste momento é sim um elemento simbólico da ruptura com a normatização do comportamento socialmente aceito, imposto e vivido pelos atores no cotidiano (DUVIGNAUD, 1983). Ali como recorrente nos discursos dos atores, é o local da saída, da fuga do cotidiano, e do momento de “*recarregar as baterias*”

(Dona M., 69 anos). Esse discurso fundamenta outros comportamentos e atitudes que não são aceitos e ou tolerados no local de origem das práticas e em meio aos seus grupos sociais, o que justifica, por exemplo, a beberagem excessiva de bebidas alcoólicas ao longo de dias e noites inteiras.

Na falta de uma normatização que crie limites para as práticas humanas nos ambientes de maior vulnerabilidade ecológica, como no caso do Araguaia, podemos recorrer ao risco da continuidade, da potencialidade ou do retorno às hodiernas práticas de caça e pesca de extermínio da fauna, muito costumeiras nas águas e margens do Berohocy. Estas foram, ao longo de décadas, minimizadas com as ações de normatização legislativas e punitivas, e com as ações de fiscalização e educação ambiental que sumariamente são desenvolvidas, mas que, ainda sim, causam efeitos positivos em vistas à integridade ecológica do rio. O posicionamento do vetor mediático-sustentável (OLIVEIRA, 2010) colabora para o fortalecimento e a lembrança aos grupos do fundamento mítico originário dos acampamentos, qual seja, a natureza-rio como elemento sagrado que, portanto, deve se manter incólume.

A completude entre a noção de festa e romaria feita por Steil (1996, p.133) nos auxilia, finalmente, a aglutinar ambas as noções à perspectiva dos acampamentos no Araguaia. Para o autor, a festa se coloca como elemento englobante dos sentidos contraditórios da romaria. Esta se constitui pela oposição entre a penitência e a alegria, dispostos por dois núcleos de práticas e sentidos complementares em que, no primeiro, está a ordem ritual, no qual se busca estabelecer a repartição de papéis, a codificação dos símbolos e a ação cerimonial, embora no Araguaia isso ocorra de maneira diluída e diferenciada; no segundo, está o espaço da espontaneidade, da diferenciação, da inarticulação, da emoção coletiva e informal. Nesse sentido, a prática dos acampamentos se constitui, então, como uma manifestação cultural de um grupo social, em que o sagrado (o rio) da romaria e o profano da festa se espacializam e tomam concretude em um mesmo ambiente.

Pensar a prática cultural dos acampamentos enquanto uma festa tradicional, e a partir da perspectiva das romarias, pode nos fornecer novos instrumentos para rever o modo como o grupo constitui e representa sua prática. Mormente, novas relações de ordenamento territorial que vislumbrem uma perspectiva de integridade ecológica com o rio podem ser pensadas. A educação ambiental, por exemplo, ou as demais ações de planejamento ambiental empreendidas para o Araguaia deveriam considerá-la como prática cultural, pela profundidade das relações entre os grupos de acampamentos e o rio, superando o reducionismo conceitual e pragmático de tomá-la como unicamente turística.

CAPÍTULO IV

MEMÓRIAS FLUIDAS DE REPRESENTAÇÕES EM FALA: AS NARRATIVAS E A RELAÇÃO AFETIVA DOS ACAMP(AM)ANTES DO RIO ARAGUAIA

4.1 Diálogos entre a Teoria da Memória Coletiva e das Representações Sociais (RS)

Nos capítulos anteriores fizemos o esforço teórico para compreender a relação existente entre os acampantes e o rio Araguaia que superasse a representação generalizada que a considera apenas como uma relação turística, desligada de vivências que a solidificaram. Discutimos seu valor simbólico para os acampantes, enquanto prática cultural tradicional. Apresentamos também, como esses acampantes representam suas práticas ambientais com o rio, no sentido de que o próprio comportamento, as ações humanas impressas no ambiente são, em si, instâncias representativas, ou seja, é a esfera da RS posta e lançada sobre o outro ou o ambiente (MOSCOVICI, 1978; ABRIC, 2004).

Aqui, gostaríamos de discutir outra instância da representação social, aquela manifesta por meio da fala. Para isso, consideramos a concepção de Bahktim (1986), para quem o ato da fala é a linguagem humana posta em ação, cujas experiências, percepções e concepções do mundo vivido são representadas em uma expressão linguística. As narrativas são, portanto, construções representativas que edificam a forma com que o indivíduo que fala percebe o mundo em que vive.

Para essa teoria da fala enquanto representação do mundo vivido, encontramos ecos também em Halbwachs (2002). Segundo esta perspectiva, a fala é a mediadora entre o estado psíquico das percepções em que o indivíduo apreende o mundo, e o conteúdo representado na narrativa, que é filtrado, elaborado e codificado, e então posto em ação, pela fala. Para Halbwachs (2002) a linguagem é o instrumento decisivamente socializador da memória individual à memória do grupo.

Nesse sentido, a análise que faremos a seguir, baseadas nos depoimentos pessoais cedidos em entrevistas pelos atores desta pesquisa, são também expressões das representações que os mesmos mantêm com o rio Araguaia. Elas serão feitas a partir do que Geertz (1989) nos propõem ser uma “descrição densa”, buscando, não uma interpretação da fala dos atores, mas uma aproximação de seu ponto de vista. A partir das histórias de vida narradas no contexto da pesquisa, a memória surge como uma categoria que nos auxilia a configurar e discorrer a respeito destas representações entre acampantes-Araguaia. Assim, recorreremos ao estudo da memória coletiva como auxiliar nas discussões que se seguem.

4.2 Histórias de vidas vividas com o rio

A memória é de forma geral associada à ideia de tempo. Muito embora, como nos lembra Reynaud (2005), essa associação seja coerente, é preciso considerar a associação entre memória-espço e memória-afetos. Nesse sentido, considerar as vivências e as memórias de determinados grupos humanos com o ambiente no qual se relacionam são importantes instrumentos para a compreensão de dada realidade. Essas memórias, cuja base se constrói na vivência com os lugares, podem nos revelar as diversas representações das alterações no ambiente físico, social e cultural ocorridas ao longo dos anos (MARIN, 2003; ALEXANDRE, 2010). Compreender que essas mudanças são oriundas de diferentes causas, tanto materiais quanto sociais e que influenciam diretamente na subjetividade dos atores que se relacionam com dado ambiente, implica na reconfiguração e ressignificação da relação acampantes-Araguaia.

Nesse sentido, Alexandre (2010) nos atenta para o fato de que os sujeitos propiciam significados ao ambiente e essas significações variam de acordo com as mudanças de relacionamento com o mesmo, ao se alterarem as relações, se alteram igualmente os significados afetivos, místicos e sociais e vice-versa. Segundo a autora, “o lugar formado de diferentes relações objetivas e subjetivas por meio das diversas experiências dos sujeitos, apresenta marcas significativas apreendidas por estes pela mediação dos elementos constituintes do ambiente” (ALEXANDRE, 2010, p. 16). Assim, as representações constituintes da memória dos atores construídas no decorrer das diversas experiências e permanências em acampamentos no Araguaia são indicadores das mudanças ocorridas no ambiente, inclusive nas relações empreendidas pelos atores com o rio.

As narrativas aqui trabalhadas foram coletadas em especial naqueles acampamentos existentes há um tempo superior a cinco anos. Nesse sentido, podemos afirmar que os nossos atores possuem elementos e marcas memoriais das transformações ambientais permanentes no tempo e no espaço, nos possibilitando compreender como estes observam e representam estas transformações, como elas ocorreram e o que sentem em relação a elas. No entanto, ainda que a memória não seja uma capacidade exclusiva dos idosos, optamos por iniciar a apresentação das histórias de vida com o rio, mais significativas, narradas a partir daqueles atores cuja vivência com o Araguaia coincide com as suas próprias histórias de vida. A escolha por iniciarmos pela fala dos idosos dá-se por concordarmos com Bosi (1999), bem como com Resende e Souza (2005), que os consideram como os responsáveis pela manutenção da tradição e pela transmissão da história de um grupo às demais gerações. Estes idosos entrevistados são os representantes de acampamentos que aqui consideramos de quarta geração, pois os mesmos já transmitiram aos netos e bisnetos a tradição de acampar. Em trama a elas, descreveremos as narrativas dos demais atores entrevistados, cuja idade cronológica os diferencia da

classificação dos atores acima relacionados, e a quem consideramos as segunda e terceira gerações de acampantes do Araguaia.

A história de vida de um indivíduo e as experiências vividas, apreendidas, acolhidas (e outras por vezes recalçadas) na instância da afetividade sobre um determinado ambiente determinará a transmutação de certas paisagens em um nível de lugar. Isso transferirá a este mesmo ambiente, outros significados e outras características mais íntimas e pessoais àquele dado indivíduo ou coletividade. As experiências positivas vividas, sobretudo, a partir da infância, são fundamentantes no sentimento de topofilia e irão influenciar ao longo da vida do indivíduo e do grupo as relações, os comportamentos, as visões de mundo dos mesmos frente ao ambiente – determinando sua ontologia ambiental.

E por concordarmos com Risso (2005, p.109) para quem “o lugar não é simplesmente um espaço produzido, ele é, sobretudo um espaço vivido, onde as pessoas têm suas experiências de vida e afeição com o lugar”, e a cultura que se sedimentou no lugar - Araguaia criou uma identidade cultural do grupo com o rio, voltamos a afirmar, e os relatos que se seguirão reforçarão nossa afirmativa, que o rio Araguaia é para estes acampantes, um lugar de afetividade, e não apenas a paisagem estética e externa às relações afetivas a ser consumida.

A partir da história de vida dos Srs. O. e J.G., e das Sras. T., M., e J., que apresentamos em fragmentos selecionados na riqueza de seus depoimentos, pudemos perceber a profundidade da interação entre estes atores, e suas famílias, com o rio Araguaia, em seus acampamentos de quarta geração.

No caso do Sr O., o fato de que com 76 anos¹ este senhor ainda hoje, e em todos estes anos, ser um acampante, nos demonstra os significados simbólico-afetivo que o rio lhe representa.

Sr. O., 76 anos – 73 anos de rio Araguaia: Isso começou com meu pai, ele era um homem muito arrojado ele saiu de Aruanã primeiro (...) Então a primeira viagem minha aqui, como foi? Meu pai pegou eu e meu irmão mais velho e fez uma caminha pra mim dentro da canoa, eu tinha três anos e deixou escurecer pra sair de Aruanã e pensou que o acampamento da família estivesse um pouquinho mais pra cima então chegou lá no “Bazim” eles não estavam e nós passamos a noite inteira viajando e nessa viagem eu tive a primeira lição prática de astrologia, nós chegamos amanhecendo o dia. Então foi muito marcante na minha vida, foi muito útil porque eu tenho noção de tudo que acontece no Araguaia

Este senhor é considerado um dos pioneiros dos acampamentos no rio Araguaia, conforme nos apontam inclusive outros atores entrevistados. Como nos foi narrado, o Araguaia foi apresentado a ele ainda em tenra infância, por seu pai, a partir do município de Aruanã. A cidade aparece já como o ponto de partida para os acampamentos nas praias do rio, reforçando o que dissemos a respeito da importância do município historicamente.

¹ Lembrando que todas as idades citadas se referem ao ano da coleta de dados, ou seja, 2010.

Assim como a Sra. J. e a Sra. T, cujos relatos virão em seguida, estes senhores construíram aos longo dos anos, diversas experiências, e estabeleceram profundas relações com o rio Araguaia. Na oportunidade de relatar estas experiências que lhes oferecemos por motivos destas entrevistas, elementos ainda vivos e presentes na memória foram trazidos à manifestação.

Para a Sra. J., rememorar o Araguaia é, segundo a própria, “rememorar a própria vida”. Em suas narrativas fica evidente também o papel da família na vivência com o Araguaia, cuja relação ainda se estende, já que durante a entrevista estava com o bisneto de quatro anos nos braços, e que já acampava desde os dois anos. A família da Sra. J., prima do Sr. O., é apontada por outros atores entrevistados como a família pioneira do Araguaia (família Alencastro Veiga), e a mesma Sra. nos narra a sua história:

Sra. J., 75 anos – 73 de rio Araguaia: Quem descobriu isso aqui foi meu pai e meu tio [pai do Sr. O.]. Ai nós chegava em Aruanã de caminhão e todo mundo sabia que era a caravana Alencastro Veiga que estava chegando (...) e ai ficava três dias, quatro dias numa praia e fazia acampamento pequeno. Não comprava barraca naquela época, os empregados iam no mato e cortavam madeira e minha mãe, minhas tias faziam barracas de algodão cru e tudo era cortado aqui no mato . E ali dormia no chão, era uma farra danada e ficava 45 dias aqui na praia, mas não ficava a temporada todinha num acampamento só, três dias, quatro dias agente ia mudando de praia. Agente escolhia sempre onde era bom de banho e onde tinha furo. Qualquer lugar que você parava tinha peixe, era uma fartura de peixe, uma coisa! E nós ficava 45 dias e não via um barco (...) Papai me deu uma canoa, eu mesma pilotava, colocava uma matula na canoa e só voltava de tarde, entrava nesses lago aí tudo pescando, o índio ia comigo

Podemos notar a partir do relato desta senhora que as viagens ao rio Araguaia eram referenciadas como caravanas, cujo significado para região era marcadamente fortalecido pela própria representatividade da família desta senhora. Além disso, fica marcada também a referência ao modo de se fazer o acampamento no passado, a partir do que Halbwachs (2002) chama de “percepção do instante presente”. É como se esta senhora comparasse os acampamentos do passado ao que ela estava a vivenciar no instante da entrevista. Ao nos dizer que também passavam ‘45 dias e não via um barco’ a memória é contraposta a um Araguaia que existe apenas no passado, já que no presente, sobretudo no acampamento em que se encontrava, de categoria *estrutura-rústica e conforto alto*, a realidade se apresenta diferente, tendo em vista a quantidade de acampantes e embarcações. Para Menezes (2005, p.33) “o ‘lembrar’ não é viver mais uma vez no inconsciente, mas um ato de reconstrução do que foi vivido no passado utilizando elementos do hoje, tais como imagens e ideias. A lembrança é construída a partir das práticas sociais e representações do presente”.

Fica notável também a relação destes acampantes com a figura dos autóctones, conforme discutimos anteriormente. Há em alguns relatos a referência à figura dos Karajá como os guias e o apoio aos acampamentos, como discutimos também no terceiro capítulo.

A Sra T. é também apontada por diversos atores como uma pioneira nos acampamentos no rio Araguaia. Com 76 anos, esta senhora organiza um dos mais tradicionais acampamentos do entorno de Aruanã, de quarta geração e categoria *super-estrutura e conforto*, existente há 33 anos, segundo ela nos conta:

Sra. T., 76 anos – 60 anos de rio Araguaia: A primeira vez que eu vim no Araguaia foi em 1951 e eu vim com uma caravana com um senhor de Goiás que era povo de Alencastro Veiga então nós viemos encontrar com a família Alencastro Veiga que vinha aqui desde 1930. Essa senhora aí é filha de um pioneiro do Araguaia [apontando para a Sra.J.]. Em 1952 eu comecei a trabalhar nas missões religiosas do Araguaia, (...) com a Cáritas brasileira então agente levava alimento e ia distribuindo pra os ribeirinhos. Eu trabalhei 15 anos nesse trabalho aí em 1965 encerrou esse trabalho das missões, que a diocese foi dividida, (...) então nós entregamos o trabalho da diocese ao Dom Roriz. Aí o padre que viajava, que fazia o trabalho que eu trabalhava com ele, incentivou muita gente a trazer grupos pra cá então nós formamos um grupo de pessoas que trazia um caminhão (...) me dá muita saudade! [embargo na voz]. E agente vinha, aí fundamos uma associação que chamava Areia aí trazia o pessoal de ônibus (...) primeiro começamos com quinze dias e depois diminuimos pra uma semana, aí em 1976 nós separamos o grupo o E. [sócio na organização do acampamento] e eu em 1977 nós fundamos o Sol [nome do acampamento] que está até hoje

A partir desta narrativa percebemos também como a história pessoal confunde e coincide por vezes com a própria história e personagem do lugar, conforme bem nos alertou Sá (2005, p.45). O Sr. O., além de um pioneiro nos acampamentos do Araguaia, é de uma família tradicional da Cidade de Goiás. Sua narrativa, em diversos trechos, nos transmite as experiências de um indivíduo que ao mesmo tempo em que busca em sua memória acontecimentos importantes de sua vida pessoal, o faz a partir das referências e citações à personagens e acontecimentos históricos, como podemos ver no trecho que se segue:

Sr. O., 76 anos – 73 anos de rio Araguaia: Começou aqui com meu pai (...). Eu vim com meu pai e isso foi um acontecimento importante, eu fiquei com meu pai numa pensão, aí de madrugada meu pai saiu, tava escuro, e eu comecei a chorar, era criancinha, então eu escutei uma voz do outro lado falar “ô meu filho, aqui é onde o filho chora e a mãe não escuta” Esse homem era simplesmente o Dr. Coronel Barbosa que foi catequizar os índios e lá mataram eles, todos eles foram massacrados com exceção de duas pessoas (...)

O trabalho da memória, conforme nos esclarece Menezes (2005), é de grande importância para a demarcação de identidades individual, familiar e/ou de grupo e se expressa na forma como as pessoas relatam sobre suas vidas. Nesse sentido, a memória é entendida como o resultado da interação social dos indivíduos em grupo a partir do espaço de suas vivências, o que lhes configura “quadros sociais da memória” (HALBWACHS, 2002, p.79). Assim, a lembrança individual passa relacionar-se com os grupos e instituições nos quais o indivíduo se inclui.

Para o Sr. J.G. sua história com o Araguaia apenas se diferencia das demais pelo fato de ter sido apresentado ao rio não por familiares, mas por amigos, muito embora em se

tratando de laços afetivos, os amigos são também grupos sociais significativos nesse sentido:

Sr. J.G., 60 anos – 46 anos de rio Araguaia: Eu morava em Goiânia, a região que eu morava tinha já um pessoal de idade que gostava de pescar, duas três vezes por ano eles organizavam lá quatro cinco véi e vinha, e eles me convidava, então eles me convidavam por dois motivos, uma é que eles me ajudavam na despesa e outra que eu trabalhava porque no acampamento tem muito serviço e eu era garoto cheio de disposição, então eles me chamavam sempre e daí pra cá, depois eu comecei a trabalhar, comecei a fazer as coisas por minha conta e continuei vindo. Essa veiarada, dos que eu lembro, só resta um e também já não vem mais, então a evolução que eu tive é que chegou nisso aqui

O papel da família é fundamental na manutenção da prática dos acampamentos ao longo dos anos, por isso uma prática cultural tradicional, e que observamos em diversas falas, o papel dos parentes mais próximos como pais tios ou avós na introdução dos atores entrevistados na prática dos acampamentos e conseqüentemente no amor pelo rio. Partindo dessa representatividade, nos inspiramos para classificar os acampamentos por geração, em referência ao papel da família na manutenção da tradição.

Os atores em suas relações com o rio Araguaia demonstram, a partir do relato de suas memórias, como sua relação com o rio é significativa na formação da identidade de um grupo, bem como no fortalecimento dos laços da tradição, reforçando o que discutimos no segundo capítulo:

Sra. M.A., 42 anos – 30 anos de rio Araguaia: Acho que o Araguaia representa Goiás... antes de vir eu passei por Natal e conversando com as pessoas lá, e eu tenho muito orgulho da minha terra, então eu falava olha daqui a pouco eu vou pra Goiás, vou lá pro Araguaia, vou pescar... Então falando em goianidade se fala em Araguaia e não tem como você desvincular isso é tradicional... eu estou passando pros meus filhos essa paixão pelo rio Araguaia e a consciência também de preservar

Para os grupos que frequentam o Araguaia ser goiano é ir ao Araguaia, seja em acampamento, no que se representa sua forma mais tradicional do sentido de goianidade, ou no estar próximo ao rio, usufruindo das incipientes infraestruturas urbanas em vias de turistificação dos municípios ribeirinhos. Os sentidos simbólicos do rio Araguaia que se transformam e ganham outros sentidos continuam a fortalecer a identidade do que é ser goiano para o goiano, conforme nos diz o Sr. R: "Eu acho que o Araguaia representa um patrimônio do estado de Goiás e todo cidadão goianiense, eu acho isso, tem que preservar ele". A necessidade de preservação viria aí, imbuída do sentido do rio enquanto um patrimônio, um bem comum cuja importância o destina a preservação.

Também a Sra. J., à semelhança do Sr. O., tem em sua história de vida de Araguaia, um misto de lembranças pessoais e acontecimentos e personagens históricos que lhes estruturam e fundamentam a construção da memória pessoal (HALBWACHS, 2006). Zanini (2005) nos lembra que redesenhar o passado implica refletir sobre como determinadas

narrativas influenciam valorativamente o presente, salientando que há certa mitologização acerca das personagens e do quanto elas participaram dos acontecimentos narrados, como que são recorridos para dar garantia à história narrada:

Sra J., 75 anos – 71 anos de rio Araguaia: (...) o Mauro [Mauro Borges] quando era governador ele passava uns dias conosco e lá quem saia com a Dona Lourdes era eu porque eu pilotava então eu saia com ela pra passear, pra pescar e eu tinha prática demais, desde menina né, aí eu pescava bastante, conhecia os lugares bonitinhos, eu era do Araguaia mesmo

A partir das falas apresentadas, recorremos novamente a Zanini (2005, p.116) para dizer que não são todos os acontecimentos, personagens e fatos que permanecem nas memórias. Eles são um exercício de escolha feita pelo indivíduo, de privilégio e de possibilidades de partilha, que muitas vezes se tornam relatos autorizados, triagens e interpretações conduzidas por critérios subjetivos. A autora compreende ainda que a construção da memória é um processo onde a fabulação, a imaginação e a historicidade se mesclam. Assim, a memória se caracteriza não apenas como um depósito de acontecimentos, mas sim elaborações, construções que o indivíduo tece acerca de si mesmo, de suas experiências pessoais ou grupais. Nesse sentido, os fatos históricos são também reconstituídos e refeitos (HALBWACHS, 2002; MENEZES, 2005; SILVA, 2005) em momentos especiais cujo rio Araguaia foi o ambiente palco destas vivências. Vejamos um fato histórico vivido extraordinariamente pela Sra T.:

Sra. T., 76 anos – 60 anos de rio Araguaia: Eu lembro o dia que o homem pisou na lua, eu tava aqui, aí deitamos a lua estava bonita, o acampamento era pequeno, todo mundo foi pra praia pusemos uma música bem suave e ficamos naquela expectativa de ver o homem pisar na lua e olhando pra lua. Quando eles anunciaram “o homem pisou na lua” aí batemos palmas, levantamos, viva o homem... Viva a vida... Foi bonito.

Acontecimentos vividos, fatos emocionantes da vida de diversos atores, sobretudo destes que aqui descrevemos, tiveram como cenário o rio Araguaia o que mais uma vez nos permite afirmar que o rio é, para estes acampantes, um ambiente especial constituinte do seu mundo vivido, cuja instância da paisagem foi suplantada como instância de lugar de relações.

Vejamos o que nos narra o Sr. O.:

Sr. O., 76 anos – 73 anos de rio Araguaia: Foi aqui que aconteceu a coisa mais importante da minha vida. Eu conheci a N. [esposa do seu O.] quando ela tinha quatro anos aqui no Araguaia. (...) Aí nós começamos essa vida assim... Vínhamos para o Araguaia a N. já começou a ficar mocinha, 14 anos, e eu namorei três anos e ficamos dois anos noivo aí casamos que foi o dia mais feliz da minha vida, assim como o da morte do meu pai foi o mais sofrido, então é isso que o Araguaia me proporcionou. Porque meu pai morreu nos meus braços aqui no Araguaia também. Estávamos acampados e ele morreu aqui nos meus braços não deu tempo de levar para cidade [embargo na voz] (...) e essas foram as coisas mais importantes da minha vida e eu vivi aqui mesmo nessas areias...

Resende e Souza (2005) nos lembram para o fato de que as lembranças do grupo doméstico são as que possuem maior coesão, as lembranças relacionadas ao ambiente familiar guardam vínculos que não se separam mesmo quando o ambiente de origem daquela história se tenha transformado. O enraizamento em um espaço comum transcende o sentimento individual para o de toda uma coletividade. Outras vivências, à semelhança desta narrada pelo Sr. O., aparecem com frequência nas narrativas das relações entre acampantes e rio Araguaia, conforme nos conta o Sr. D.:

Sr. D., 52 anos – 31 anos de rio Araguaia: Mês de julho não tem nada que me segura em Goiânia ou aonde eu estiver, eu estou aqui... Meus filhos foram gerados no Araguaia, tenho filho de 27 anos que foi gerado no Araguaia, meus meninos vieram pra cá, tem foto da M. [esposa] barrigudona do T. [filho] e...então todo ano eu estou aqui

Este ator, embora não se enquadre na categoria dos idosos, tem à semelhança dos demais que se seguem uma relação temporal e afetiva significativa com o rio Araguaia. Em relação aos acampamentos de quarta geração, estes seriam a terceira geração de acampantes que mantêm viva a tradição dos acampamentos e do afeto pelo rio Araguaia.

Se os “quadros sociais” da memória são constituídos a partir dos grupos e instituições sociais aos quais os indivíduos pertencem, como bem nos dizem Halbwachs (2002) e Menezes (2005), a família aparece aqui como a instituição mais marcante das diversas narrativas apresentadas, além das relações de amizade e no caso da Sra. T., a igreja. O relato que se segue é mais um exemplo de como a relação familiar se faz importante para a transmissão e na manutenção da tradição às novas gerações.

Sra. M., 36 anos - 30 anos de rio Araguaia: Esse rio é... é parte da minha vida porque tem muitos anos que eu venho pra cá, tenho boas lembranças daqui, quantas vezes agente já socorreu pessoas... porque antigamente era tudo em ferro, o povo enchia demais a canoa uma marola eles afundavam e agente ajudava... Então é muitos anos de convivência com o Araguaia... Em 1982 nos acampamos na ressaca da lama, nós vimos onça mesmo... e a onça foi pra tentar entrar e ela rasgou a lona e nós achando que era os porquinho e de manhã eu fui olhar, a palha todinha rasgada ela por pouco não entra, jaguatirica sem vergonha.... Meu pai foi coordenador da ASBEG [acampamento da antiga Associação do Banco do Estado de Goiás, o acampamento ainda mantém este nome] por 10 anos então nós criamos com a consciência de um acampamento limpo e a ASBEG sempre foi premiada, mas isso vem de muitos anos, desde criança. Eu trabalhei muito na ASBEG catando latinha no chão eu era menina pequena então era diversão pra gente...

No depoimento que se segue, sua relação com o Araguaia se tornou tão profunda que foi necessário, inicialmente, que o atores passasse a retornar ao rio diversas vezes ao ano, o que de fato acontece com diversos outros atores. Posteriormente o Sr. J.G. mudou-se para perto do rio, para o município de Aruanã, conforme nos conta:

Sr. J.G., 60 anos – 26 anos de rio Araguaia; E desde então passei a vir todo ano... Queria tanto viver do rio que mudei pra Aruanã... Fez parte de um projeto de vida na terceira idade (...) É o seguinte... O meu stress eu combatia pensando no Araguaia, no stress eu pensava, aquele dia no

Araguaia tava... era bom, então servia de atenuante então imaginava uma imagem, uma cena. Hoje em dia eu não tenho nem vontade de sair de perto dele... por isso vim morar aqui

Na memória a seguir, percebemos que também este ator, o Sr. C., além de acampar desde tenra infância, passou ao longo dos anos, a conviver com o Araguaia diversas vezes ao ano, além do período de acampamento:

Sr. C., 37 anos – 34 anos de rio Araguaia: Eu vim a primeira vez pro Araguaia em 1976, eu tinha três anos de idade, meu tio fazia acampamento em Cocalinho, pra baixo de Cocalinho um pouco, perto do Lago Rico, e... desde então eu venho todo ano, nos últimos vinte anos eu venho todo ano e várias vezes por ano (...) Meu tio, ele fazia e... eu vinha com um tio meu, aí eu era menino né... Aí depois, a partir dos dez [anos] eu ia pra acampamento de amigos meus, teve uma época que eu até ajudei a montar acampamento lá no Lago Rico, aí depois comecei a namorar com minha esposa, aí vim pra cá, pra cá nessa região eu venho tem uns treze anos... quatorze anos, não sei... minha história é essa...

Na narrativa do acampante que se segue observamos, na medida da descrição de sua memória, a imagem de um rio Araguaia passado, frente a uma realidade não mais observada no presente.

Sr. E., 49 anos – 36 anos de rio Araguaia: Eu é que tenho 36 anos de Araguaia, agente começou a frequentar o Araguaia em 1974 aonde ainda existia beleza, onde se pegava peixe abundante eu tenho fotos de peixes desse tamanho que agente pegava naquela época... (...) Eu vinha com meus tios e meu pai, agente acampava lá na Mata Coral abaixo de Aruanã uns 40 minutos. O tempo foi mudando o acampamento foi crescendo e agente, na época eu entrei no banco do estado de Goiás em 1979 e quando foi em 1982 nós fundamos o acampamento da ASBEG, o qual eu frequentei por 28 ... mas esse ano agente uniu um grupo de oito amigos e agente fundou esse acampamento...

Se o papel da memória é, como nos diz Bosi (1999), organizar o presente a partir do vivido no passado, esta fala nos servirá como elo para discutir o item seguinte deste capítulo, em que as alterações ambientais, sejam elas em seus aspectos físico-ecológicos ou socioculturais, aparecem refletidas pela memória dos atores a partir de suas narrativas e são comparadas ao vivido e percebido na atualidade.

4.3 O rio sagrado das relações simbólicas afetivo-subjetivas

Se os significados de um ambiente são construídos culturalmente, na medida em que um dado grupo lhe atribui valores afetivos, estes valores nos permitem compreender a profundidade desses significados e da base simbólica das relações culturais que se estabelecem com o lugar, como no caso do rio Araguaia. Assim, retomamos a ideia de que os significados simbólicos do rio Araguaia para os acampantes se aproximam da relação com o sagrado, no sentido discutido no capítulo anterior, e como vemos mais aproximadamente aqui, a partir dos depoimentos dos atores.

Antes, no entanto, gostaríamos de esclarecer o nosso entendimento teórico para aquilo que chamamos de afetos na relação acampantes-Araguaia, no sentido de aprofundarmos o conceito de topofilia, brevemente apontado no capítulo anterior, como o afeto pelo ambiente.

Na visão psicanalítica, os conceitos de sentimento, emoção e afeto têm significados usualmente parecidos. O conceito de afeto parece ser o menos usado, como nos lembra Music (2005) e tem um sentido mais objetivo, de algo que pode ser observado na expressão do indivíduo e seu comportamento no mundo vivido, em vez de ser apenas sentido interna e individualmente. O sentimento, por outro lado, denota um estado interno, da experiência particular do indivíduo, não se podendo observar um sentimento de alguém, mas apenas o seu efeito ou os seus indícios. Na psicanálise freudiana, sobretudo, os afetos são instâncias das pulsões humanas, ou algo parecido com os instintos e as compulsões.

Na psicologia de Wallon (1971), as emoções e os sentimentos são a exteriorização da afetividade, sua manifestação no mundo, sua expressão representacional, na expressão corporal, comportamental e na linguagem. Em sua teoria da psicogênese, o autor procurou articular a estrutura biológica da formação humana com o contexto da vida social, atribuindo às emoções e a afetividade, um papel de primeira grandeza na formação da vida psíquica. Nessa perspectiva, a emoção é o primeiro e mais forte vínculo criado entre os indivíduos. Na criança, por exemplo, as relações que ela estabelece com o mundo exterior são, desde o início, relações de sociabilidade que promoverão “uma fusão de sensibilidade entre o indivíduo e o seu ambiente” (WALLON, 1971, p. 262). Os sentimentos, todavia, são afetos elaborados em domínios funcionais mais abrangentes e secundários da organização psíquica do indivíduo.

A afetividade deve ser distinguida em suas manifestações, diferenciando-se do sentimento e da emoção. A afetividade é um campo mais amplo, já que inclui esses últimos. Como nos lembra Magalhães (2011) e também Music (2005), embora sejam geralmente confundidas, essas formas de expressão são diferentes. Assim, a afetividade, em um sentido abrangente, está sempre relacionada aos estados de bem-estar e/ou mal-estar do indivíduo em relação ao outro, os desafetos.

Os fenômenos afetivos revelam como cada acontecimento da vida repercute em cada sujeito, como reage e quais serão suas atitudes diante das pessoas. O “afetivo é uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam; marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo” (MAGALHÃES, 2011, p. 6).

Na perspectiva filosófica proposta por Guatarri (1992a), as experiências atuais no espaço podem ser “duplicadas” por experiências anteriores, ou seja, aquelas constituídas no âmbito da memória. Os afetos, por sua vez devem ser diferenciados daqueles conceitos

elaborados na perspectiva da Psicologia. Em sua filosofia, os afetos (em sentido lato) não estão diretamente e necessariamente ligados aos sentimentos de afeto e afeição. Os afetos envolvem uma noção dinâmica do devir, uma zona de indeterminação, como se as coisas, os animais e as pessoas tivessem chegado a um ponto que precede a diferenciação natural (GUATARRI e DELEUZE, 1992b).

Em uma noção pouco mais aproximada do que ensejamos a respeito do afeto, Magalhães nos diz que “Afetividade, para nós, refere-se à capacidade, à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo/interno, por sensações ligadas a tonalidades agradáveis ou desagradáveis” (MAGALHÃES, 2011, p. 4). Nesse sentido, a ideia de afeto que aqui empregamos nos permite compreender então, a noção da afetividade a partir da disposição de um indivíduo ou grupo de ser afetado e de permitir sensações destinadas ou infringidas por um dado ambiente. Essa noção de afetividade pelo ambiente, nas filosofias de Epicuro e de Bachelard e na geografia humanística de Tuan foi definida como topofilia. A topofilia, conforme nos remete Tuan (1980, p. 107) é um conceito útil na análise da apropriação do ambiente quando definida em seu sentido amplo, incluindo “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

Conforme ainda nos coloca o autor, a topofilia não é a emoção humana mais forte, mas quando se torna irresistível a um dado indivíduo ou grupo, como no caso dos acampantes, podemos estar certo de que o ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes e, portanto, percebidos como um símbolo. O autor nos lembra ainda que (TUAN, 1980, p. 167) um símbolo é um repositório de significados. Estes emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo. Nesse sentido, compreender o rio Araguaia enquanto ente simbólico e afetivo para os acampantes é retomar a memória dos atores que são também amantes do rio – acamp(am)antes, compreendendo para tanto que o afeto é uma das bases para a construção da memória.

Guatarri nos propõem uma associação interessante entre a constituição do espaço, que aqui empregamos enquanto ambiente, a memória e os afetos. Para o autor “Quer tenhamos consciência ou não, o espaço constituído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo...” (GUATARRI, 1992a, p.152). No mesmo sentido, Music (2005) nos atenta para o fato de que é artificial separar as instâncias do afeto dos demais aspectos da vida mental, como a cognição e, sobretudo, a memória.

Nesse sentido, as narrativas que se seguem são representações da relação afetiva que os atores estabelecem com o rio nos mais diversos sentidos simbólicos e materiais do significado do afeto: sentimentos e emoções que, a partir de suas histórias de vidas, estabeleceram com o rio, a paixão, as ambiguidades e as contradições da inerência de suas

corporeidades na apropriação do ambiente, a sacralidade por que o rio se transcende na significação simbólica religiosa do *religare*, como os depoimentos a seguir nos ilustram:

Sra. T: *É muito difícil falar, é um alicerce de vida pra mim, esse rio me ensinou a viver e me ensinou a amar, esse rio da a mim um conforto muito grande de vida, eu tenho 78 anos e parte da minha vida foi vivida aqui no Araguaia... Eu amo de paixão... Acho tudo belo, esse rio leva as dores e leva as alegrias. O Araguaia tem um sabor diferente, um sabor de alegria, um sabor de tristeza, um sabor de saudade...*

Ramos: A tristeza ta onde?

Sra. T: *De ver o rio depredando ser consumido*

Ramos: E a alegria?

Sra. T: *Alegria de voltar sempre e encontrar o rio. E a primeira visita que você recebe é do jaburu, é um descanso pra alma e pro corpo*

Sr. Z.G: *E desde então eu venho todo ano. Queria tanto pescar que me mudei para perto do rio... fez parte de um projeto de vida na terceira idade.... É o seguinte... O meu stress eu combatia pensando no Araguaia (...) no stress eu pensava, aquele dia no Araguaia tava era bom, então servia de atenuante então imaginava uma imagem, uma cena. Hoje em dia eu não tenho nem vontade de sair de perto dele... O que eu sinto por esse rio... Amor. (...) Vou contar como eu quero morrer: meio tonto, pescando no Araguaia. Isso aí já fez minha mulher ficar muito tempo sem vir no rio comigo...*

Na fala destes acampantes fica presente a relação de afeto pelo rio em sua tradição de acampar, cujo sentimento de *religare*, a que buscamos em analogia à romaria encontra-se presente:

Sr.C: *Ah... o dia que eu chegar nesse rio aqui e não arrepiar eu não volto mais, sabe? Isso aqui é a paixão da minha vida pra falar a verdade mesmo, tudo que eu gosto é isso aqui, não troco isso aqui por nada... Eu não vejo isso aqui só como praia, sabe? Eu vejo isso aqui como um lugar bonito... um...maravilhoso... Santuário! Um negócio que você anda assim no rio, sério! Toda vez que eu saio no rio assim me dá um negócio diferente, não sei te explicar. É uma paz de espírito, eu acho que eu levo não pro resto de ano, pra sempre...*

Sra. M.A: *Olha, é ponto de referência, eu sei que a minha tranquilidade eu encontro aqui, eu venho no Araguaia todo ano. Então agente tem que é um lugar de descanso... Sossego, é essa a palavra, é um lugar onde eu sei que eu vou descansar não o corpo, mas é a tranquilidade do rio, você não vê um céu como aqui, a lua, são espetáculos que o rio dá que vai tranquilizar sua cabeça pra mais um ano*

Sra. W: *Quando eu volto pra Goiânia, o que eu levo daqui? A vontade é de não voltar, mas como agente tem a vida lá e tem que voltar, é tudo de bom, você renova o espírito porque isso aqui é uma paz, uma tranquilidade*

O reencontro com o rio, com o ambiente de religião, cujos aspectos de reconforto psicológicos são encontrados na natureza do lugar é significativo na relação acampantes-Araguaia. Os elementos da natureza, cujas características estéticas incentivam e aprofundam as relações afetivas são apontadas em belos relatos, como podemos notar:

Sr.O: *é a minha vida. Eu falo que nas minhas veias, corre junto com o sangue, água de um rio chamado Araguaia, corre dentro das minhas veias... Então os horários que eu mais gosto é agora quando vai entardecer e o amanhecer, eu levanto as cinco da manhã e venho aguardar o amanhecer e o silêncio da noite também, aqui tem um pássaro chama mutum ele pia as dez pras quatro e eu acordo pontualmente quando eles começam a cantar piar...*

Sr. C: *Olha, na lua cheia você chora é a coisa mais bela do mundo, isso aqui é lindo... então eu quero que esse Araguaia continue pra sempre....*

Sra. M.A.: *Nessas minhas saídas com meu marido pra pescar, eu já vi muita coisa bonita, mas teve um dia que agente tava pescando assim em um braço escutamos uns barulhos na água e quando agente olhou era uns peixes pacu eles estava saindo da água pra bicar as folhas lá em cima e eram muitos sabe? Outra coisa que agente viu também foi um casal de anta atravessando o rio lá na frente grandão assim, nós paramos o barco... É muito bonito, às vezes você tá num barco pescando de repente você olha, tá aquele tanto de macaquinho prego pulando na árvore, bebendo água. Sem falar no boto, um dia eu peguei um peixe e o boto roubou meu peixe, mas na hora eu achei que foi lindo porque ele roubou o peixe e saiu com o peixe nadando até chegar perto de um rasura pra pegar e comer o peixe ele roubou do anzol, eu peguei o peixe e ele abocanhou e puxou de volta e isso aqui é deles né, agente é que tá passando a temporada é mais um intruso mesmo.*

Nesta última narrativa especialmente, podemos compreender mais sobre as vivências dos atores praticantes em seus rituais de pesca, bem como a que virá a seguir, cujas experiências e aproximação com a fauna e demais elementos da ecologia são permeadas por uma noção de diferenciação ao universo local.

Sra M.: *Juntando tudo da natureza, o nascer do sol, o pôr-do-sol, esse vento essa calma e uma canoinha com a varinha dentro do rio, a varinha de bambu é o que eu gosto, eu não gosto muito de molinete eu gosto mesmo de pescar é com a varinha... uma pesquinha pra passar o tempo, não pra agredir a natureza, agente aprendeu que não pode agredir. Isso é um dom que Deus nos deu tão perfeito e que o homem está desequilibrando porque quando Deus deixou tudo pronto, ele deixou equilíbrio e o homem começou a desequilibrar tudo, você vê desastres pelo mundo inteiro. Então pra mim é uma bênção, é um presente de Deus mesmo, poder estar aqui com os amigos e com a família, eu queria até que minha bisneta de seis meses estivesse aqui também... é uma maravilha pra mim e não tem nada que pague o que eu sinto aqui. O céu estrelado, uma lua cheia, uma fogueira, é o Araguaia, é isso*

Nesta fala, além da descrição da preferência na prática da pesca, a acampante nos relata seu afeto pelo rio inebriado por um sentimento religioso, cuja sacralidade está presente na gratidão pela natureza na ação divina. Tuan (1980, p. 143) novamente nos lembra que a topofilia é enriquecida através da realidade do meio ambiente quando este se combina com o amor religioso ou com a curiosidade científica. Em diversos relatos, a menção ao aspecto da sacralidade e da natureza pela graça divina nos é representada:

Sra. W: *A minha vida, um paraíso, não tenho palavras porque isso aqui pra mim é tudo, a natureza. A noite você toca uma viola na beira da fogueira,*

um céu desse você não vê em Goiânia, você não vê em cidade nenhuma né? Isso aqui pra mim é tudo, julho pra mim se resume a Araguaia. Sagrado!

Sr. O: Aqui é sagrado. Totalmente sagrado. É como os rios que batizavam lá o... Jordão! Pra mim ele tem a mesma função. Meu pai tinha uma fazenda e ele comprava boi então ele falo pra mim vai lá... em Aruanã que eu acho que a boiada chegou e eu fui lá, quando cheguei a boiada tava acabando de chegar no curral eu contei a boiada era mil boi então eu voltei e levei o revólver porque naquela época todo mundo andava armado e voltei, o motor não funcionou aí eu lembrei do revólver peguei a pólvora da bala arrumei e vim, aí escureceu e estava chovendo e caiu um raio e na hora que caiu o raio eu tinha uma localização onde eu estava então eu digo, até o raio serve como guia pra ajudar um perdido, até que por fim eu cheguei lá e quando amanheceu eu fui pega o motor e tinha caído uma barreira em cima dele...

A partir da narrativa acima, cuja experiência sacralizada se descreve, nos remete novamente a Tuan (1980, p.114) para quem a familiaridade com um dado ambiente engendra afeição ou desprezo (afetos), bem como que, a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar, como também podemos ver nesta fala:

Sra J.: Ah! (...) Melhor lembrança que eu tenho na minha vida, eu jogava vôlei, a noite jogava a lona assim e eu tocava acordeom. Nunca houve tragédia no nosso passeio, era um passeio abençoado, nunca houve uma discussão, briga, nada, nada, nada.

No mesmo sentido, Zanini (2005) nos lembra que, nos estudos da memória, a releitura do passado permite que toda uma nova relação com um certo sagrado se estabeleça, uma vez que muitos dos elementos encontrados nas narrativas tornam-se fonte de determinada força, bem como são guardados e cultuados com enorme zelo entre objetos, valores e lembranças, todo um universo do mundo de origem se expande ao cotidiano, “um mundo onde ainda caberia lugar para o encantamento e para a emoção” (ZANINI, 2005, p.120).

A alteridade, no sentido proposto pela antropologia filosófica de Buber (1979), como a verdadeira relação vinculante Eu-Tu é também um dos elementos constitutivos do arcabouço afetivo na relação acampantes-Araguaia, conforme nos narra o Sr. J.G:

Sr. J.G.: Olha no rio é o único lugar que eu andei que consegue reunir todas as camadas social no mesmo rancho é aqui! Ou o camarada nivela como pescador ou ele vai embora! Aqui você vê analfabeto e doutor, pobre e rico comendo na mesma panela e contando as mesmas anedotas

Para Buber (1979), a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano, estendendo-se ao ambiente. Para o autor, o sentido de alteridade é responsável inclusive pelo próprio sentido de constituição da identidade, quando nos diz: “ser gente é ser ente que está face a face” (BUBER, 1979, p.18)

O fragmento de narrativa acima nos lembra também que, como nas romarias, o sujeito romeiro se despe momentaneamente de seus outros papéis sociais e se faz romeiro. No momento em que se encontram acampados há uma determinada igualdade com os demais sujeitos sociais que ali também estão, mesmo que as diferenças de classe estejam por vezes impressas nos objetos materiais que cada acampante possa ostentar. Como nos atenta Steil (1996), nas romarias o sagrado é um elemento de aproximação entre os diversos sujeitos sociais, e no caso do Araguaia, o rio é o elemento nivelador da alteridade dos atores que acampam, mesmo que estes encontros estejam por vezes repletos de conflitos.

Quando questionamos os atores a respeito daquilo que os fariam deixar de acampar, tínhamos duas hipóteses para respostas: a primeira de ordem financeira, ou seja, o custo dos acampamentos muito altos para o poder aquisitivo da família, e o segundo de ordem ecológica, ou seja, quanto aos danos ecológicos e do ambiente físico pelos quais sofreria o Araguaia fossem tão severos a ponto de impossibilitar os acampamentos, ou mesmo pelos impactos negativos que os mesmos causam no ambiente físico. Nenhum dos acampantes mencionou a questão ecológica como fator responsável por um possível fim da tradição dos acampamentos. As questões de ordem financeira apareceram pontualmente em algumas falas. Surpreendentemente, o maior número de justificativa para uma possível interrupção na prática dos acampamentos se deu na ordem pessoal, da própria instância da vida do sujeito e da sua condição de ir ao Araguaia, a saúde, como vemos a seguir:

Ramos: O que faria o senhor nunca mais vir aqui?

Sr. O: *Eu tô com minha família nesse conjunto maravilhoso, nós não temos uma briga. Acho que enquanto eu tiver força...*

Sr.C: *Custo ou doença, se bem que custo agente da um jeito...*

Sra.T: *Nada! Só se eu for pra uma cadeira de roda que aí eu não dô conta de andar aqui.*

Sra. M: *Saúde, só saúde. Quando eu fiquei com pneumonia eu vim pra sarar porque minha médica falou, "vai pra onde tem água hoje", mas quando eu falo saúde é um acidente, uma coisa mais grave. A fase econômica agente endivida um pouquinho mas agente aperta e da conta.*

Sr. D: *Só quando eu ficar doente de cama, só quando a saúde não permitir*

Nesse sentido, cabe aqui apontar novamente para o fato de que se por um lado há, de forma muito simbólica, profunda e enraizada um afeto pelo rio Araguaia, materializado na relação objetiva da tradição dos acampamentos, há por outro lado, em sentido dialético, uma representação não da possibilidade da perda da tradição, ou de sua modificação pelos impactos ao ambiente físico que são inerentes a ela, como apontamos no capítulo dois. Há um distanciamento entre as instâncias afetivas da relação acampantes-rio e as

representacionais dos impactos ambientais da prática imposta ao Araguaia, como veremos no próximo item.

4.4 Ambiente em narrativas – a representação das mudanças ambientais no rio Araguaia

A memória de um grupo em relação às mudanças ocorridas a um dado ambiente é significativa se quisermos considerá-las como perspectivas entre o passado e o presente na relação da sociedade com o ambiente em que se insere. A memória nos fornece uma perspectiva das alterações antrópicas ou naturais, físicas e ecológicas ou sociais e culturais, inerentes à própria dinâmica ambiental ou forjada por relações de poder e/ou de interesses econômicos empreendidas a um dado ambiente.

Menezes (2005, p. 32) nos reforça que seja qual for a alteração sofrida pelo ambiente e conseqüentemente pela pessoa, esta acarreta uma transformação da memória, pois a memória individual sempre está atrelada à memória do grupo, e estas ao ambiente em que se dão os acontecimentos do mundo vivido. Segundo a autora, quando lembramos é porque os outros, as situações presentes nos fazem lembrar, pois na maioria das vezes lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar, com imagens as ideias de hoje, as experiências do passado (HALBWACHS, 2002; MENEZES, 2005; SILVA, 2005). Para estes autores, a menor alteração do ambiente atinge a qualidade da memória e amarra a memória da pessoa à do grupo.

No caso do rio Araguaia, a partir de uma categorização que propusemos para as narrativas cedidas pelos atores entrevistados, a multiplicidade das representações das lembranças se articulam em torno de dois eixos mais amplos: as representações sobre o ambiente físico, suas alterações e características atuais em relação ao passado; e as representações a respeito do ambiente sociocultural, nas alterações da atualidade da forma de se ver e se fazer os acampamentos no rio Araguaia. A cada um destes dois eixos, apontamos quatro agrupamentos de elementos para análise que mais se destacaram nas falas dos entrevistados, conforme organizados nos Quadros 4 e 5.

Ambos os quadros (4 e 5) por quatro temas cada um, os quais foram mais recorrentes nas falas dos autores em relação às alterações do ambiente físico e sociocultural, ou seja, aqueles elementos que mais se destacaram na memória dos mesmos em relação à percepção do ambiente no presente, a que chamamos categorias. Em cada coluna encontram-se descritos trecho das falas dos atores correspondente ao tema da coluna, sendo que as falas estão numeradas em algarismos arábicos (i,ii,iii,iv) e em letras, de acordo com a quantidade de fragmentos de falas que apareceram para cada categoria. Fragmentos de narrativas cujo conteúdo da temática se tornaram repetidas foram descartadas para apresentação destes quadros. A seguir, discutiremos separadamente

cada um destes eixos, analisando as categorias representativas que se destacaram nas falas dos atores.

4.4.1 Representações sobre o ambiente físico

Se considerarmos o ambiente físico como algo dinâmico, cujas alterações, transformações, readaptações e reconfigurações sejam inerentes a essa sua característica dinâmica, discutir as alterações que se farão neste dado ambiente nos pareceria a um estudo de previsão. No entanto, as alterações que aqui consideramos estão relacionadas àquelas empreendidas a partir, e por consequência, das ações antrópicas que aceleram as alterações da dinâmica natural do ambiente. Nossa leitura do ambiente se fará considerando o que Vargas (2003) nos propõem, a partir da base física que dá sustentação a cultura.

Para a autora, a paisagem, enquanto escala sensível, deve ser assumida como o primeiro reflexo identificado pelo observador que traduz seu espaço percebido, seu ponto de vista, a ideia de unidade e de conjunto. Assim sendo, as mudanças refletidas na paisagem, e que observadas ao longo de anos de convívio e de experiências com o rio Araguaia podem nos fornecer um cenário do que vem ocorrendo na dinâmica física do rio, comprovadamente apresentados por diversos estudos empreendidos na região (BAYER & CARVALHO, 2008; CASTRO, 2003; CASTRO, 2005; LATRUBESSE *et.al*, 2001).

Interessa-nos aqui, no entanto, a representação dessas alterações a partir da relação entre a percepção das mudanças ambientais e o sentimento de afetividade e os valores simbólicos do rio para os acampantes (o que servirá também para a discussão a respeito do ambiente sociocultural). Nesse sentido, buscamos uma valorização do saber social que nos permite re-conhecer e interpretar, a partir do passado, a situação presente de um dado ambiente. Para isso, categorizamos o conteúdo das falas dos atores em relação à quatro categorias (Quadro 4): alterações na dinâmica da fauna, das águas e da formação das praias, alterações vegetacionais e climáticas, conforme descritas a seguir.

ALTERAÇÕES NA DINÂMICA DA FAUNA	ALTERAÇÕES NA DINÂMICA DAS ÁGUAS/FORMAÇÃO DAS PRAIAS	ALTERAÇÕES VEGETACIONAIS	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
<p>i.a) ...há muito tempo atrás ele pegou um filhote de um metro e oitenta, tiramos foto... Tem mais de anos... hoje não pode e além de não poder não tem. (Sra M.)</p>	<p>ii.a) Agora outra coisa que é principal pra quem monta acampamento é o seguinte, é isso aqui ó, isso aqui não existia no Araguaia antes, essa areia barrenta não existia e isso é tudo por causa das voçorocas lá em cima, essas areias eram todas branquinhas até em paia baixa eu me lembro disso perfeitamente... aquela ponta escura não existia, isso desde quinze anos pra cá, pra mim é marcante. (Sr.C.)</p>	<p>iii.a) Olha, só não desmatou onde o trator não conseguiu chegar. Ali ó, bebedor das vaca é o rio... entra naquele lago ali, a divisa do pasto é o barranco do rio. Cadê a mata ciliar? Se for subindo o Rio Vermelho, na hora que separar lá um braço, a fazenda está no barranco do rio. (Sr.J.G.)</p>	<p>iv.a) Antigamente era muito frio a noite, antes fazia muito frio no Araguaia, hoje não faz mais.(Sr. C.)</p>
<p>i.b) A ausência dos pássaros... agora até tem aumentado, eu tenho um jaburu que vem aqui todo dia ele vem aqui pra comer, então da década de [19]90 pra cá tem melhorado, já passa algumas Araras (Sra. T.)</p> <p>i.c) Aqui antigamente a noite agente via jacaré tudo aqui assim ó, hoje você não vê um, eu estou aqui desde o dia dois, então bate lanterna ai você via os "holofotes" lá no meio (Sr. V)</p>	<p>ii.b) Uma coisa que eu vejo é que o rio está abrindo cada vez mais, por exemplo, da noite daqui dá pra ver Aruanã, antes não dava, então o rio está abrindo. (Sra. M.)</p> <p>ii.c) ...mas infelizmente a tendência dele é secar, é acabar... inclusive eu que acompanhei desde 1951 tenho visto a degradação. Acho que é o assoreamento do rio, ele vai alargando, a areia aí dizem que eles fizeram um trabalho muito bom de conservação da mata do rio lá em Barra do Garças. Mas é preciso mais, o governo tem que dá um jeito de pensa no que fazer tirar a areia? Não sei se é uma boa, proibir as lanchas de motor que derruba, até o próprio motor prejudica você vê aquele motor 180 cavalos passando assim a marola vai derrubando toda areia... (Sra. T.)</p>		
<p>i.d) Até em relação a bichos da mata, agente via muito Guariba que é aquele macaco que faz barulho... esses dias eu encontrei com</p>	<p>ii.d) Ele está cada vez mais perdendo água pra areia, cada ano que passa ele fica mais assoreado apesar que a consciência do</p>		

<p>um aqui que era a jaguatirica, eu corri pra um lado e ela pro outro (Sra. M.)</p>	<p>desmatamento melhorou muito, mas o reflexo está muito aparente (Sr. A.)</p>
<p>i.e) Ah, a quantidade de peixe diminuiu muito... antigamente agente conseguia pegar era peixe grande de mais de metro... agora pesca é mais nada, nem mandubé... (Sr. D.)</p>	<p>ii.e) Tem muito banco de areia, muita areia dentro do rio, muita margens desmatada. Eu acho que a questão do Jet Sky e lancha não têm uma fiscalização porque o povo vem pra cá e acha que aqui é o autódromo de água. Você sabe que a lancha, quanto mais rápido ela corre, mais ela traz areia pra dentro do rio, mais onda faz, então eu acho que tem que ter uma fiscalização sobre isso aí ... (Sr. E.)</p>
<p>i.f) O homem vai acabando com tudo, aquele lago..., o Lago Rico, a primeira vez que nós fomos lá era cheio de peixe e... agora nem o lago tá lá mais pra contá história... (Sra. J.)</p>	<p>ii.f) A água diminuiu, tem lugar que você não consegue passar com a canoa, o lugar fica tão pequenininho que você tem q descer da canoa e empurrar, então o assoreamento do rio, com o desmatamento que houve, tem 36 anos que eu frequento o Araguaia então assoreou muito. (Sr.D.)</p>
<p>i.g) Agora seis anos atrás você pescava peixe, agora hoje... quase duas horas três horas de barco aí pra cima e não consegue pegar peixe. Um rio dessa magnitude, desse tamanho, é... ano passado agente viu um jacaré ali atrás, esse ano até hoje não viu nenhum... (Sr. E.)</p>	
<p>i.h) Quando eu comecei a frequentar o Araguaia, tinha muito peixe...e agente não observa mais o que via antes. Mas a culpa não é do pessoal que faz acampamento, a culpa é dos pescadores profissionais que ficam nos barranco do rio, na época da piracema o que junta de canoa de gente pra poder pescar é uma coisa absurda (Sr.D)</p>	

Quadro 4: Categorias representativas das alterações do ambiente físico. Fonte: narrativas coletadas em trabalho de campo, julho de 2010. Organização: Ramos, 2011.

i) Alteração na dinâmica da fauna (Quadro 4):

As principais características das falas aqui representadas, recortadas, é bom lembrar, dentre todas as narrativas colhidas, dizem respeito à ictiofauna especialmente e a animais de grande e médio porte, sobretudo pássaros, répteis (jacarés) e alguns mamíferos (primatas e felinos). Para todos eles a percepção do presente em comparação ao passado das experiências com o rio é de que a quantidade de espécies e a oportunidade de avistamento (e captura) dos mesmos diminuíram. No passado era possível de se encontrar as espécies em grande quantidade e de forma exuberante, mas na atualidade já não é mais possível. E quando em fala atribuem alguma culpa por essa mudança no ambiente o fazem a outrem, a um 'homem' abstrato e longínquo, a outra categoria de usuário do rio (o pescador profissional, como no fragmento de fala i.h). Mas nunca as suas próprias presenças no Araguaia aparecem influenciadoras dessa realidade, o que também discutimos no capítulo dois, quando a representação da própria atividade não é dada como negativa ou diretamente impactante à ecologia do rio. Na tabela a seguir (Tabela 4), representamos as percepções a respeito das alterações para cada espécie citada:

Tabela 4: Alterações na dinâmica da fauna a partir da relação memória percepção dos acampantes.

Peixes →	Existia e era observado em abundância	Não existe ou não se observa mais	Não existe ou não se observa mais e não pode capturar (i.a)
Pássaros →	Existia e era observado em abundância	Passou a não ser encontrado ou diminuiu	Voltando a ser encontrado
Répteis →	Existia e era observado em abundância	Não existe ou não observa-se se observa mais	Eventualmente avistam
Mamíferos →	Existia e era observado em abundância	Passou a não ser encontrado ou diminuiu	Eventualmente avistam

Organização: Ramos, 2011.

A relação entre os dados da dinâmica do ambiente presentes na memória em consonância com a percepção do observado no presente nos oferecem elementos significativos para pensarmos as modificações de por que determinadas espécies biológicas sofrem em um dado ambiente. As diversas causas que podem ser atribuídas a estas alterações não escondem o fato de que há a diminuição das espécies da fauna observadas no Araguaia, sobretudo e em especial durante a temporada dos acampamentos.

ii) Alteração na dinâmica das águas/formação das praias (Quadro 4):

As principais alterações representadas nesta categoria dizem respeito às características da areia encontrada no Araguaia (fragmento ii.a), e sobretudo a relação

largura do rio (fragmentos ii.b, ii.c) – diminuição das águas (fragmentos ii.c,ii.d, ii.f) no processo de assoreamento (o termo foi citado nos fragmentos ii.c, ii.d, ii.f) sofrido pelo mesmo. Para estas alterações, as causas que apareceram nas falas foram dadas principalmente ao desmatamento da cobertura ciliar do Araguaia e a presença e atuação das embarcações no rio.

Neste último, se torna interessante enfatizar que, os acampantes apontaram este elemento como contribuinte para a alteração na dinâmica das águas do Araguaia por assumirem que ondas causadas pelos motores acarretam a perda do material do solo nas margens do rio, contribuindo para o assoreamento. Esse dado nos possibilita apontar uma contradição no que se refere às representações a que os atores conferem frente a relação acampamentos-rio. No capítulo dois dissemos que os mesmos, de forma geral, representam sua prática como positiva. No entanto, aqui transparece uma das situações contraditórias inerentes à representação, pois transparece na fala uma das situações em que os atores apontam seus impactos negativos.

Do ponto de vista das intervenções para o planejamento e educação ambiental, representar as próprias ações como impactantes negativamente ao ambiente ecológico do rio, já os tornam indivíduos sensíveis e propensos à determinadas mudanças comportamentais (CARVALHO, 2005), como dissemos no capítulo dois. O desafio para as ações que se proponham a mudança comportamental se daria justamente pelos caracteres orientador e justificador (ABRIC, 2004; FLAMENT, 2004) com que as representações se formulam, sobretudo embasado pelo caráter normativo e legitimador (GIDDENS, 1997) das tradições. Essas mudanças comportamentais representam, em nossa análise, alterar comportamentos ritualísticos fundamentados e justificados pela tradição de uma prática cultural.

Ainda sim, é preciso salientar que, conforme o diagrama apresentado na figura a seguir (Figura 27), na fala dos atores há uma certa sistemática na compreensão da dinâmica das águas do rio Araguaia, quando diversos elementos aparecem como responsáveis por estas alterações, num ciclo em que estes se encontram em conexão.

Na observância do fluxo dos vetores apresentados no diagrama acima, as relações e co-relações estabelecidas entre os agentes causadores e as consequências do assoreamento estão, de forma geral, representadas e contempladas nas falas dos acampantes.

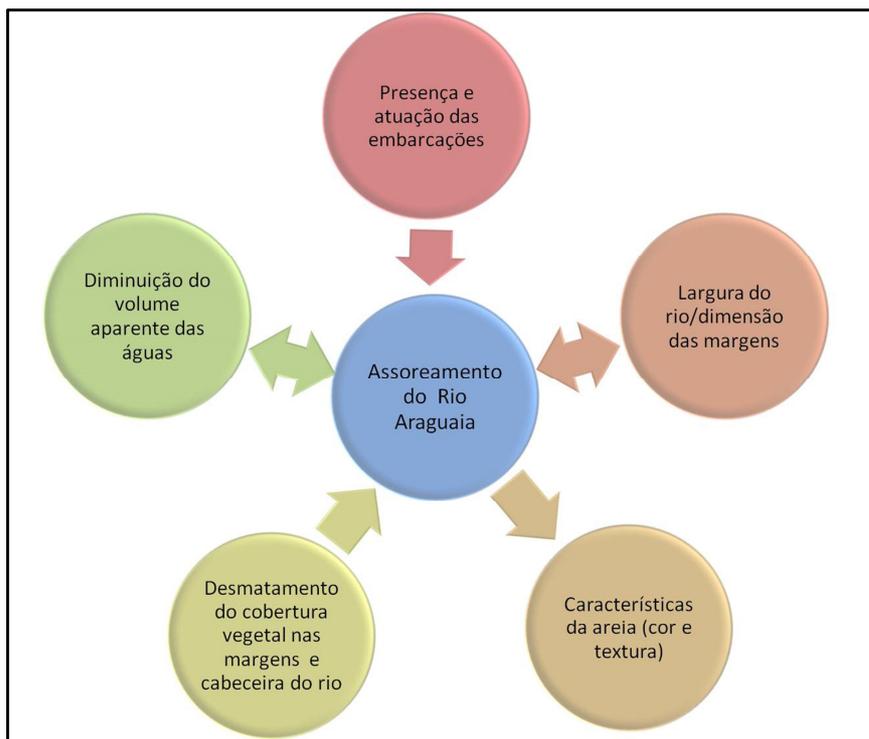


Figura 27: Diagrama representativo dos elementos relacionados às alterações da dinâmica das águas a partir dos fragmentos da fala dos acampantes. Organização: Ramos, 2011.

Gostaríamos, para complementar, de trazer a narrativa completa da Sra T., acampante a 60 anos a respeito de seus temores em relação ao Araguaia. Nesta fala, ela nos narra um sonho tido sobre a degradação no rio Araguaia, que muito a emocionou:

Sra T., 76 anos – 60 de rio Araguaia: *Eu tenho muito medo do rio acaba muito! Me lembro um dia eu tava dormindo e foi na época do garimpo, um caos nesse Araguaia, a areia suja antes a areia era cor de rosa limpinha, cantava nos pés da gente e tudo isso foi resultado do garimpo e eu dormi preocupada com o rio porque não tinha jeito, todo mundo dava aquela alergia horrorosa e eu sei que dormi preocupada e eu sonhei que o Araguaia tinha secado, eu tava andando no rio e só via areia, areia aquele fiozinho de água correndo e eu chorando...desesperada porque o padre que trabalhava aqui conosco voltou pra Itália e eu sonhando com ele eu querendo conta pra ele que o rio tinha secado e eu “meu deus como eu vou contar pra ele”, nos vamos morrer a preocupação é tão grande e aí eu vi aquela montanha (da Europa) e a aquela água limpinha e ele falando pra mim, “o rio não acaba minha filha” eu acordei chorando e gritando*

Nesse sentido, lembramos um fragmento de Bosi (1999) que comenta a respeito dos elementos constitutivos da memória tomados em situações compartilhadas pelo grupo ao qual o indivíduo pertence:

De resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões. As noções gerais permanecem em nosso espírito durante o sono, nós continuamos fazer uso delas, a senti-las ao nosso alcance. No quadro dessas ‘noções gerais’, que não abandonam o homem, sequer no sonho, destacam-se as relações de espaço (...), as relações de tempo (...), as relações de causa e consequência (BOSI, 1999, p.56).

iii) Alterações vegetacionais (Quadro 4):

Em se tratando do aspecto relacionado a cobertura vegetal e a mata ciliar, alguns fragmentos acima trabalhados, em co-relação à questão do assoreamento, foram contemplados. Uma fala mais relevante, aqui apresentada por um único fragmento (fragmento iii.a), se destinou à temática das alterações vegetacionais de forma isolada, sem necessariamente estar relacionado a outros temas, como o da dinâmica das águas. Isso pode ser explicado pelo fato de que, como afirmado por uma acampante, “de desmatamento eu não sei falar, porque fico só aqui na praia né, isso é coisa das fazendas lá...” (Sra. M.E.), ou seja, há a possibilidade dos acampantes não representarem necessariamente as alterações da cobertura vegetal a partir de suas práticas enquanto acampantes.

É preciso enfatizar, no entanto, a denúncia existente no conteúdo deste depoimento. Na fala deste ator (fragmento iii.a) há o discurso que aponta a problemática do desmatamento da mata ciliar do rio Araguaia no que se refere aos territórios particulares das fazendas. Esta problemática foi apropriadamente discutida por Lima (2010) que denuncia e discute a pressão sofrida pelos territórios Karajá por meio das fazendas na região.

A falta de uma fiscalização mais eficiente é apontada como a causadora dessa problemática, mote que será recorrente nos fragmentos trabalhados, especialmente na coluna i do item referente às representações sobre o ambiente sociocultural a ser discutido (políticas públicas/atuação do estado, Quadro 5).

iv) Alterações climáticas (Quadro 4):

A alteração do clima nas praias do rio Araguaia apareceu em certas falas de maneira bastante curiosa. Segundo o depoimento (fragmento iv.a) houve uma mudança de temperatura percebida pela depoente, que no decorrer dos anos as temperaturas elevaram-se.

Se, conforme nos coloca Barros e Zavattini (2009) e Nascimento e Barros (2009), as alterações vegetacionais em um dado ambiente natural causam, considerando a inter-relação sistêmica entre os elementos do ambiente, alterações no micro-clima local, a observação da narradora pode ser denunciativa.

4.4.2 Representações sobre o ambiente sociocultural

Relativo a dimensão ambiental das práticas culturais, Alexandre (2010) nos lembra que por meio do conjunto de práticas culturais que os grupos humanos atribuem ao mundo diversas significações afetivas, sociais e econômicas que variam de grupo para grupo. Segundo a autora, pelo fato do ser humano atribuir mais de um significado a qualquer coisa, sempre existe contradição entre o material e o simbólico, e na maioria das relações, sobressaem os interesses e as significações materiais.

No entanto, preferimos considerar que, em se tratando do ambiente, o que no plano material será mais contundente nessa relação serão as consequências negativas aplicadas ao próprio ambiente físico. Isso acarreta o que Leff (2003) denomina de corrupção do natural, em que “negocia-se as controvérsias entre a economonização e ecologização da economia. Com a morte da natureza, sobrevive o sobrenatural’ de ordem simbólica na re-significação política e cultural da natureza” (LEFF, 2003, p.05). O plano simbólico está presente na instância do ideal e do subjetivo, em que o rio Araguaia sagrado habita o imaginário e a representação de seus atores, e que fundamenta a apropriação objetiva do ambiente físico.

Resende e Souza (2005) nos lembra que durante a construção social da memória, e de suas representações em um grupo, há uma tendência em se criar correntes narrativas e interpretações, por vezes contraditórias no percurso da fala, de fatos em discursos universais, conferindo e reforçando uma visão consagrada dos acontecimentos. O grupo procura fixar seu ponto de vista para a imagem de sua própria história (Bosi, 1999), ou segundo a sua própria conveniência. Moscovici (1978) nos lembra também que, em relação às representações sociais,

A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é do exterior na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no decurso de) miríades de interações sociais. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras, de que ele se torna doravante solidário (MOSCOVICI, 1978, p. 26)

Isso nos auxilia para explicar, por exemplo, o porquê que, mesmo os sujeitos representarem suas práticas como negativas ao ambiente, quando questionados a este respeito, conforme discutimos, criam mecanismos para justificá-la como positiva.

Nesse sentido, o quadro a seguir (Quadro 5), representa os fragmentos de fala que nos apresenta o conteúdo da memória aplicada à mudança das alterações da própria prática cultural, no sentido que lhes conferem seus praticantes, a partir das referências do presente na tradição que se reinventa. Assim, as narrativas foram analisadas e a partir delas, levantamos quatro categorias que mais estiveram representadas nas falas dos atores: Políticas públicas e a atuação do Estado ao longo dos anos de frequência no Araguaia, a relação entre os acampamentos e os atores para com os autóctones e as cidades ribeirinhas, as mudanças na forma de organização e estruturação dos acampamentos e a mudança na consciência e no comportamento conservacionista (muitas vezes dita como preservação, pelos atores).

POLÍTICAS PÚBLICAS/ATUAÇÃO DO ESTADO	RELAÇÃO ACAMPAMENTO X AUTÓCTONES/CIDADES RIBEIRINHAS	FORMA E ORGANIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS	CONSCIÊNCIA E COMPORTAMENTO CONSERVACIONISTA
<p>i.a) Essas cidades de entrada não têm receita quase né os investimentos mesmo pra turistas são muito pequenos, Aruanã, por exemplo, devia ser uma cidade grande hoje porque sempre foi a porta de entrada do Araguaia (Sr. C)</p> <p>i.b) Acho que o governo peca muito com a limpeza do rio. Você recebe IBAMA, meio ambiente, polícia federal, civil e militar, corpo de bombeiros todo ano as mesmas ladainhas e você não vê melhora você vê um boto desse matado de lá... A prefeitura tem dado... prometeu dar, ano passado eles davam... de dois em dois dias apoio de pegar o lixo nas praias... esse ano é nós que tá levando... acho que eles não estão dando conta. (Sra. T.)</p> <p>i.c) Acho que o governo não sabe... eles não dão apoio, você quer saber de uma coisa? Nós já recebemos visita do IBAMA, veio fez o questionário tal tal, recebemos visita do meio ambiente, da RAM que já passou por aqui tudo fazendo questionário, e os questionários são feitos na época de temporada (...) eu falei vocês tão ai fazendo um questionário que não leva fruto nenhum porque você não vê resultado desse questionários... (Sra. T.)</p>	<p>ii.a) Aruanã é um exemplo positivo porque houve o crescimento da cidade melhoria em infra estrutura porque pra quem começou a vir pra cá desde 1982 você tinha um armazém em Aruanã, hoje tem excelentes casas a cidade esta praticamente toda asfaltada, tem clubes, tem até condomínio fechado Os próprios acampamentos exigiram que a cidade se desenvolvesse. (Sra. M.)</p> <p>ii.b) Normalmente comecinho de maio, as praias já estão "cruando" então agente já vê "ó, aqui dá banho bom" e quem faz o rancho é sempre uma pessoa de Aruanã (...)</p> <p>Quando eu trabalhava nas missões, nós tinha contato..., nosso barqueiro era um <i>tabarú</i>, hoje eles estão muito dispersos tem cinco ou seis legítimos (Sra. T.)</p> <p>ii.c) Toda vez que agente vem de barco é um barqueiro diferente e o sonho desse povo é arrumar um emprego fixo eles trabalham agora esses meses depois não fazem nada o resto do ano (...) (Sr. C.)</p>	<p>iii.a) Era familiar mesmo, não tinha assim... contratava um ou outro da própria cidade mesmo mas na verdade era um rancho bem menor que esse aqui, bem menor e meu irmão mesmo fazia a instalação hidráulica assim dos banheiros, só dois banheiros também mas assim a família, no máximo que ia era umas trinta pessoas por aí, mais tios, familiares mesmo. (Sra. W.)</p> <p>iii.b) Era uma família bem unida, só família, não vinha desconhecido não. Depois começou vim porque meu irmão sempre convidava um e outro e fazia três acampamentos numa praia só... (Sra. J)</p> <p>iii.c) ...e ai ficava três dias, quatro dias numa praia e fazia acampamento pequeno. Não comprava barraca naquela época, os empregados iam nomato e cortavam madeira e minha mãe, minhas tias faziam barracas de algodão cru e tudo era cortado aqui nomato. (Sra. J.)</p>	<p>iv.a) Melhorou porque, vamos supor, há vinte anos atrás de noite aqui você escutava tiro, pessoa matando jacaré, hoje você não escuta isso mais, a consciência do ser humano aumentou em relação a preservação.</p> <p>iv.b) Até houve melhoria na limpeza, esse negócio de jogar lata no rio melhorou muito graças a Deus... (Sra. T.)</p> <p>iv.c) Tem melhorado, tanto é que hoje não se encontra nem um rancho mais construído com árvores da natureza, do barranco do rio. Todas as madeiras hoje são compradas em serralheria justamente pra não desmatar o barranco do rio (Sr. E)</p>

<p>i.d) Acho que o governo deveria ter um interesse maior pelo Araguaia, não só de Goiás, mas Mato Grosso, Tocantins e todas essas cidades em torno do Araguaia. (Sra. T.)</p>	<p>ii.d) Eu tenho uma casa lá em Aruanã, essa casa serve pra guardar essa coisa toda de acampamento, aí o empregado vem na frente, faz a montagem depois meu irmão vem, vê o funcionamento do acampamento, eu venho e dou um toque estético... (Sr. O)</p>	<p>iii.d) Então, e fica reservado até quando? R: Aqui nós compramos L: Como assim vocês compraram? R: Nós pagamos pelo terreno... L: Paga pra quem? R: Pros ribeirinhos daqui mesmo, por exemplo, o rapaz aqui teve que brigar com o outro porque tinha invadido... É, aí ele [ribeirinho] reserva, faz o rancho e eles já estão acostumados, já conhece. Se outra pessoa chegar de fora, aí acampa de qualquer jeito porque aqui tá reservado.... Ou você paga pra ter o direito de ficar lá, ou pronto. Por isso você vê gente acampado no meio do mato, as melhores praias... (Sr. R.)</p>	<p>iv.d) Antes da ASBEG, ali era tudo palha. A mudança que eu vejo de positivo é que estão deixando de usar materiais da mata ciliar, isso é positivo, você pode olhar nos acampamentos aí, dificilmente você vê do rancho acampamento construído com madeira da mata nativa aqui, hoje todo mundo já tem a preocupação de trazer a madeira de onde vem (Sr. D.)</p>
<p>i.e) O quê que falta? Mais gente pra fiscalizar e conscientização dos turistas através da mídia. Por exemplo, se você for ver o que o nosso estado faz para conscientização, nada! Quem faz é o MARCOS, FUNDAÇÃO JAIME CÂMARA², entidades particulares que tentam fazer alguma coisa. O que falta é isso, conscientização geral principalmente pelo estado que é responsável. (Sr. E)</p>	<p>ii.e) Ver relato iv.d.</p>	<p>iii.e) Araguaia representa muita coisa, representa diversidade com a família, representa diversidade pra quem vem aqui, representa uma forma de... Por exemplo, quem monta esse rancho ganha dinheiro. Mas o que acontece hoje é o seguinte, por exemplo, muita gente vem aqui, unir o útil ao agradável vem aqui pra uma balada mas só que não tem peixe (Sr E.)</p>	

Quadro 5: Categorias representativas das alterações do ambiente cultural. Fonte: narrativas coletadas em trabalho de campo, julho de 2010. Organização: Ramos, 2011.

² O MARCOS aqui citado trata-se de uma cadeia de supermercados que esteve presente nos acampamentos com uma campanha de marketing e informações conservacionistas. A Fundação Jaime Câmara é uma fundação filantrópica ligada aos meios de comunicação de massa que eventualmente faz campanha conservacionista sobre o rio Araguaia.

i) Políticas públicas/atuação do Estado (Quadro 5):

Há de forma generalizada nas falas apresentadas neste campo, uma reclamação a respeito do papel e da atuação do Estado frente à gestão ambiental, organização do município, fiscalização das ações no rio Araguaia. Os fragmentos i.c, i.d, i.e apontam para a necessidade de que o Estado deveria melhorar sua participação e atuação na conservação do rio Araguaia, sobretudo no que diz respeito à fiscalização e conscientização ambiental.

No fragmento i.a, por exemplo, o apontamento se dá na falta de investimentos econômicos, ou de re-investimentos por parte do Estado nos municípios de acesso às praias, especialmente Aruanã. Esta fala nos confirma as afirmações que fizemos no capítulo dois, a respeito de como os recursos financeiros são, de maneira geral, sumariamente reaplicados nos próprios municípios de acesso às praias.

Contraditoriamente, no entanto, o fragmento i.a é a antítese desta mesma representação. Se dissemos inicialmente que, os acampamentos são mais complexos na essência do que tomados apenas como turísticos, especialmente se tomarmos o critério econômico, deveremos considerar que há, especialmente no município de Aruanã, um processo de turistificação, ou ainda uma ampliação do aparato da infraestrutura urbana, de segundas residências, e de outros equipamentos que surgiram e se fortaleceram a partir da própria tradição dos acampamentos. Os fragmentos de fala apresentados no quadro ii.d e a narrativa da história do Sr. J.G, por exemplo, fortalecem essa análise. Esses novos vetores de influência são dados problematizantes significativos que merecem futuras pesquisas, aprofundamentos e discussões, mas que por ora não nos é possível aprofundar.

Outra contradição aparece quando tomamos o fragmento da fala descrito no quadro i.b, com o resultado dos questionários aplicados, analisados e discutidos no capítulo dois, bem como se tomarmos os fragmentos de fala dispostos na coluna iii (consciência e comportamento conservacionista). A fala apontada no fragmento i.b é, na verdade, muito repetida em diversas outras narrativas, mas, como dissemos, optamos por não repeti-las quando o conteúdo era similar. Há, constantemente, a reclamação a respeito da falta de participação do Estado para com a limpeza e coleta dos resíduos gerados nos acampamentos. No entanto, foi apontado nos questionários, ter havido uma melhora nesse sentido, pois a prefeitura passou a fazer a coleta, o que é visto pela maioria dos atores como obrigação. Assim como, na coluna iii, os fragmentos da fala apontam ter havido uma progressão quanto a melhoria da consciência conservacionista das pessoas em relação suas práticas com o rio.

Porto-Gonçalves nos lembra que “não existe relação com a natureza a não ser por meio de um conjunto de significações socialmente instituído e, portanto, possível de ser reinventado num processo aberto, complexo, contraditório e indefinido sempre em condições históricas e geograficamente determinadas” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.44).

As contradições que aparecem constantemente entre as falas, que por vezes se reforçam, e por vezes se contradizem, nada mais são do que a própria inerência do caráter representativo da visão do mundo dos atores posta em representação pela fala. Moscovici (1978), Abric (2004), Flament (2004) nos alertam para o fato de que, como já dissemos na introdução do nosso trabalho, as representações sociais são caracterizadas por suas inerentes contradições. Nesse sentido, é possível, que numa análise do ambiente a partir das representações, nos deparemos com as contradições, e é bom que assim o seja, já que as contradições são inerentes também da própria característica humana de ser-no-mundo, ou o que Maia (2003) nos diz ser encontros e as contradições entre os aspectos da realidade objetiva e os aspectos da realidade subjetiva.

ii) Relação acampamentos X autóctones/cidades ribeirinhas (Quadro 5):

No capítulo anterior, dissemos que o município de Aruanã passou a ser impulsionado e teve um crescimento em sua infraestrutura urbana a partir dos acampamentos, que se estenderam, iniciando na atualidade sob novas características, usos e apropriações ao rio Araguaia. Os fragmentos de fala transcritos na coluna ii, e chamamos a atenção para o fragmentos ii.a e ii.d, ilustram bem esta constatação, e o que antes discutimos no item acima. É possível confirmarmos também, como já apontamos em outros momentos deste trabalho, a proximidade e as relações estabelecidas entre os acampamentos e os autóctones. No fragmento ii.b é citado, inclusive a relação entre a acampante e um autóctone por ela referido como *tabarú*.

Já no fragmento ii.c fica presente a relação de trabalho estabelecida entre os ribeirinhos, moradores da região, e os acampantes que por vezes se tornaram proprietários de segundas residências no município. Essa mesma relação de apropriação da mão-de-obra pode ser observada nos fragmentos ii.d. Isso nos aponta novamente para o dado de que novas relações estão sendo construídas e estabelecidas entre os acampantes, os moradores, autóctones e ribeirinhos. Essas relações partem das apropriações simbólicas do afeto e da tradição do acampamento nas praias do rio em sua necessidade de mão-de-obra local, estendendo-se para uma relação econômica turística.

Cabe aqui, mais uma vez, apontar para a necessidade de estudos futuros que se discutam como, a partir das relações simbólicas, as relações de interesse e de poder econômico se configuram entre os moradores, ribeirinhos e autóctones, e as atuais formas de acampamento, sobretudo aquelas marcadamente baseadas pela e para os interesses econômicos de ambas as partes. Tomemos aqui, para deixar uma discussão mais aprofundada em reticências às próximas pesquisas, o fragmento de fala apresentado no quadro iii.d. No diálogo que ali nos colocamos com um acampante fica evidente como, em alguns acampamentos, essa forma atual (tomada como não tradicional) de se acampar, tem

se dado a partir das relações econômicas. No capítulo anterior apontamos haver em algumas praias, a criação de territórios de acampamentos, isto é, a prática da reserva das praias tem sido feita de forma cada vez mais constante, apesar de que, segundo os próprios acampantes, na maioria das vezes de forma apenas consensual.

Se, conforme nos aponta a fala do fragmento iii.d, há a cobrança pelo uso desta praia, estes territórios então criados deixam de ser apenas subjetivos e existenciais, ou seja, territorialidades criadas por escolhas afetivas de preferências por este ou aquele lugar, para a criação de territórios estruturais, ou seja, territórios criados a partir de uma relação de poder econômico, em que o uso e a apropriação da praia do rio, que é pública e definida como um bem da coletividade, será barganhada por aqueles que detiverem os saberes tradicionais da apropriação simbólica do rio, ou seja, de delas se apropriarem no momento certo do “coroamento” da areia, da construção e “venda” (ou aluguel) do rancho, e por aqueles que tiverem a condição econômica de pagar por este uso, seja pela reserva da praia, seja pela “aquisição” (ou aluguel) do rancho ali instalado. É o sentido que aplicamos, no capítulo dois, como princípio de um processo de turistificação também dos acampamentos que, contraditória e complementariamente, se intensifica a partir das relações afetivas.

O Estado tem, nesse sentido, novos desafios para o ordenamento e gestão do ambiente. Além da fiscalização sobre as práticas de caça e pesca da fauna, do controle ao desmatamento, das ações de sensibilização e educação ambiental em relação às normas de convivência, tem também agora a questão do ordenamento, apropriação e usos destes territórios estruturais, que devem ser postos à reflexão, no sentido de intervenção e quem sabe da uma normatização.

iii) Forma e organização dos acampamentos (Quadro 5):

Discutimos anteriormente o papel representativo da família na elaboração e na estruturação da memória enquanto representação do passado. No caso dos acampamentos no Araguaia, a família aparece novamente como fundamental para a constituição e manutenção da tradição dos acampamentos. Nos fragmentos de fala apresentados, sobretudo nos fragmentos iii.a, iii.b e iii.c, a memória em relação aos acampamentos construídos no passado partem de alguma referência relacionada a maneira como os membros da família realizam a prática da construção dos acampamentos, bem como de que forma estes eram constituídos. Muito embora percebamos que há, como já dissemos, uma referência ao passado a partir dos elementos percebidos no presente, o fato da forma com que os acampamentos eram constituídos terem, ao longo do tempo, se modificado, a prática cultural de se acampar não perdeu seu significado, embora estes possam estar em

modificação, como já mencionamos. Na Tabela 5 sintetizamos o conteúdo representado através do conteúdo dos fragmentos de fala.

Tabela 5: A representação da forma dos acampamentos a partir da memória dos atores:

Acampamentos essencialmente familiares	→	Acampamentos construídos pela própria família, com apoio de moradores locais, com matéria-prima nativa.	Abertura para permanência de amigos, construídos pelo próprio grupo ou moradores locais, com parte da estrutura beneficiada.
Acampamentos sob novas características	→	Acampamentos construídos com estrutura beneficiada na cidade de origem do acampante, aproximações à hipermodernização	Aluguel de praias e de ranchos pré-construídos por moradores locais – constituição de territorialidades; Motivações atuais em relação aos acampamentos, e novas formas de se relacionar com rio – significados econômicos.

Organização: Ramos, 2011.

Autores como Hatzfeld (1993), Giddens (1997) e Geertz (1999) vão nos lembrar que as tradições, as práticas culturais, e a própria cultura como um todo devem estar dispostas à abertura e às modificações, como condições inerentes a sua própria sobrevivência. Nesse sentido, se antes os acampamentos eram construídos pelos próprios membros da família, com alguma ajuda e orientação dos moradores locais, se eram frequentados também unicamente pela própria família e se eram construídos à custa das matérias-primas do ambiente ecológico local, na atualidade, a forma e o conteúdo dos acampamentos vêm sofrendo modificações em sua constituição, no entanto, sem que se abandonem a tradição de ir ao Araguaia acampar.

Nesse sentido, novas características impostas aos acampamentos representadas, por exemplo, pelas relações de territorialidades na apropriação das praias, como já discutimos a respeito do fragmento iii.d, e as novas formas de se relacionar com o rio, no sentido das motivações que levam novos atores aos acampamentos, conforme fica claramente representado no fragmento iii.e, atribuem novos significados, simbólicos e econômicos, na relação acampantes-rio, além de impor aos ambientes físico e cultural características e impactos diferenciados. No entanto, a despeito de suas modificações, a tradição se mantém viva e se fortalece com o auxílio dos próprios elementos que a modificaram, numa relação contraditória e complementar, de diálogos entre a modificação e a sobrevivência da tradição. No diagrama a seguir (Figura 28), sintetizamos a relação entre os elementos que modificam e fortalecem a tradição dos acampamentos no rio Araguaia.

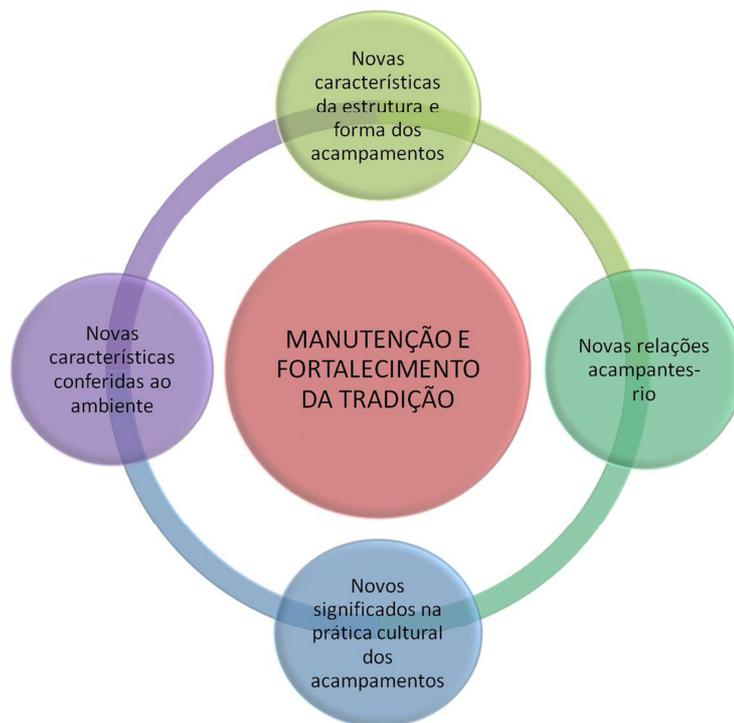


Figura 28: Diagrama representativo do ciclo das novas características e significados no fortalecimento da tradição dos acampamentos. Organização: Ramos, 2011.

iv) Consciência e comportamento conservacionista (Quadro 5):

As falas a respeito da melhoria em relação às práticas que agridem o ambiente ecológico do Araguaia são recorrentes, como apontamos no capítulo anterior, no momento da análise das respostas. Os fragmentos de narrativas que aqui apresentamos nos demonstram que os atores representam uma melhoria no comportamento conservacionista dos usuários do rio em geral, fruto de uma maior conscientização e informação a respeito de práticas mais adequadas à integridade do rio.

Nos fragmentos iv.a e iv.b representa a observação, ao menos sensivelmente aparente, de que houve uma diminuição da caça de animais silvestres (fragmento iv.a) e da poluição das águas em sentido geral (fragmento iv.b). Nas demais narrativas observa-se que as práticas ambientais dos acampantes têm melhorado, sobretudo no que representa a estruturação de montagem do acampamento. A mudança de material utilizado para a construção dos ranchos, conforme narrada nos fragmentos iv.c e iv.d, é apontada como positiva no sentido de coibir a utilização da vegetação ciliar, e o consequente desmatamento, para a construção dos ranchos nos acampamentos.

No entanto, se tomarmos ainda as críticas apontadas na coluna i correspondente às representações sobre as políticas públicas e atuação do Estado, salientamos aqui outra polissemia de sentidos, e novamente dizemos, inerentes ao próprio caráter das representações sociais (ABRIC, 2004; FLAMENT, 2004). Se por um lado, as críticas feitas ao Estado são, entre tantas, a respeito da necessidade de maiores campanhas de

sensibilização, informação e educação ambiental, por outro lado, o fato de as práticas ecológicas terem melhorado foi uma influência positiva do que Oliveira (2010) nos sugere serem as forças dos vetores midiáticos-sustentáveis e político-turístico para o ordenamento daquilo que o próprio Estado e a mídia consideram como a temporada turística do rio Araguaia (BRASIL, 2008). Estas melhorias comportamentais e de consciência na relação acampante-rio são oriundas, conforme os próprios atores apontam, pela atuação do Estado, nas campanhas de informação e educação ambiental, e na formulação das Normas de Convivência com o rio Araguaia, organizada e divulgada pelo ICM-Bio/RAN e IBAMA.

Nesse sentido, gostaríamos aqui de discutir apropriadamente a respeito deste código de conduta utilizado como o norteador dos acampamentos no rio Araguaia, que mesmo não tendo rigor de lei, são consensualmente aceitas. Seguindo nossos pressupostos, esta aceitação se baseia na predisposição para a mudança comportamental oriunda da base afetiva que liga os acampantes ao rio. De acordo com as informações cedidas pelo RAN/ICM-Bio (BRASIL, 2008), a atuação do órgão no rio Araguaia se baseia, em parceria com o IBAMA, atuar na fiscalização da pesca e transporte da ictiofauna, e em promover ações de educação ambiental com os usuários das praias e acampantes.

No entendimento do órgão de fiscalização, normatização e ordenamento ambiental (BRASIL, 2008, p.13), trabalhar a Educação Ambiental no rio Araguaia tornou-se importante, pois a presença dos acampamentos nas praias do rio e de seus principais afluentes prejudicava os ecossistemas da região em função da ocupação incorreta das praias onde desovam os quelônios. A poluição sonora causada pelo barulho dos motores de popa, jet-skis, geradores, foguetes; as práticas inconsequentes e desinformadas sobre como se depositar lixo nas praias e margens dos rios; sanitários com uso de tambores; grande consumo de animais silvestres; a utilização das matas ciliares para a construção dos acampamentos; a desinformação e o descumprimento sobre as leis que protegem o meio ambiente; a insensibilidade com o respeito ao ecossistema, “eram hábitos que se prolongaram por muitos anos e que ligados aos grandes projetos impactantes influenciaram definitivamente no ciclo biológico de várias espécies como as tartarugas-da-amazônia, dentre outros animais” (BRASIL, 2008, p.16). Foi preciso então, iniciar um trabalho com os acampantes e com os moradores dos municípios próximos ao rio Araguaia, através da sensibilização, informação e compreensão daquele ecossistema com enfoque voltado para a proteção dos quelônios e seus habitats e mais precisamente das praias, que são os sítios de desova das tartarugas e dos tracajás.

As Normas de Convivência com o rio, nesse sentido, foram originadas das necessidades e compromisso firmados entre o órgão com chefes dos acampamentos em reuniões realizadas nos próprios acampamentos, na sede do ICM/BIO-GO, e no município de São Miguel do Araguaia, como resultado de um projeto intitulado “Aplicação de

Metodologia Participativa em Educação Ambiental Junto aos Turistas e Ribeirinhos no rio Araguaia e seu Entorno no estado de Goiás” (RAN/ICM-BIO, 2008, p.6). Com a aplicação de uma metodologia participativa de construção destas normas que, após terem sido acordadas entre acampantes, procuram ser seguidas, o ICM-Bio buscou criar um ordenamento da apropriação do território estrutural no rio Araguaia, “no sentido de internalizar uma relação saudável entre os turistas, ribeirinhos e aquele ambiente natural” (RAN/ICM-BIO, 2008, p.6), constituindo-se em um código de conduta que são divulgadas através de folders, cartazes, cartilhas e placas de sinalização nas praias e estradas que dão acesso às cidades ribeirinhas.

Nesse sentido, mesmo que com todas as incompletudes dispostas ao papel do Estado no sentido das tentativas de ordenamento dessa prática cultural no rio Araguaia, as ações educativas aparecem como aquelas que de uma forma mais abrangente, surtem efeitos significativos na mudança comportamental dos acampantes.

Sr. D.: Eu acho que o que o Estado poderia fazer para melhorar a natureza pra todos nós é divulgar mais e pedir mais conscientização da população, dos frequentadores do Araguaia em relação a lixo, sacolinha, desmatamento... O pessoal tá mais consciente, por causa dos trabalhos de conscientização que foram feitos, mais precisa mais então é isso, mais conscientização... Então precisa disso mais conscientização dos visitantes do Araguaia e na piracema proibir os ribeirinhos de jogar rede. Proibir toda pesca. Acho que a educação ambiental a conscientização vale mais do que qualquer lei, porque lei as pessoas burlam, conscientização ninguém burla. Se você conscientizar hoje amanhã não precisa punir

Isso se deve ao fato de que, somente a partir do processo de sensibilização dos sujeitos, na integração e fortalecimento do sentido de pertencimento a um dado ambiente, e na responsabilidade na participação e no processo de melhoria das condições do ambiente com o qual nos relacionamos, é possível rever as práticas comportamentais, sobretudo daquelas enraizadas, solidificadas e justificadas pela tradição. As mudanças comportamentais das práticas culturais imbuídas de conteúdos simbólicos e de justificativas psicossociais embasadas por uma tradição somente serão modificadas quando os sujeitos que destas práticas participam, se sentirem essencialmente, internamente e afetivamente mobilizados a fazê-las, quando oriundas de um processo participativo de reflexão-ação.

As regulações legais, que por vezes são feitas sem que se considerem os valores simbólicos e subjetivos de determinadas práticas culturais, acarretam no que Barthes (2001) chamou de um “deslizamento de sentidos” que há entre quaisquer condutas que se planeje para àquilo que de fato se realize. De forma perspicaz, Pelá (2009) observou haver nestes casos, um deslizamento de sentidos entre as normas impostas pelo Estado e a vida dos sujeitos. Estas, que, por ensejos subjetivos, afetivos, simbólicos e existenciais, insistem em ser vividas.

CAPÍTULO V

UM PORTO À POLISSEMIA DOS ACAMPAMENTOS DO RIO ARAGUAIA: CONTRADIÇÕES, DIÁLOGOS E SÍNTESE

5.1 Representações ambientais e o embate entre a tradição e o turismo - os acampamentos do rio Araguaia em suas polissemias

Nos capítulos anteriores nos propusemos a apresentar os aspectos teóricos e empíricos que configuram as diversas representações conferidas por acampantes ao rio Araguaia. Partindo do nosso pressuposto inicial que *considera os acampamentos nas praias do rio Araguaia vistos apenas sob a perspectiva da atividade turística insuficiente para contemplá-la em sua complexidade, sendo imprescindível considerá-la a partir dos elementos simbólicos e das representações dos atores que com ele se relacionam*, pretendemos agora aglutinar os entendimentos a que aportamos a partir das discussões feitas anteriormente.

No objetivo de *analisar a configuração das representações estabelecidas entre os acampantes e o rio Araguaia, visando entender como estes atores estabelecem seus processos históricos de apropriação ambiental com o rio, e como essas relações podem fornecer instrumentos para se pensar o planejamento ambiental do uso das praias do Araguaia*, alguns elementos fundamentais foram trazidos à luz e aqui merecem uma retomada mais apropriada, sendo eles: as contradições inerentes às representações claramente apontadas no que se refere ao comportamento na apropriação do ambiente e o afeto pelo mesmo, ou o que aqui iremos considerar mais precisamente como a polissemia dos sentidos na dialética entre a força da tradição e o turismo.

Nossa perspectiva para os acampamentos enquanto uma prática cultural tradicional, cujos significados motivadores de sua existência se estruturam em uma análise de sua essência simbólica, parte inicialmente dos valores existenciais que o rio fornece aos seus povos e habitantes originais. O simbolismo primário para os povos Karajá, cuja cosmogonia devota ao rio Araguaia uma sacralidade que lhes conferem significados e ordenamento psicossocial, já nos permite encarar e compreender o rio por uma espacialidade diferenciada cujo ambiente, de uso e de relação, configura-se enquanto um santuário. As bases mitológicas que sustentam os povos Karajá em sua relação com o rio nos inspiraram em recorrer a uma análise também de base mitológica para a relação dos ocidentais em sua história de apropriação e relação com o Araguaia.

Desde o início de sua ocupação territorial, ao Araguaia foi imposta uma política de apropriação socioespacial cujo imaginário dominante embasava no mito da natureza selvagem, que necessitava de domínio, manipulação e controle. A forma e medidas da ocupação territorial da região, o ideário da navegação e o fomento e incentivos das práticas

de caça e pesca foram movimentos ideológicos e políticos fundamentados nesse imaginário dominante da relação sociedade-ambiente à época de dadas investidas.

Os fracassos de ordem práticas destas investidas, sobretudo no ideário da navegação do Araguaia e posteriormente a fundamentação e a estruturação das normativas e a fiscalização sobre a caça e a pesca pelas influências dos vetores mediático-sustentáveis no ambientalismo mundial de base preservacionista, permitiram uma transmutação nos sentidos simbólicos e na prática material dos acampamentos no rio Araguaia.

O mito da natureza selvagem no Araguaia, que não pôde ser domada pelos percalços à navegação, e elemento justificador das práticas de caça e pesca, a partir dos vetores *mediáticos-sustentáveis*, se transmuta para um outro sentido, o da natureza virtuosa que merece ser preservada e respeitada. O discurso ambientalista mundial manifestado, sobretudo pela mídia e as ações normativas e educativas propostas para o uso do rio possibilitaram então que a relação com o rio se mantivesse, mas sobre outra ordem simbólica e material – os acampamentos. Já aqui, a mudança das práticas a que dissemos ritualísticas, não impediram, no entanto, a continuidade simbólica do retorno ao rio na tradição de se acampar. Nas imagens que se seguem (Figura 29 e Figura 30) podemos notar a diferença significativa do comportamento dos atores perante o rio Araguaia.

Obviamente, não consideramos essa dinâmica da mudança simbólica dos sentidos como uma linearidade simplista, mas como uma dinâmica forte e sustentadora das práticas dos acampamentos e das relações acampantes-rio. Essa outra relação não impede de haver paradoxal e concomitantemente, e passível de constatação, movimentos sociais e políticos que ainda percebem o Araguaia unicamente como objeto de dominação utilitarista, a ver, por exemplo, o projeto político da Hidrovia Tocantins-Araguaia. Sobre essa interferência planejadamente almejada para a decomposição do rio Araguaia, Gratão (2007) nos diz que

A Hidrovia Araguaia-Tocantins, se concebida pelo *canal fenomenológico da geograficidade*, revelaria o grau da insensibilidade ambiental e/ou de desamor e desrespeito ao 'O Rio'. Revelaria o distanciamento dos homens com 'O Rio' e o (des)enraizamento com a terra e o lugar... (GRATÃO, 2007, p. 101)

Nesse sentido, entre essas polissemias impressas na leitura que propusemos ao Araguaia, as representações de seus atores sobre o próprio rio e sobre os acampamentos seguem nessa mesma ambiguidade representativa – entre as esferas do simbólico – o afeto pelo rio, e do material – na apropriação do ambiente e os impactos causados, sobretudo na contemporaneidade, com a intensificação do processo de turistificação.



Imagem i: cena típica das antigas pescarias, quando ainda se era possível e permitido a pesca em grandes quantidades. Década de 1960



Imagem ii: exemplares de porcos-do-mato abatidos por caçador. Década de 1960.

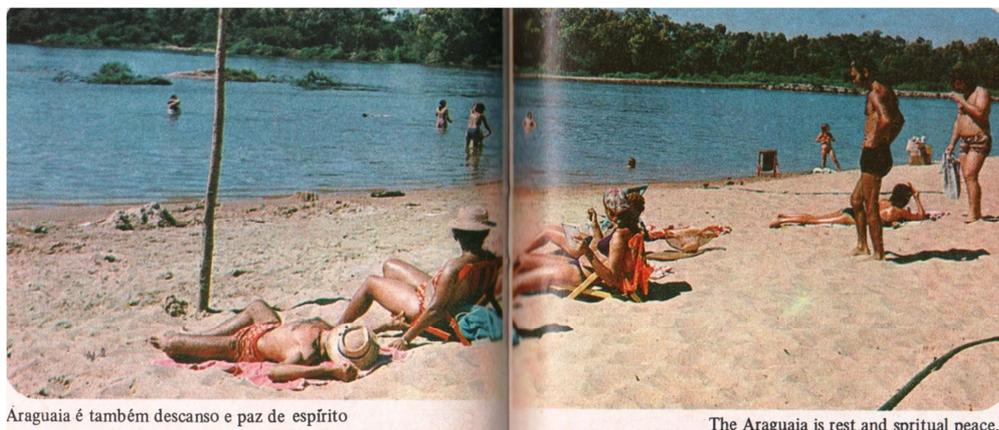


Imagem iii: exemplar de uma anta abatida exibida às margens do rio Araguaia. Década de 1960



A caça é permitida, mas controlada

Imagem iii: exemplar de uma anta abatida exibida às margens do rio Araguaia



Araguaia é também descanso e paz de espírito

The Araguaia is rest and spritual peace...

Imagem iv: o descanso e a contemplação da natureza incorporada na relação dos atores com o rio Araguaia. A natureza selvagem se transmutando em natureza virtuosa.

Figura 29: Composição de imagens demonstrativas das práticas de caça e pesca predatórias. O mito da natureza selvagem fundamentando um imaginário antropocêntrico de dominação dos seres da natureza. Fonte: GOIÁS - Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás, nº XVII, 196-; GOIAS, 1975. Organização e seleção: Ramos, 2011



Figura 30: A polissemia de sentidos para a relação com o rio Araguaia. A tradição fundamentada pelo imaginário de natureza virtuosa que se mantém por seu aspecto de *religare*. Observa-se neste acampamento as diversas referências às santidades católicas, a celebração da religiosidade em seu sentido concreto. Autoria: Ramos, 2010.

Baseando-nos na teoria das representações sociais proposta por Abric (2004), o “núcleo central” que fundamenta e estrutura as representações, no caso do Araguaia é o afeto pelo rio, a função religiosa (*religare*) que permitiu a manutenção, fundamenta e mobiliza a tradição do retorno ao Araguaia, transmutado na prática dos acampamentos. No mesmo sentido, a estruturação e composição das representações, como nos reforça Abric (2004), também se apresentam em “setores periféricos” da composição representativa. Assim, as contradições se constituem nestes setores periféricos e são frutos compensatórios das funções prescritiva e justificadora das representações, e que aqui se apresentam por meio das ações e dos comportamentos perante o ambiente físico. A própria composição da representação social intervém nas ações e, por conseguinte, permite aos atores explicarem e justificarem suas condutas em uma dada situação (ABRIC, 2004; FLAMENT 2004).

Nesse sentido, por um lado no discurso dos atores, como observamos especialmente no capítulo quatro, a relação afetiva aparece de forma contundente e se confunde com a própria história de vida dos entrevistados. No entanto, é preciso apontar para o fato de que se por um lado há, de forma muito simbólica, profunda e enraizada um afeto pelo rio Araguaia, materializado na relação objetiva da tradição dos acampamentos, há por outro lado, em sentido dialético, uma não representação direta da possibilidade da perda da tradição, imposta pelas instituições ambientais fiscalizadoras ou como consequência dos impactos causados ao ambiente físico que são inerentes a ela, como apontamos no capítulo dois. Há um distanciamento entre as instâncias afetivas da relação acampantes-rio e as representacionais dos impactos ambientais da prática imposta ao Araguaia. Por esse

distanciamento das instâncias representativas, a apropriação do ambiente físico, com a composição da estrutura dos acampamentos e das práticas diárias ali desenvolvidas, como por exemplo, relativo à disposição dos resíduos sólidos e dos efluentes, do ponto de vista conservacionista, põem em alerta a integridade ecológica do rio. O comportamento sem os critérios adequados em relação às melhores práticas mitigadoras de impactos negativos acaba por contrariar, por vezes, o próprio discurso afetivo, especialmente naqueles em que há uma maior modernização do aparato estrutural e de lazer, cujo intuito é a ampliação da rede social do quantitativo de acampantes.

Entendemos que, no contexto da contemporaneidade, seja compreensível que certas práticas culturais se remodelem e se modifiquem frente às novas técnicas e tecnologias da relação sociedade-ambiente. Os acampamentos com maior grau de tecnificação, como os de categoria *Superestrutura e conforto*, sobretudo, existem há mais de 20 anos, e a reestruturação na modernização da sua estrutura física e de sua abertura para a perspectiva mercadológica é inerente àquilo que Oliveira (2010, p.7) nos diz ser “encontro das tradições com a hiper-modernidade”.

No entanto, do ponto de vista conservacionista essa tecnificação, ou mesmo a ampliação da rede social dos membros da tradição, que trataremos a seguir, mesmo que justificadora da permanência e da sobrevivência de uma prática cultural tradicional de grande importância simbólica, deve responder a critérios normativos e informacionais que os permitam, ao mesmo tempo em que sustenta a tradição, não infligir à dinâmica ecológica do rio suas consequências negativas.

No mesmo sentido, conforme discutimos na análise dos questionários aplicados, no que se refere ao *tipo de acampamento*, a quantidade de acampamentos considerados comerciais e que são em maior parte, da categoria *Super-estrutura e conforto*, aumentou. Este tipo de acampamento é assim classificado pela cobrança de uma taxa de rateio das despesas gerais do acampamento, muito embora essa cobrança não permita a abertura total a qualquer pessoa que ali deseje permanecer. Só são aceitos nestes acampamentos, mesmo às custas do pagamento, novos membros desde que os mesmos possuam um vínculo com outros membros do acampamento ou com a instituição do qual ele é constituído. Ou seja, a cobrança pela permanência no acampamento não exclui o fato de que o mesmo ainda se configure como tradicional, pois a inclusão de um novo membro exige uma espécie de iniciação, proporcionada por um membro já praticante da tradição.

Por outro lado, a base afetiva em que se fundamentam os acampamentos faz com que certos atores busquem outras formas de se relacionar com o rio, se reaproximando da prática exercida primordialmente, ou seja, buscam dentro da tradição, àquilo que é mais tradicional. Nos acampamentos de categoria *Superestrutura e conforto*, por exemplo, que no princípio eram construídos com infraestrutura rústica e que se tecnificaram em um grau mais

aparente, impuseram uma modificação do acampar para alguns atores. Como apontamos anteriormente, alguns acampantes deixaram de frequentar estes acampamentos para construir os seus próprios de categoria rústica. Como uma prática cultural tradicional, com a dinâmica de remodelagem dos acampamentos, seus praticantes procuram se reinventar, estabelecendo certos arranjos simbólicos e espaciais para permanecerem com a tradição, como a mudança de acampamento, por exemplo.

Do mesmo modo, esse núcleo central das representações é fortalecido pela própria essência e sistemática inerente às tradições. Retomando o que nos diz Giddens (1997), as tradições possuem em si uma função justificadora das ações e das práticas do grupo. A tradição, como uma dinâmica complexa e também polissêmica, permite e justifica certas práticas que se explicam por serem tradicionais. Ela permite, ainda, que sejam estruturadas alterações em seus “setores periféricos”, com a devida licença para estender essa noção à análise das tradições, já que entendemo-las também como uma forma de representação, como para a alteração de certas práticas ritualísticas ou na abertura e no diálogo com elementos externos àquela dada tradição. E essas mudanças por que podem sofrer as tradições é uma dinâmica inerente a uma pós-modernidade que revaloriza as tradições ao mesmo tempo em que a elas imputa novos significados e novas condições. Além disso, a abertura às mudanças significa a própria sobrevivência das tradições, dado que a sociedade e a cultura em si se dão em constante síntese dialética com o mundo.

E aqui o turismo, e sua rede de composições e influências, encontra abertura em um espaço permissível de atuação – na dinâmica de sobrevivência das tradições. Exemplo disso é que há, como vimos, mais recentemente, a prática do aluguel de ranchos construídos a partir de um saber tradicional, uma espécie de terceirização da construção dos acampamentos que são alugados por um curto período aos novos acampantes do Araguaia, bem como aqueles atores, os turistas que utilizam a infraestrutura urbana para sua permanência, frequentando as praias apenas durante o dia, como uma espécie de balneário festivo. Desse modo, o núcleo central das representações dos acampamentos – afeto que fundamenta a tradição, permite e fortalece o diálogo com outro setor periférico - o turismo, aprofundando a complexidade da leitura do rio Araguaia. Na figura a seguir (Figura 31) apresentamos as polissemias que compõe as representações dos acampamentos no Araguaia.

Tendo em vista os processos intrínsecos de mudança, a adequação das práticas culturais tradicionais nos levam a entender que, no outro aspecto dessa dialética, mesmo que a prática dos acampamentos não se configure essencialmente como atividade turística, a manutenção e transformações porque passam a própria prática tradicional acabaram fomentando, ao longo dos anos, uma atividade turística nos municípios de acesso, a

exemplo de Aruanã/GO, e mais recentemente um processo de turistificação também dos acampamentos.

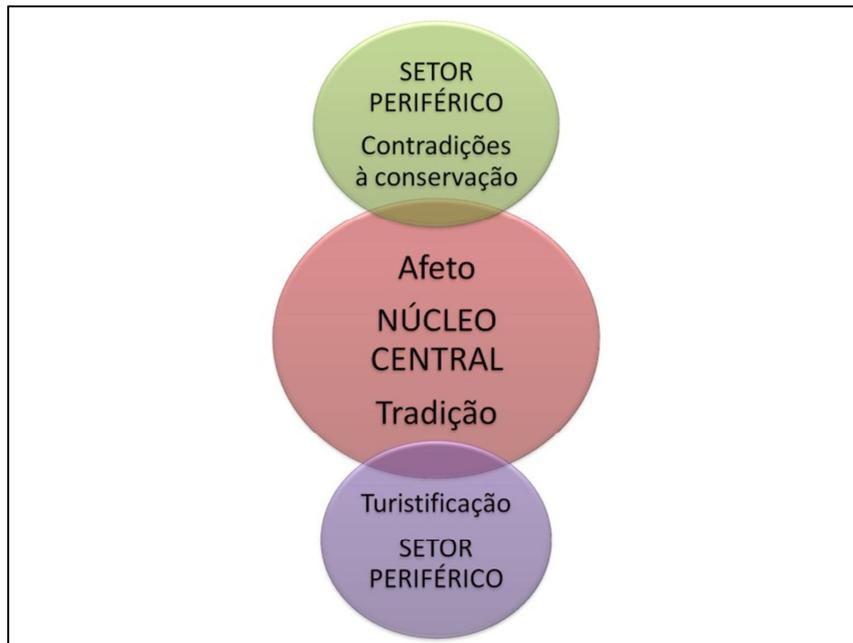


Figura 31: Relação entre os elementos do Núcleo Central e os Setores Periféricos na representação dos acampamentos no rio Araguaia. Organização: Ramos, 2011.

Exemplo disso são as relações construídas e estabelecidas entre os acampantes, os moradores, autóctones e ribeirinhos, que partem da apropriação simbólico-afetiva e da tradição do acampamento nas praias do rio, para a necessidade da mão-de-obra local, estendendo-se como uma relação econômica turística. Como dissemos então, elementos como a modernização dos acampamentos, o aumento dos acampamentos comerciais, a criação de territorialidades com a reserva de praia e a estruturação de Aruanã para o turismo, tornam ainda mais complexa a dinâmica dos acampamentos. Dialeticamente, estas características acabam por reforçar a tradição dos acampamentos, ao mesmo tempo em que a reconfigura na contemporaneidade.

Nesse sentido, uma argumentação meramente funcionalista não é capaz de desqualificar a importância simbólica dessa prática cultural para quem o pratica, mesmo que a modernização e a turistificação o imprima e o configure à outras técnicas ou outras aparências. Portanto, consideremos o aspecto simbólico da necessidade da viagem, da alteridade com o encontro ao outro e do contato com a natureza como elemento essencial e fundador das práticas sociais desenvolvidas pelos atores durante os acampamentos no rio Araguaia, e não apenas nas relações estabelecidas por vetores político-turísticos e mediático-sustentáveis nos municípios de acesso às praias. No entanto, a ideologia político-econômica que empreende ao Araguaia uma vocação turística visando unicamente às condições de ganho econômico, negligencia os aspectos simbólicos e afetivos da dinâmica

cultural histórica dos goianos com o Araguaia. A política de incentivo ao turismo enquanto perspectiva economicista impulsiona e exige uma ótica instrumentalizada e externalizada, cujos objetivos e consequências são divergentes àquelas necessidades de quem vivencia e se relaciona com o ambiente internamente, no âmbito de uma prática cultural tradicional – a romaria das águas.

Nas romarias da contemporaneidade, alegoria a que nos baseamos para a leitura dos acampamentos, existem diversos atores em relações polissêmicas com o santuário – o romeiro-devoto, o turista-visitante, os moradores e as redes políticas institucionais. Do mesmo modo, no Araguaia há, portanto, uma polissemia das relações: os romeiros-acampantes, os acampantes de primeira geração ou acampantes-turistas, os turistas, os moradores, o grupo das segundas-residências e as redes políticas institucionais. Nesse sentido, é preciso compreender que esses pares dialéticos são então complementares, e não antagônicos. Assim, as ações empreendidas para o planejamento e educação ambiental no ordenamento do uso das praias pelos acampamentos, e pelo turismo, devem buscar medidas de mediação e de um diálogo entre esses pares – o simbólico e o material, a tradição e o turismo, tendo em vista a integridade ecológica do rio e a revalorização dos acampamentos como prática cultural tradicional.

Nossa elucidação pretendeu, portanto, uma retomada das discussões no sentido das aproximações e os distanciamentos a que consideramos os acampamentos perante atividade turística, tendo em vista uma reflexão para a práxis do ordenamento do uso das praias. Essas discussões serão aprofundadas nos itens que se seguem. Elas não têm a pretensão de indicar a solução definitiva para o uso das praias do Araguaia, tão pouco propor a resolução dos conflitos amplamente apontados durante o trabalho. As considerações que faremos a seguir são no sentido de apresentar reflexões e possibilidades de olhares e metodologias que permitam instrumentalizar as discussões a respeito do ordenamento do uso das praias no rio Araguaia, a partir do entendimento de seu valor simbólico.

5.2 Os enfrentamentos do Planejamento e da Educação Ambiental na polissemia dos acampamentos no rio Araguaia

Para o início do nosso trabalho nesta pesquisa, propusemos dois questionamentos importantes que aqui merecem uma atenção concentrada no sentido de suas discussões, quais sejam: *Como as políticas públicas lidam com a complexidade inerente a relação acampamentos-Araguaia?* e também *Como o planejamento ambiental para o ordenamento territorial e intervenções de educação ambiental, no estabelecimento de suas ações, deve considerar os aspectos subjetivos que motivam os sujeitos a manterem a tradição dos*

acampamentos no rio? Nesse sentido, buscaremos apontar algumas reflexões que se pretendem dar uma perspectiva, entre tantas possíveis, para esses questionamentos.

Como vimos nos capítulos anteriores, sobretudo na primeira parte deste trabalho e nas representações dos atores descritas no quarto capítulo, o Estado tem participado de forma recorrente no fomento e investimento das forças representadas pelos vetores político-turísticos e mediático-sustentáveis, nas tentativas de ordenamento do uso das praias, sobretudo a partir do reforço das *Normas de Convivência com o Rio*, na fiscalização sobre a caça e a pesca. Como política pública vimos, historicamente, as ações de investimento para o fortalecimento do rio Araguaia como lugar turístico, sobretudo a partir de Aruanã, sendo este considerado atualmente pela agência Goiana de Turismo – GOIASTUR (GOIASTUR, 2011) como “Município Indutor do Desenvolvimento do Turismo”. Nas ações empreendidas com o sentido dos vetores mediáticos-sustentáveis há, durante a alta temporada dos acampamentos, as abordagens informativas e de sensibilização feitas nos acampamentos por vezes por equipes do próprio governo do Estado e/ou do Governo Federal, ações pontuais de organização não governamentais e da sociedade civil, como a que narramos nossa participação no início do trabalho, e campanhas publicitárias veiculadas na mídia regional cuja temática permeia a questão da “preservação” do rio, feitas pelo próprio governo do Estado ou instituições não governamentais. Mas, há, sobretudo, um discurso ambientalista mais amplo e global veiculado em todos os níveis comunicacionais da sociedade, cuja importância refletida pelos efeitos causais da problemática ambiental global o fez ser incorporado, ainda que de forma ordinária, nas instâncias da vida dos sujeitos contemporâneos. Este discurso foi responsável, inclusive, como já reafirmamos, pela mudança no sentido do imaginário de natureza dos acampantes no rio Araguaia.

Nesse sentido, a educação ambiental tem funcionado para influenciar uma mudança do imaginário de natureza e pela veiculação das informações referentes às práticas menos nocivas ao ambiente físico e ecológico do rio. As ações de planejamento desenvolvidas no ordenamento da prática dos acampamentos no Araguaia buscam uma constante melhoria da qualidade do rio, conforme nos apontam os atores pelos resultados das análises dos questionários e das entrevistas. No entanto, nestas mesmas análises, pudemos perceber que, apesar dos atores reconhecerem a melhoria dos aspectos gerais da qualidade do rio e do comportamento nos acampamentos, essas ações são ainda apontadas como insuficientes.

Isso porque, do ponto de vista das contradições inerentes às representações, os atores parecem ainda não se incluírem como agentes causadores dos danos ao ambiente físico, como responsáveis pela mudança efetiva do comportamento, ou seja, há novamente uma contradição em relação a estes elementos (educação ambiental e atuação do Estado no ordenamento do uso do rio), pois o funcionamento destas iniciativas propostas pelo

Estado deve passar inicialmente pela atuação e envolvimento de seus praticantes. Isso nos aponta para o fato de que, a educação ambiental tem como limite e desafio a representação dos impactos gerados ao rio.

Mas, compreendemos que a dificuldade se encontra justamente no fato de que os comportamentos dos grupos nos acampamentos estão fortemente arraigados pelas justificativas tradicionais e de acomodamento comportamental. Nesse sentido, podemos afirmar que, se o Estado entende e atua sobre os acampamentos considerando-os sumariamente como uma atividade turística, se faz coerente, portanto, este distanciamento dos elementos que constituem a representação, o núcleo central e os setores periféricos, dos atores diante sua própria prática. As ações educativas e de ordenamento estão focadas nos constituintes dos setores periféricos à prática dos acampamentos – os impactos ambientais e a própria turistificação, o que contemplamos no Ambiente Estrutural na primeira parte da pesquisa.

A política pública e as ações da sociedade civil que atuam nos acampamentos do Araguaia negligenciam, portanto, o núcleo central da representação dos acampamentos para os atores, os aspectos simbólicos-afetivos da tradição. O que, sob certos aspectos, se torna compreensível, dada a dificuldade de se lidar, do ponto de vista de uma práxis eficaz, com o ordenamento de uma prática cultural cujo comportamento, visto também como ritualístico, sobretudo em uma base que é também afetiva, a auto-justificam. Mais adiante reconsideraremos as possibilidades de ações considerando o que contemplamos como Ambiente Simbólico-afetivo na segunda parte dessa pesquisa, o núcleo central que representa a prática dos acampamentos.

5.2.1 Instrumentos para reflexão-ação na mitigação dos impactos ambientais observados, considerando o Ambiente Estrutural da pesquisa:

Muito bem, em qualquer uma das instâncias que se queira focar, turística ou tradição, a presença dos acampamentos nas praias do rio acaba por infligir impactos, tanto positivos quanto negativos, ao rio. E se as ações que têm sido desenvolvidas por parte de políticas públicas e/ou ações civis, consideram a prática dos acampamentos puramente do ponto de vista turístico. Nesse sentido, pensar instrumentos para o planejamento do turismo em áreas de fragilidade natural perpassa por instrumentos efetivos de mitigação dos impactos criados pela prática àquele ambiente.

O conceito de impactos ambientais é ainda bastante impreciso do ponto de vista de sua aplicabilidade e padronização, conforme nos atenta Mirra (2006), bem como o é também o entendimento de ambiente. Quando mencionamos aqui a questão dos impactos nos referimos ao conceito dos mesmos entendidos pela sua negatividade, seguindo a conceituação da legislação ambiental brasileira.

O CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei 6.938/81, é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Trata-se do órgão brasileiro responsável pela deliberação, assim como para consulta de toda a Política Nacional do Meio Ambiente e que não levam em conta a qualidade das relações simbólico-afetivas. A Resolução do CONAMA, de nº 001/1986 em seu artigo 1º, define impacto ambiental como:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota;

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – a qualidade dos recursos ambientais (PINTO; ALMEIDA, 2002 p. 77).

No entanto, a definição da resolução 001/1986 deve ser interpretada em consonância com a lei maior do estado nacional, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Pela norma do artigo 225, § 1º, IV da Constituição Federal, o termo impacto ambiental se refere como uma “significativa degradação ambiental” (BRASIL, 2004). Assim, impacto ambiental, conforme nos referimos aqui, não é qualquer alteração do meio ambiente, mas as alterações drásticas de natureza negativa da qualidade ambiental.

No entanto, Mirra (2006) nos atenta novamente para o fato de que, por se tratar de um conceito que ainda exige critérios mais concretos para definir diretamente o que são essas alterações drásticas e nocivas da qualidade ambiental, há uma grande dificuldade em termos de aplicação prática para os determinados casos que causam, ou não, esses impactos ambientais. Sendo pouco preciso na aplicação prática, “não obstante a indeterminação do conceito, admite ser determinado no momento da aplicação (...) razão pela qual necessitam ser completados por quem os aplica” (MIRRA, 2006, p.29). No que se refere à exigência, no entanto, de um Estudo de Impacto Ambiental, a tarefa da definição de empreendimentos que necessitam desse estudo, ou seja, dos empreendimentos com alta potencialidade de geração de impactos ambientais, foi facilitada pelo artigo 2º, da mesma Resolução nº 001/1986. Contudo, as demais atividades que geram certos graus de impacto ambiental, e que não necessariamente exijam um Estudo de Impacto Ambiental, ficam à dependência do órgão ambiental local para análise da atividade, desde que o mesmo ache necessário tal investida.

Nos termos dos acampamentos pesquisados, gostaríamos então de analisar determinados elementos a que consideramos geradores de impactos ambientais, a partir do conceito apresentado pelo CONAMA. Caberia nestes casos, a verificação das regularidades e do grau de impacto negativo causados pela “hiper-modernização” dos acampamentos, tendo em vista o seu aparato tecnológico, estruturado em um ambiente de fragilidade

ecológica. Do mesmo modo, os acampamentos que se enquadram nas outras categorias devem ser também avaliados, dado que em certas medidas, a rusticidade e a simplicidade dos elementos estruturais em que se constituem, por exemplo, os sanitários, também imprimem ao ambiente, impactos na dinâmica ecológica.

Seguindo a análise da infraestrutura e organização dos acampamentos feitos a partir da observação em campo, cuja resultante originou o que chamamos de *categoria dos acampamentos*, uma *Cartografia das categorias de acampamentos* pesquisados é aqui proposta como um instrumento para o dimensionamento destes acampamentos ao longo do trecho pesquisado (Figura 32).

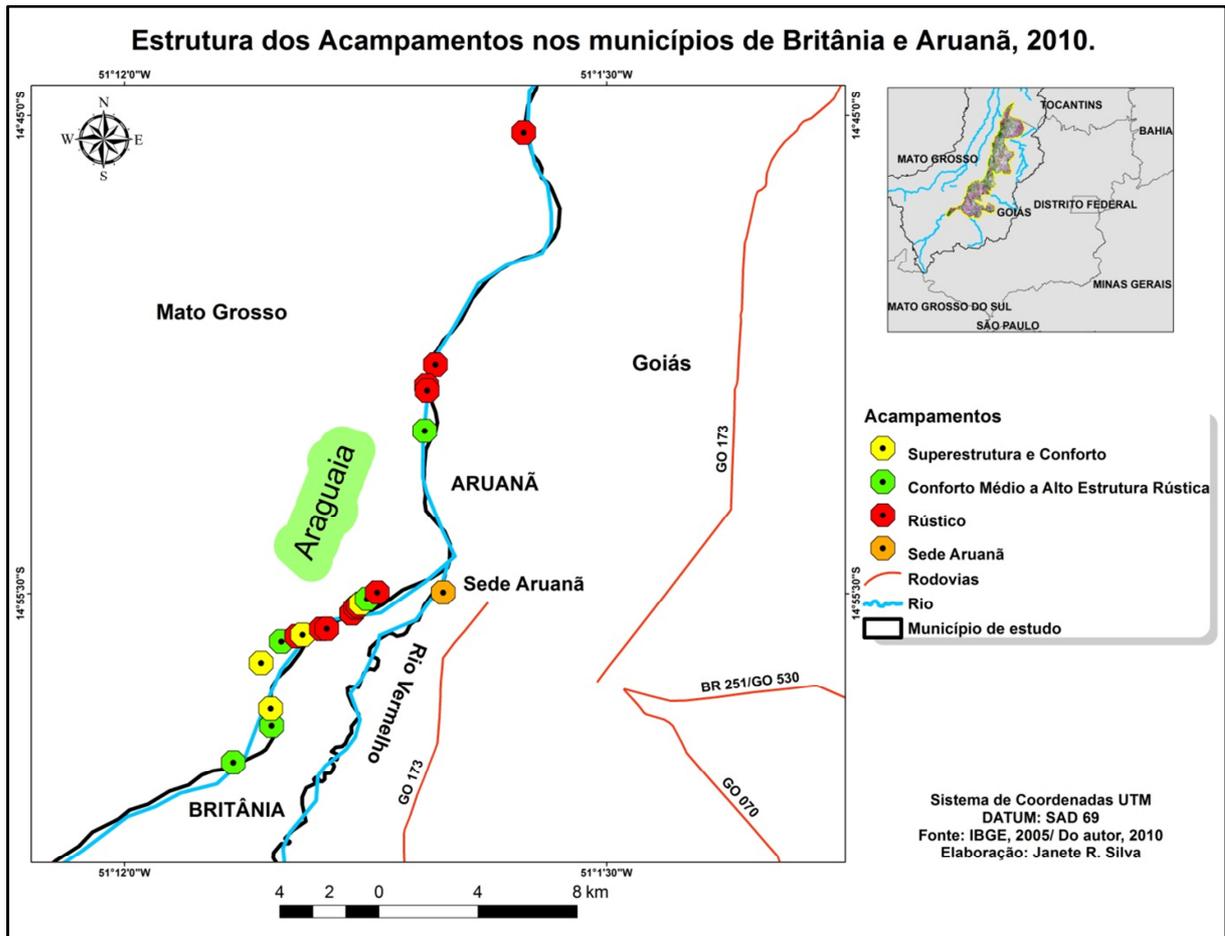


Figura 32: *Cartografia das categorias de acampamentos* – a espacialização dos acampamentos conforme as categorias como instrumento de planejamento do ordenamento do uso das praias. Organização Ramos, 2011. Elaboração: Silva, 2011.

O instrumento que apontamos - cartografia das categorias de acampamentos, pode auxiliar em uma leitura dimensional dos acampamentos, no sentido de sua espacialização pelas praias do rio. A partir desta cartografia, é possível visualizar e atuar mais diretamente em cada categoria de acampamento a partir de um critério de maior ou menor necessidade de intervenção para cada categoria dos acampamentos. Nesse sentido, de acordo com o instrumento cartográfico, gostaríamos de indicar os aspectos relevantes que merecem uma

maior atenção por parte do Estado para determinados critérios que consideramos impactantes nos acampamentos, de acordo com as características de cada uma das categorias apresentadas no Quadro 6, Quadro 7 e Quadro 8, a seguir.

Obviamente que aqui, do ponto de vista metodológico, saímos das abordagens dialéticas e fenomenológicas para percorrer uma perspectiva de enfoque hipotético-dedutivo nas proposições técnicas para os acampamentos. Se aqui, na proposição de ações que interfiram no modo de ser-fazer dessa prática cultural, torna-se, de fato, uma interferência à própria dinâmica da prática. No entanto, reforçamos o pensamento de que, mas do que um olhar ao ambiente da pesquisa, o pesquisador pode também sugerir elementos que dentro da sua perspectiva, se apresente como importante ao universo analisado.

CATEGORIA/ ELEMENTOS DE ANÁLISE DO IMPACTO	ACAMPAMENTO DE SUPERESTRUTURA E CONFORTO	ACAMPAMENTO DE CONFORTO MÉDIO A ALTO E ESTRUTURA RÚSTICA	ACAMPAMENTO RÚSTICO	MEDIDAS MITIGATÓRIAS
<p>Gerenciamento e destinação dos resíduos sólidos</p>	<p>Há separação primária dos resíduos sólidos. As latas de alumínio são doadas. A coleta dos demais materiais fica na responsabilidade da prefeitura de Aruanã. Resíduo orgânico também vai para a coleta da prefeitura.</p>	<p>Há separação primária dos resíduos sólidos. As latas de alumínio são doadas. A coleta dos demais materiais fica na responsabilidade da prefeitura de Aruanã. O resíduo orgânico costuma ser enterrado em fossos abertos para esse objetivo, conforme instrução das Normas de Convivência.</p>	<p>Há separação primária dos resíduos sólidos. As latas de alumínio são doadas. A coleta dos demais materiais fica na responsabilidade da prefeitura de Aruanã. O resíduo orgânico é normalmente enterrado, conforme orientação da Norma de Convivência, porém nestes acampamentos é onde a prática da “ceva” é mais recorrente, bem como as respostas de que jogam no rio sob o argumento que “os peixes comem”.</p>	<p>- O gerenciamento dos resíduos deve ser normatizado para todos os acampamentos, ou seja, instituído a todos os tipos de materiais, e não apenas latas. Além disso, não adianta haver a separação do resíduo na geração se o processo de coleta é feito de maneira aleatória, sem a consideração do tipo de resíduo que está sendo coletado;</p> <p>- Rever critérios técnicos para a disposição dos resíduos orgânicos, bem como a sistematização do trabalho educativo para a reflexão-ação da prática tradicional da “ceva dos peixes”;</p> <p>- O modelo de coleta, destinação e gestão dos resíduos gerados pelos acampamentos deve ser revisito por parte das políticas públicas Estaduais e Municipais. Isso porque, como dissemos, além do modelo de coleta ser equivocados, a prefeitura arca com os impactos ambientais e econômicos na gestão desses resíduos que são, na maioria das vezes, bens de consumo adquiridos na cidade de origem dos acampantes (35% e 43%, ver gráfico das práticas ambientais do capítulo dois).</p> <p>- A educação ambiental deve atuar no despertar das responsabilidades dos acampantes para essa problemática, que de ir além da discussão sobre a separação dos resíduos, coletores etc. Deve-se abrange a abordagem</p>

<p>Gerenciamento e destinação dos efluentes</p>	<p>Há a captação de água para os banheiros (ducha e sanitários) e cozinha. Sistema de aquecimento para os chuveiros. Há um sistema simples de disposição destes efluentes, do tipo fossa.</p>	<p>Há captação de água para a cozinha e, em alguns casos, para as duchas, que não são aquecidas. Em alguns são encontrados sistema simples de disposição de efluentes, do tipo fossa, mas não em todos.</p>	<p>Não há captação de água por sistema de bombeamento como nos demais. Não há chuveiros nem instalações hídricas nas cozinhas, quando estas existem. Em caso contrário, são utilizados jirais na beira do rio. Os sanitário, quando existem, são simples, do tipo latrina.</p>	<p>educativa pois, os acampantes, por sua vez, já não se percebem como responsáveis por esse problema, e atribuem ao município a “obrigação” pela coleta e não concordam em pagar por uma taxa para tal (48%).</p>
<p>- Discutir e encontrar critérios para o uso indiscriminado da água captada por bombeamento nas duas primeiras categorias de acampamentos. Essa captação interfere na dinâmica hídrica do rio como um todo, além de, se quisermos estender a discussão para a questão socioeconômica, é exclusiva aos acampamentos cujos recursos econômicos são maiores, entrando portanto, no campo do poder e da justiça ambiental;</p> <p>- O uso abusivo do recurso água também deve ser analisado no que diz respeito ao uso dos geradores, sobretudo para o aquecimento da água dos chuveiros e para a manutenção dos equipamentos eletrônicos;</p> <p>- Criar critérios baseados em estudo técnico mais apurado para o dispositivo utilizado na disposição dos efluentes, impondo inclusive sua obrigatoriedade, aos acampamentos de categoria rústica;</p> <p>- Criar critérios para a constituição dos sanitários e da estrutura para higienização dos utensílios de alimentação</p>				

<p>Adequação estética à paisagem natural</p>	<p>Pouca adequação estética em relação ao contato com o ambiente natural. Alta tecnificação da infraestrutura destoa da paisagem natural.</p>	<p>A utilização de materiais de origem vegetal se adequa a paisagem natural do lugar. A sensação de contato com a natureza é maior. Mas podem ser encontrados elementos decorativos que destoam da paisagem natural local.</p>	<p>Naqueles em que existem ranchos, estes são por vezes constituídos de matéria-prima vegetal ou de lonas plásticas. A adequação à paisagem dependerá destes tipos de materiais. No entanto, pela simplicidade dos demais elementos que constituem os acampamentos há uma maior sensação de contato com a natureza do lugar, de contemplação estética para com a natureza.</p>	<p>- Há que se ponderar aqui, para a criação de critérios de organização da forma dos acampamentos três elementos: 1) A relevância enquanto prática cultural tradicional dos acampamentos que utilizam matéria-prima de origem vegetal, cujo modo de fazer tem origem nos saberes tradicionais dos Karajá e dos ribeirinhos, 2) A adequação estética das estruturas dos acampamentos no sentido da harmonização com a paisagem natural local e na provocação/sensação da aproximação e do contato dos atores com a natureza e 3) O sentido amplo de sustentabilidade no que se refere ao processo de construção dos acampamentos – extração de recursos – vida útil para utilização – reaproveitamento e descarte dos materiais que compõe a infraestrutura. São elementos que por sua divergência prática e simbólica, contribuem para a complexidade da análise dos acampamentos, sobretudo para a criação de critérios de padronização que mitiguem os impactos gerados pelos mesmos.</p>
<p>Poliuição sonora</p>	<p>Há um constante e intermitente uso do gerador de energia, apesar do uso dos abafadores de sons sugeridos pelas Normas de Convivência. O grande uso de equipamentos eletrônicos, a</p>	<p>Há um uso constante dos geradores de energia, apesar do uso dos abafadores de sons sugeridos pelas Normas de Convivência. O uso de equipamentos eletrônicos é mais moderado do que os da categoria anterior, apesar</p>	<p>São os acampamentos com menor indicador de poluidores sonoros. Quase não há equipamentos eletrônicos, e quando existentes são do tipo caseiro. Por não contarem com grande quantidade de equipamentos eletrônicos,</p>	<p>- A obrigatoriedade do uso dos abafadores deve ser visto como critério essencial nos acampamentos, sob possibilidades de advertência e/ou punição mais efetiva por parte da fiscalização, - Normatizar um quantitativo de consumo energético para os equipamentos eletrônicos nos acampamentos, quantitativa e</p>

	<p>sonorização profissional e as festas noturnas agravam a qualidade auditiva nestes acampamentos.</p>	<p>da sonorização ser amadora, as festas noturnas agravam a qualidade sonora no perímetro destes acampamentos.</p>	<p>como freezers ou bombas de captação de água, exigem geradores de capacidade menor, ou em alguns acampamentos eles nem existem. No entanto, encontramos geradores sem o devido abafador de som sugerido pela Norma de Convivência.</p>	<p>qualitativamente, no sentido de diminuir a constância e a sobrecarga do uso dos geradores nos acampamentos;</p> <p>- A educação ambiental deve atuar na sensibilização em relação à utilização de barcos e Jet-skis em relação à poluição sonora que causam;</p> <p>- A educação ambiental deve atuar com mais ênfase no sentido de sensibilizar os acampantes em relação à intensidade dos sons e os impactos na fauna.</p>
<p>Poluição hídrica</p>	<p>Há a utilização de um sistema simples de disposição dos efluentes, mas é preciso analisar a eficácia dos mesmos. Alta poluição por agentes oleaginosos, oriundos dos bronzeadores por uma grande quantidade de banhistas, sobretudo, pela grande quantidade de embarcações, de propriedade e uso dos acampantes desta categoria. A prática da “ceva de peixes” parece ser menos constante, pois são utilizados outros dispositivos para a pesca amadora.</p>	<p>É preciso analisar a eficácia do sistema de disposição dos efluentes. Alta poluição por agentes oleaginosos, oriundos dos bronzeadores por uma quantidade de banhistas relevantes, sobretudo, pela grande quantidade de embarcações, de pequeno a médio calado, de propriedade e uso dos acampantes desta categoria. A prática da “ceva de peixes” é mais constante, bem como a ideia de que os resíduos orgânicos podem ser depositados nos rios sob o argumento de que “os peixes comem”.</p>	<p>Os elementos de maior geração de poluição hídrica estão nos hábitos relativos à disposição dos resíduos orgânicos, pois é onde a prática da “ceva de peixes” é mais comum. Além disso, a falta de uma estrutura mais adequada para a limpeza dos utensílios de cozinha, por exemplo, que são feitos diretamente no rio, colaboram para sua poluição. A falta de uma estrutura sanitária adequada também é um agravante deste impacto, tanto pelos banhos quanto pelas necessidades fisiológicas básicas. Há embarcações de pequeno porte que, apesar de serem encontradas em menor quantidade do que nas demais categorias, mas</p>	<p>- Implantar a obrigatoriedade e uma padronização do sistema de disposição dos efluentes e dos resíduos orgânicos, baseado em estudos mais criteriosos para a eficácia e a sustentabilidade dos mesmos, observando a categoria em que o acampamento se enquadraria (ver sugestão sobre licença para acampamentos), observando, por exemplo, o uso de materiais alternativos para os sanitários, poupando o uso da água;</p> <p>- Repensar, analisar e criar critérios para a diminuição da emissão dos óleos de motor das canoas nas águas, ou na criação de critérios que controlem a quantidade/tipo de embarcações por acampamento e/ou o tempo de permanência na água dos mesmos;</p> <p>- Inserir e reforçar as ações educativas sobre a importância da correta destinação dos resíduos, orgânicos ou recicláveis, sobretudo no entendimento das atribuições das responsabilidades pelo ciclo consumo-descarte-gestão dos resíduos gerados.</p>

	<p>palhas, são queimadas, conforme orientação das Normas de convivência. Os demais equipamentos são levados de volta ao lugar de origem. Os equipamentos de lazer são de alto luxo, sobretudo no quesito embarcações, consumindo uma alta demanda de recursos energéticos. As embarcações de grande calado, principalmente, contribuem para o agravamento do assoreamento do rio, pela geração das ondulações observáveis, além dos relatos dos atores, embarcações pilotadas por atores menor de idade, sobretudo nos equipamentos de Jet-ski.</p>	<p>instruções da <i>Norma de Convivência</i>. Os equipamentos de lazer mais simples. No quesito embarcações, consomem uma alta demanda de recursos energéticos. As embarcações de grande calado, principalmente, contribuem para o agravamento do assoreamento do rio, pela geração das ondulações no rio. É observável, além dos relatos dos atores, embarcações sendo pilotadas por atores menor de idade, sobretudo nos equipamentos de Jet-ski.</p>	<p>é queimada conforme instruções da <i>Norma de Convivência</i>. Há aqueles constituídos de lonas, que são reaproveitadas anualmente, ou apenas barracas. Os equipamentos de lazer, quando existem, são simples, e há poucas embarcações ou são utilizadas àquelas alugadas dos ribeirinhos nos portos de acesso.</p>	<p>item Adequação Estética à Paisagem Natural e do item Poluição Hídrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização mais atuante no sentido de coibir a prática da condução de embarcações, mesmo Jet-skis por pilotos não autorizados, ou seja, sem a licença exigida para pilotagem de embarcações; - Analisar se, do ponto de vista da sustentabilidade, não seria interessante incentivar o uso dos serviços oferecidos pelos ribeirinhos nas embarcações de taxis-fluviais, criando critérios que considerem: 1) a mitigação dos impactos gerais causados pelo excessivo número de embarcações no rio, 2) a discussão participativa para regulamentar e normatizar a prática destes pilotos, auxiliando no incremento econômico da população ribeirinha nas cidades de acesso às praias. - Analisar a importância do ponto de vista da valorização dos saberes tradicionais na construção dos ranchos do tipo rústico, que exigem técnicas tradicionais para o trançado da palha, na escolha das praias durante o "coroamento", no conhecimento vivencial da navegabilidade do rio, etc.
--	---	---	--	--

Quadro 6: Análise dos elementos geradores de impactos ambientais ao rio e indicadores para medidas mitigadoras. Organização: Ramos, 2011.

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DE CADA CATEGORIA EM RELAÇÃO À CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE FÍSICO	ACAMPAMENTO DE SUPERESTRUTURA E CONFORTO	ACAMPAMENTO DE CONFORTO MEDIO A ALTO E ESTRUTURA RÚSTICA	ACAMPAMENTO RÚSTICO	OUTROS ASPECTOS A SEREM ANALIZADOS PARA O ORDENAMENTO DA ATIVIDADE E A MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS
<p>Pontos positivos da estrutura da categoria</p> <ul style="list-style-type: none"> - O gerenciamento dos resíduos sólidos é instituído de forma ampla apesar de a gestão estar a cargo do município de Aruanã; - Há a iniciativa para a destinação dos efluentes gerados, apesar de necessitar de critérios técnicos avaliativos mais cuidadosos para sua eficácia, sobretudo pelo uso abusivo da água e de sua qualidade; - A utilização de materiais de maior durabilidade para a construção dos equipamentos evita o uso de matérias-primas de origem vegetal, contribuindo para um princípio sustentável da reutilização e da reparação; - São acampamentos mais isolados, não constituindo aglomerado, o que deixa o impacto inerente ao próprio acampamento mais difuso espacialmente; - A constituição das territorialidades apontadas nas falas dos atores pode ser positiva se pensada do ponto de vista do ordenamento espacial dos acampamentos, ao longo, e por um critério de 	<ul style="list-style-type: none"> - O gerenciamento dos resíduos sólidos é instituído de forma parcial, apesar de a gestão estar a cargo do município de Aruanã; - Há a iniciativa para a destinação dos efluentes gerados, apesar de necessitar de critérios técnicos avaliativos mais cuidadosos para sua eficácia, sobretudo pelo uso abusivo da água e de sua qualidade; - A captação da água é mais moderada do que na categoria anterior e não há aquecimento da água dos chuveiros, poupando um pouco mais os recursos energéticos; - A destinação dos resíduos orgânicos segue as Normas de Convivência, mas a prática necessita de verificação técnica mais adequada; 	<ul style="list-style-type: none"> - O gerenciamento dos resíduos sólidos é instituído de forma parcial, apesar de a gestão estar a cargo do município de Aruanã; - O resíduo orgânico é normalmente enterrado, conforme orientação da Norma de Convivência, mas a prática necessita ser revista sob maiores critérios técnicos; - Nestes acampamentos não há captação de água por sistema de bombeamento como nos demais, o que poupa a utilização dos recursos energéticos; - A adequação à paisagem dependerá do tipo da infraestrutura utilizada, se lona ou se madeira e palha. No entanto, pela simplicidade dos demais elementos que constituem os acampamentos, pela escassez de equipamentos eletrônicos 	<p>Em primeiro lugar, deve-se reforçar, a todos os âmbitos da sociedade, que as praias do rio Araguaia ocupadas pelos acampamentos tratam-se de APPs, que como a própria terminologia diz, deve ser destinada à preservação, e por isso exigem critério adequados para o uso e ocupação (o que pode ser paradoxal, em se tratando do conceito de preservação). De um modo geral os acampamentos deveriam ser obrigados a retirar uma licença prévia para o acampamento. Os responsáveis pelos acampamentos estariam, por exemplo, respondendo no ato da licença, a determinados quesitos, indicando por exemplo a região em que se pretende acampar, quantidade de pessoas que irão, dias acampados, equipamentos básicos que serão</p>	

	<p>distanciamento/diluição dos mesmos pelas praias;</p>	<p>- A utilização de materiais de origem vegetal se adéqua a paisagem natural do lugar. A sensação de contato com a natureza é maior, bem como valoriza os saberes tradicionais dos povos locais;</p> <p>- O uso de equipamentos eletrônicos é mais moderado do que os da categoria anterior;</p> <p>- São acampamentos que recebem um número moderadamente menor de acampantes do que os da categoria anterior;</p>	<p>e de sonorização, são nos acampamentos desta categoria em que há uma maior sensação de contato com a natureza do lugar, de contemplação estética para com a natureza;</p> <p>- Por não contarem com grande quantidade de equipamentos eletrônicos, como freezers ou bombas de captação de água, exigem geradores de capacidade menor, ou em alguns acampamentos eles nem existem;</p> <p>- São acampamentos pequenos em quantidade de pessoas por acampamento;</p> <p>- Os equipamentos de lazer, quando existem, são simples, e há poucas embarcações ou são utilizadas aquelas aquelas alugadas dos ribeirinhos nos portos de acesso.</p>	<p>instalados nas praias, inclusive no reforço ao que já está contemplado pelas normas de convivência. Isso auxiliaria num prognóstico para o Estado, do ponto de vista da organização e da fiscalização dos acampamentos que deverão seguir as exigências normativas impostas em caráter de obrigatoriedade. O acampamento que não seguir os critérios obrigatórios, não terá sua licença renovada para o próximo ano, por exemplo, ou previstas outras formas de advertência para adequação aos critérios de mitigação dos impactos gerados ao rio. Além disso, é preciso rever a questão da responsabilidade municipal/Estadual e dos acampamentos na cadeia produtiva entre o local de comercialização dos bens de consumo dos acampamentos ao gerenciamento e gestão dos resíduos sólidos gerados pelos mesmos. Conforme analisamos, há uma discrepância entre as afirmações sobre a origem</p>
<p>Pontos negativos da estrutura da categoria</p>	<p>- Apesar iniciativa para a disposição dos efluentes, a utilização do recurso da água é abusivo, sobretudo no que diz respeito à quantidade de chuveiros (e de pessoas para o banho), da existência de sanitários exclusivos em muitos dormitórios e que utilizam a água para a descarga. O sistema de aquecimento dos chuveiros</p>	<p>- A iniciativa para a disposição dos efluentes não está presente em todos os acampamentos desta categoria, e onde há necessidade de verificações e regulamentações técnicas quanto a sua eficácia;</p> <p>- A que se ponderar a</p>	<p>- Não há os menores critérios para a disposição dos efluentes nestes acampamentos;</p> <p>- Não há chuveiros nem instalações hídricas nas cozinhas, quando estas existem. Em caso contrário, são utilizados jiraus na beira do rio. O que é positivo por poupar</p>	

	<p>também exige um alto gasto energético, o que sobrecarrega os geradores, e novamente o abuso no uso da água.</p> <p>- O tipo de infraestrutura utilizado na construção dos acampamentos é positivo do ponto de vista da reutilização. No entanto, do ponto de vista da sensação da aproximação sujeição-natureza, não contribui para um sentido estético, contemplativo da paisagem e dos atributos da natureza local.</p> <p>- O elemento acima apontado é ainda mais agravado pela alta tecnificação dos equipamentos de lazer, eletrônicos, e da sonorização em alto grau, que afastam ainda mais os atores do envolvimento com a estética da paisagem. As festas noturnas impactam também a fauna notívaga;</p> <p>- As embarcações, de forma geral, lançam grande quantidade de resíduos poluentes nas águas. Além disso, as lanchas de grande calado e potência, amplamente presentes nestes tipos de acampamentos (bem como as dos usuários das segundas-residências), provocam grandes ondulações do curso do rio, contribuem para o agravamento do desbarrancamento das margens e o assoreamento do rio Araguaia, o maior dos problemas porque sofre o rio;</p>	<p>indicação sobre a queima da palha atribuída às Normas de Convivência;</p> <p>- O uso constante dos geradores de energia, apesar dos abafadores de sons, sobrecarrega também os recursos para produção energética.</p> <p>- A sonorização é amadora, mas festas noturnas também agravam a qualidade sonora no perímetro destes acampamentos;</p> <p>- Há uma grande quantidade de embarcações, de pequeno a médio calado, de propriedade e uso dos acampantes desta categoria, que lançam resíduos de óleo de motor nas águas e contribuem para o assoreamento do rio.</p> <p>- A prática da “ceva de peixes” é mais constante, bem como a ideia de que os resíduos orgânicos podem ser depositados nos rios sob o argumento de que “os peixes comem”;</p> <p>- Estes acampamentos normalmente se localizam próximos uns</p>	<p>recursos energéticos no bombeamento da água é também negativo, pois polui a água com sabão e restos de alimento. Os sanitário, quando existem, são simples, do tipo latrina.</p> <p>- Nestes acampamentos é onde a prática da “ceva” é mais recorrente, bem como as respostas de que jogam no rio sob o argumento que “os peixes comem”;</p> <p>- Há acampamentos em que os geradores não se encontram sem o devido abafador de som sugerido pela Norma de Convivência;</p> <p>- Há embarcações de pequeno porte que, apesar de serem encontradas em menor quantidade do que nas demais categorias, mas que emitem resíduos oleaginosos nas águas;</p> <p>- Apesar de serem acampamentos com um número menor de pessoas o problema está na alta aglomeração destes acampamentos em uma mesma praia, pressionando um mesmo perímetro do rio com alta quantidade de</p>	<p>dos bens de consumo adquiridos, e o argumento de que o município tem a obrigação de arcar com os custos da coleta do lixo nos acampamentos sob o pretexto do ganho econômico que os acampamentos gerariam aos municípios em relação ao aumento direto do consumo, conforme discutimos no capítulo dois. Se o Estado encara a atividade dos acampamentos a partir do prisma economicista, estas questões devem ser então discutidas e ponderadas para que os mesmos gerem de fato um maior crescimento econômico, e que o desenvolvimento social nos municípios de acesso às praias dos acampamentos.</p> <p>Por fim, é preciso analisar com critérios mais críticos os aspectos positivos e negativos da criação das territorialidades, e da institucionalização das mesmas, em relação ao direito de acesso e uso das praias e a sua conservação, a fim de que se recorra às mesmas como critério de ordenamento, mas evitando</p>
--	--	--	--	--

	<p>- A observação de crianças e adolescentes pilotando embarcações, em especial os Jet-ski são hábitos que devem ser fiscalizados e banidos com maior critério, periculosidade de tal ato, para o próprio menor, quanto para os demais usuários do rio;</p> <p>- É preciso analisar com mais cuidado a quantidade de acampantes que esta categoria recebe. Vale a reflexão sobre a capacidade de carga do ambiente onde o acampamento está instalado, pondo em detrimento a questão econômica que gera um maior quantitativo de pessoas nestes acampamentos, especialmente para os do tipo comercial;</p> <p>- A criação de territorialidade necessita de um olhar atencioso, pois tem criado a segregação sócio-categórica de outros acampantes, no abuso de poder (simbólico e econômico) desses acampamentos, pelo uso das parias, que é um bem comum e de direito a toda sociedade.</p>	<p>aos outros em uma mesma praia, ou próximos a acampamentos de categoria rústica, formando um aglomerado de acampamentos em um perímetro circunscrito da praia, concentrando os impactos em um mesmo local;</p> <p>- A observação de crianças e adolescentes pilotando embarcações, em especial os Jet-ski são hábitos que devem ser fiscalizados e banidos com maior critério, periculosidade de tal ato, para o próprio menor, quanto para os demais usuários do rio.</p>	<p>acampamento, sem grandes critérios, sobretudo na gestão dos efluentes.</p>	<p>que as mesmas sejam instrumentos de abuso de poder e discriminação entre os próprio acampantes – territórios existenciais X territórios estruturais.</p>
--	---	--	---	---

Quadro 7: Principais pontos positivos e principais pontos negativos por categoria de acampamento e outros aspectos a serem considerados para o ordenamento da atividade e mitigação dos impactos negativos apontados. Organização: Ramos, 2011.

AVALIAÇÃO GERAL POR CATEGORIAS DE ACAMPAMENTOS EM CRITÉRIOS A SEREM PENSADOS PARA OS DEMAIS	ACAMPAMENTO DE SUPERESTRUTURA E CONFORTO	ACAMPAMENTO DE CONFORTO MÉDIO A ALTO E ESTRUTURA RÚSTICA	ACAMPAMENTO RÚSTICO	OS EXEMPLOS A SEREM ADOTADOS DAS CATEGORIAS POR ASPECTOS POSITIVOS A CONSERVAÇÃO
<p>Principal aspecto positivo por categoria</p>	<p>O que há de mais positivo nesta categoria em relação aos impactos no rio diz respeito às iniciativas de gerenciamientos dos efluentes, mesmo que estes necessitam de verificação técnica quanto a sua eficácia. Além disso, serão acampamentos mais isolados, evitam a aglomeração em uma mesma praia (isso se não considerarmos a taxa de frequentação do próprio acampamento).</p>	<p>O que há de mais positivo nesta categoria em relação aos impactos no rio diz respeito às iniciativas de gerenciamientos dos efluentes, mesmo que estes necessitam de verificação técnica quanto a sua eficácia. Além disso, o uso dos recursos energéticos, sobretudo a partir da água, é mais moderado, considerando que este uso moderado pode ser conciliado com um eficiente sistema de disposição de efluentes. A utilização de materiais de origem vegetal se adequa a paisagem natural do lugar. A sensação de contato com a natureza é maior, bem como valoriza os saberes tradicionais dos povos locais. São acampamentos que recebem um número moderadamente menor de acampantes do que os da categoria anterior.</p>	<p>Pela simplicidade dos elementos que constituem os acampamentos há uma maior sensação de contato com a natureza do lugar, de contemplação estética para com a natureza. São os acampamentos com menor indicador de poluidores sonoros. Quase não há equipamentos eletrônicos, e quando existentes são do tipo caseiro. Por não contarem com grande quantidade de equipamentos eletrônicos, como freezers ou bombas de captação de água, exigem geradores de capacidade menor, ou em alguns acampamentos eles nem existem. São acampamentos pequenos em quantidade de pessoas por acampamento.</p>	<p>Dentro os critérios que, ao nosso ver, mereceriam uma padronização e um maior rigor do ponto de vista das normativas e do caráter impositivo das Normas de Convivência, indicáramos alguns elementos de maior relevância. No entanto, ponderamos sempre a possibilidade de se chegar a um denominador, levando em conta que a prática é de essência tradicional, em primeiro lugar:</p> <p>1) Seguindo as iniciativas dos acampamentos de Superestrutura e conforto e dos de Conforto médio a alto e estrutura rústica, a que se determinar a todos os acampamentos a disposição e o gerenciamento dos efluentes gerado no acampamento. Caberia um esforço técnico mais apropriado no sentido de buscar soluções eficazes e acessíveis às condições econômicas de todos os acampantes, no sentido de implantação de melhores infraestruturas hídricas e sanitárias para os acampamentos.</p> <p>2) Os acampamentos de estrutura</p>

<p>Principal aspecto negativo por categoria</p>	<p>Uso abusivo de recursos energéticos, sobretudo da água. A alta tecnificação dos acampamentos agrava o abuso energético, interfere na paisagística e agrava a poluição sonora e hídrica. Grande quantidade de embarcações de alta potência e altíssimo número de acampantes por período na praia.</p>	<p>Grande quantidade de embarcações de pequeno a médio calado, que lançam resíduos de óleo de motor nas águas e contribuem para o assoreamento do rio. A prática da “ceva de peixes” é mais constante, bem como a ideia de que os resíduos orgânicos podem ser depositados nos rios sob o argumento de que “os peixes comem”. Estes acampamentos normalmente se localizam próximos uns aos outros em uma mesma praia, ou próximos a acampamentos de categoria rústica, formando um aglomerado de acampamentos em um perímetro circunscrito da praia, concentrando os impactos em um mesmo local.</p>	<p>A prática da “ceva” é mais recorrente, bem como as respostas de que jogam no rio sob o argumento que “os peixes comem”. A falta de uma estrutura mais adequada para a limpeza dos utensílios de cozinha, por exemplo, que são feitos diretamente no rio, colaboram para sua poluição. A falta de uma estrutura sanitária adequada também é um agravante deste impacto, tanto pelos banhos quanto pelas necessidades fisiológicas básicas. Há uma alta aglomeração destas categorias de acampamentos em uma mesma praia, pressionando um mesmo perímetro do rio com alta quantidade de acampamento, sem grandes critérios sobretudo na gestão dos efluentes.</p>	<p>rústica são aqueles em que há a maior sensação do contato com o ambiente natural do lugar, e na contemplação estética com o Araguaia. Pensar se é possível trabalhar a sensibilização dos demais acampamentos para a estruturação mais simples, e com critérios de sustentabilidade, dos mesmos.</p> <p>3) Refletir e analisar as possibilidades de criação de uma capacidade de carga para as praias, no sentido dimensão da praia X quantidade de acampamentos ou pessoas por período, ponderando sempre que essa capacidade de carga visaria a integridade ecológica do rio, mas comprometeria o direito ao acesso ao bem natural Araguaia, impondo regras a uma prática cultural tradicional. Rever nossos questionamentos a respeito das romarias.</p> <p>4) A cartografia apresentada pode servir como modelo a ser aplicado no sentido criar critérios técnicos para redimensionar essa espacialidade dos acampamentos ao longo do rio.</p>
--	---	--	--	---

Quadro 8: Avaliação geral dos aspectos positivos e negativos a serem ponderados para organização dos acampamentos segundo as categorias. Organização Ramos: 2011.

Gostaríamos de atentar para o fato de que, apesar da análise aqui feita ser referente ao recorte espacial proposto para essa pesquisa, ou seja, os acampamentos pesquisados no entorno do município de Aruanã/GO, no entanto, como apontamos pela observação direta durante os trabalhos de intervenção ali desenvolvidos, conforme apresentamos na introdução, os demais acampamentos existentes em todo trecho goiano do rio Araguaia não destoam das categorias aqui apresentadas e dos impactos aqui analisados. A exceção está em municípios de acesso como Aragarças/GO ou Cocalinho/MT, por exemplo, que as praias se encontram em perímetro urbano. Por isso sua análise e planejamento ambiental é ainda mais complexa do ponto de vista conservacionista, haja vista a imbricada relação com as questões da urbanidade, da presença de veículos automotores nas praias, inclusive previstos pelas Normas de Convivência.

A partir da alegoria que utilizamos, em considerar os acampamentos do rio Araguaia enquanto uma romaria materializada em festa, a perspectiva sobre as festividades proposta por Canclini (1983), nos auxiliam aqui a reforçar o argumento sobre a importância do elemento da normatização como uma condição inerente às festas. Dessa forma, nos acampamentos no Araguaia, a normatização das atividades funcionaria como o imperativo de ordenamento, organização e de imposição de limites para as práticas sociais desenvolvidas durante a temporada nos acampamentos. No mesmo sentido das discussões apresentadas no quadro acima (Quadro 6), as ações de educação ambiental que sumariamente são ali desenvolvidas, devem abranger os demais aspectos da relação complexa entre sociedade-ambiente, no sentido de, além de apenas transmitir informações técnicas a respeito dos impactos ambientais causados pelos acampamentos ao rio, mas, sobretudo, no sentido de proporcionar um reposicionamento dos atores perante a própria prática, aproximando núcleos centrais e periféricos dessas representações, e no sentido de revalorizar o valor simbólico dos acampamentos para a cultura e a tradição do goiano perante os próprios praticantes. Sendo assim, as discussões/proposições que se seguem dar-se-ão no sentido de refletir instrumentos que possibilitem considerar o rio Araguaia a partir do Ambiente Simbólico-afetivo discutida na segunda parte da pesquisa, ou seja, enquanto prática cultural tradicional.

5.2.2 Instrumentos para reflexão-ação na revalorização dos saberes e olhares dos acampamentos considerando o Ambiente simbólico-afetivo da pesquisa

No item anterior, discutimos os elementos objetivos gerados a partir da prática dos acampamentos, qual seja, os impactos da atividade à conservação ecológica do rio. A partir daqui, gostaríamos de propor medidas ao planejamento para o ordenamento dos acampamentos, considerando-os como prática cultural. Nesse sentido, pensar o planejamento de práticas culturais tradicionais significa inicialmente, pensar instrumentos

para sua revalorização, e para a revalorização dos saberes, conhecimentos e vivências dos atores pertencentes a tal tradição. Desse modo, apresentamos a seguir (Figura 33), o que chamamos de *Cartografia Topofílica*, isto é, a espacialização dos acampamentos no rio Araguaia a partir do nível de vivência e interação com o rio, cujo sentido topofílico se consagrou na medida dos anos de convivência, e das gerações, que se passaram nos acampamentos com o rio, conforme aprofundamos especialmente no quarto capítulo. Essa tradição, estabelecida a partir de uma relação de afetividade e de construção de significados com o rio, cuja evolução e fortalecimento permitiram inclusive a abrangência da turistificação, deve ser considerada como instrumento de planejamento das atividades que são desenvolvidas pelos acampantes.

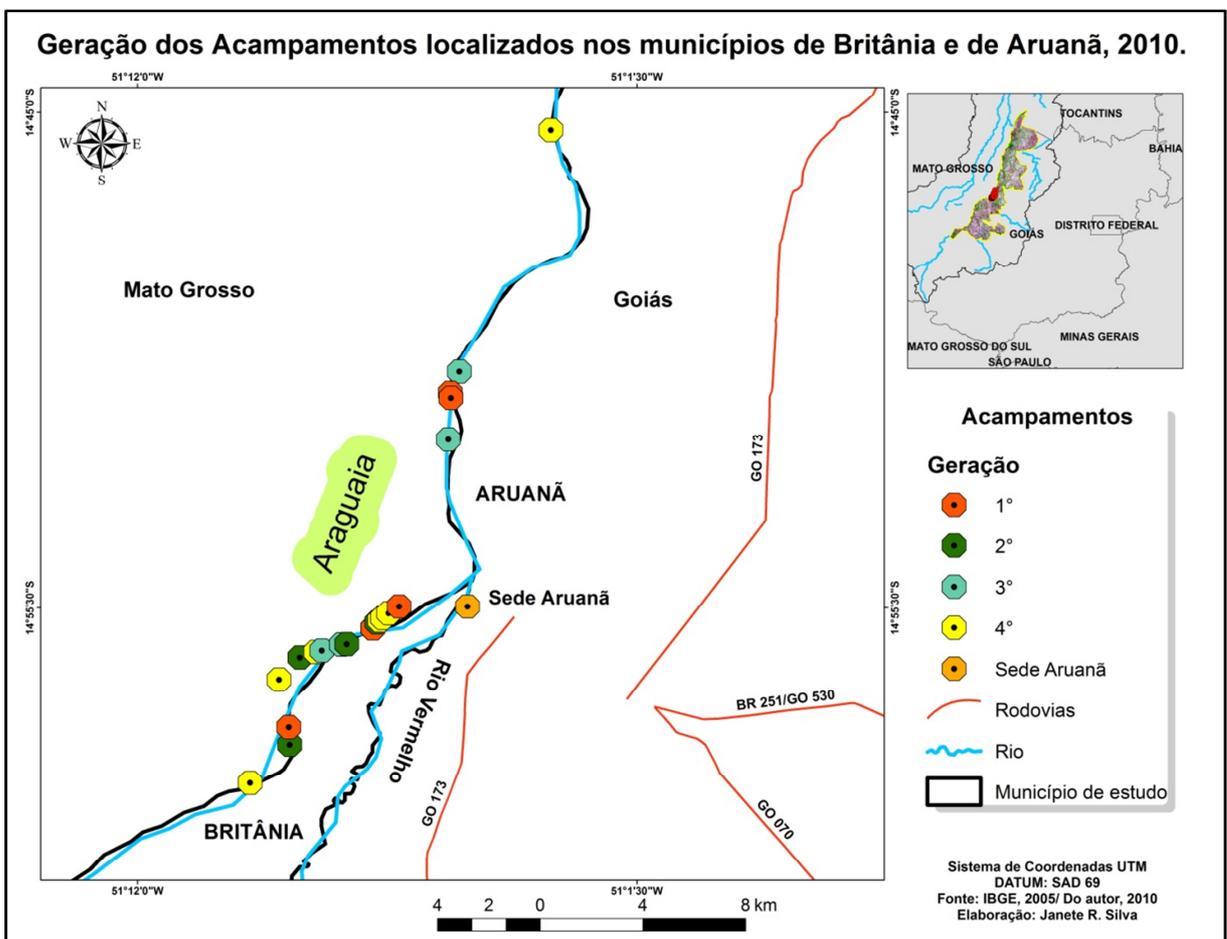


Figura 33: *Cartografia Topofílica* – a espacialidade dos acampamentos pesquisados a partir da relação topofílica considerada pelas gerações que vivenciam o rio Araguaia. Organização: Ramos, 2011. Elaboração: Silva, 2011.

O instrumento que apontamos – *Cartografia Topofílica*, pode auxiliar em uma leitura espacial dos acampamentos, no sentido de sua espacialização pelas praias do rio, seus impactos mais relevantes e seu potencial de exemplo de boas práticas, da relação tempo-espaço dos atores para com o rio na constituição da memória ambiental do rio Araguaia.

Assim, a mudança na abordagem das ações de planejamento e educação ambiental deve ter em vista que os acampamentos, em seu sentido simbólico-afetivo, vão além da efemeridade turística, sendo consideradas pela sua importância cultural, inclusive na história de Goiás. Cabe então, no sentido de prescrições interventivas, um reforço complexo das ações educativas empreendidas nos acampamentos para que se repense as práticas impactantes, no sentido de diminuir as ambiguidades entre o núcleo central da representação do rio para os atores – o afeto, e suas ações empreendidas pelos setores periféricos – autopercepção das ações impactantes em vista de suas mudanças. A partir do instrumento cartográfico toposfílico podemos refletir sobre o nível de interação-pertencimento-vivência dos acampamentos de quarta geração em relação aos de terceira, segunda ou primeira geração, e a partir daí, discutir o nível de necessidade de ações para sensibilização e reforço informativo para cada uma destas gerações de acampamentos, como indicamos no quadro a seguir (Quadro 9):

GERAÇÃO DE ACAMPAMENTOS	RELAÇÃO TOPOFÍLICA	INDICADORES PARA AÇÕES
Acampamentos de 1ª geração	Baixa relação toposfílica considerando o tempo de realização dos acampamentos, em relação aos demais.	Refletir se há uma maior necessidade de reforço pela educação ambiental sobre as Normas de Convivência e adequações estruturais à mitigação dos impactos.
Acampamentos de 2ª geração	Média relação toposfílica com vias de estruturação e fortalecimento da tradição.	Refletir se há uma necessidade relativa de reforço pela educação ambiental sobre a relação sociedade-ambiente, em outra amplitude que não apenas técnica. Reforço da fiscalização sobre a adequação estrutural para mitigação dos impactos.
Acampamentos de 3ª geração	Alto nível toposfílico. Tradição estabelecida e reforçada.	Os próprios acampamentos constituem-se como mediadores na sensibilização dos demais (1ª e 2ª geração). Possuem conteúdos relevantes sobre a mudança da dinâmica física, ecológica e paisagística do rio Araguaia, sendo fornecedores de indicativos das alterações.
Acampamentos de 4ª geração	Altíssima relação toposfílica. Tradição já estabelecida e reforçada.	São acampantes com a maior relação com o rio Araguaia. Essa relação pode ser instrumento para avaliação das alterações do ambiente, de sugestões e modelos para mitigação de impactos e, sobretudo, detentores de relevantes memórias sobre o rio.

Quadro 9: Os acampamentos por gerações, níveis toposfílicos e indicadores para o planejamento. Organização: Ramos, 2011.

Além disso, a memória de um grupo em relação às mudanças ocorridas a um dado ambiente deve ser considerada como perspectiva entre o passado e o presente na relação da sociedade com o ambiente. A memória nos fornece uma perspectiva das alterações antrópicas ou naturais, físicas e ecológicas ou sociais e culturais, inerentes à própria dinâmica ambiental ou forjada por relações de poder e/ou de interesses econômicos

empreendidas a um dado ambiente. Assim, do ponto de vista das intervenções para o planejamento e educação ambiental, representar as próprias ações a partir do passado em relação ao presente, no sentido de observar os aspectos positivos da mudança do comportamento ao longo dos anos, e dos negativos que ainda necessitam ser repensados é uma perspectiva significativa do ponto de vista da sensibilização-reflexão-ação (CARVALHO, 2006; CARVALHO & TONIOL, 2010).

Os acampamentos cujos atores se encontram na quarta geração da prática, por exemplo, são acampamentos em que encontramos os pioneiros dos acampamentos no Araguaia, os guardiões da tradição da origem e das formas essenciais, inclusive relativa às antigas práticas de caça e pesca ocorridas durante as temporadas no rio. Estes atores são portadores de um conhecimento e um olhar que nos permitiria refletir sobre as práticas do passado tendo em vista as melhorias das condições para o futuro. São os referenciais históricos e memoriais a que deveríamos recorrer, sobretudo nas ações da educação ambiental, que busque nestes níveis de pertencimento desses atores, e em suas mudanças comportamentais, os aspectos sensibilizatórios necessários para o despertar da mudança de todos os demais atores.

Se o conteúdo vinculado pelo vetor midiático-sustentável foi eficiente, os acampantes de quarta, terceira e segunda gerações podem nos demonstrar, no sentido de que se as práticas melhoraram do ponto de vista conservacionista, a consideração pelo afeto e pela tradição pode nos fornecer o prognóstico otimista para que a prática busque realmente a mitigação dos impactos.

Conforme discutimos no quarto capítulo, a memória nos oferece importantes indicadores para as alterações antrópicas e naturais da paisagem ambiental, o que nos permite, mais uma vez enfatizamos, prescrever ações para o futuro. Nesse sentido, conforme nos reforça Franca e Ribeiro (2011), os conflitos inerentes ao uso das águas perpassam por fortes tensões de componente cultural, resultante das diferentes percepções sobre a relação e o valor do ambiente, sobretudo no uso das águas, que variam de contextos socioculturais. Desse modo, considerar os erros do passado em relação ao presente, e os erros do presente, bem como os casos de sucesso em que a mudança na relação foi constituída de fato na essência dos indivíduos, devem ser reconhecidos e valorizados, de modo que possamos retirar lições e instrumentos para as ações do presente e para o futuro.

Para os autores supracitados, é de fundamental importância se conhecer e se respeitar os aspectos culturais e afetivos relacionados ao uso do ambiente, sobretudo na gestão das águas, de forma a não impor políticas geradoras de conflitos, que, segundo eles, podem ser facilmente evitados ou contornados pelo simples conhecimento a respeito dos aspectos culturais e afetivos dos envolvidos:

(...) a principal questão relacionada à gestão dos recursos hídricos não é a técnica, mas decorre da ignorância da dimensão sociocultural antes, durante e depois da implementação dessas políticas. Esse sistema de valores inclui, ao lado dos aspectos culturais, simbólicos e tradicionais da relação homem e natureza, a estruturação da comunidade bem como o conjunto das relações e das regras sociais estabelecidas no tocante à gestão social das águas (FRANCA e RIBEIRO, 2010, p.10)

Partindo, portanto dessa concordância, e com o intuito de responder outro questionamento proposto para esta pesquisa, qual seja, *como o planejamento ambiental para o ordenamento territorial e intervenções de educação ambiental, no estabelecimento de suas ações, deve considerar os aspectos subjetivos que motivam os sujeitos a manterem a tradição dos acampamentos no rio?*, retomamos o pressuposto da tese e o embasamento que utilizamos para sustentá-la. Pensar a prática cultural dos acampamentos enquanto romarias, e na perspectiva das festas populares tradicionais, pode nos fornecer novos instrumentos para rever o modo como a sociedade como um todo, e o Estado, em particular, percebe e valoriza os acampamentos no rio Araguaia, e sobretudo, o próprio rio enquanto um bem natural. Só assim, novas relações de ordenamento territorial que vislumbrem uma perspectiva de integridade ecológica ao rio podem ser pensadas, a partir da revalorização do rio Araguaia como um bem simbólico, um patrimônio.

Nesse sentido, caberia a reflexão a respeito das políticas de patrimonialização de bens materiais, naturais e imateriais. Em detrimento de toda a crítica que sofre a política de patrimonialização, no Brasil e no mundo, (invenção de bens patrimoniais, noção elitista e segregadora dos bens culturais e históricos, mercantilização dos bens para servir ao mercado turístico etc.), é preciso refletir se para o caso do Araguaia a patrimonialização pode tornar os pares tradição-turismo não como antagônicos, mas complementares, revalorizando os acampamentos enquanto uma prática cultural tradicional e criando normatizações para a estruturação destes acampamentos com vistas à conservação do ambiente Araguaia.

5.3 A perspectiva da patrimonialização para a conservação e o diálogo entre o ambiente natural e o cultural no rio Araguaia

A noção de patrimônio é um conceito cujo sentido também deve ser tema de estudo sobre sua representação social nas diversas categorias de grupos sociais. Isso porque, tratar um bem natural e/ou cultural como patrimônio, referir-se a esse bem como tal, é fala recorrente de um senso comum que, por relações de afeto com tal objeto ou prática, acaba supervalorizando-o, dando-lhe um sentido de patrimônio, ou seja, um bem de tamanha importância e grandeza que merece ser preservado e que confere àquele dado grupo um sentido de identidade. Em relação ao rio Araguaia, nas falas dos atores, essa noção do rio

como um patrimônio dos goianos aparece de forma nítida (ver capítulo quatro). Sendo assim, do ponto de vista de um certo reconhecimento dos atores envolvidos com o rio Araguaia, sobretudo àqueles aqui trabalhados, e também a partir do que Gratão (2007) pôde reconhecer em sua fenomenologia do rio Araguaia, o rio já ocupa um determinado nível dentro das perspectivas da patrimonialização dos bens naturais e culturais: o nível de reconhecimento por aqueles que com ele se relacionam.

Gostaríamos aqui então, de discutir a perspectiva da patrimonialização aplicada ao rio Araguaia, e aos acampamentos, sobre o ponto de vista formalizado da questão. Isso quer dizer recorrer ao que nos diz a política nacional sobre patrimônios no sentido de analisarmos a coerência de uma aproximação para propositura da patrimonialização do rio Araguaia e dos acampamentos, a partir das diretrizes dadas pelo órgão responsável pelos patrimônios no Brasil o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A legislação sobre a proteção do patrimônio cultural no Brasil surgiu na década de 1930 com a promulgação do decreto-lei organizando o patrimônio histórico e artístico brasileiro (BRASIL(b), 2004). Nessa mesma época surgiram, quase coincidentemente, as primeiras leis de proteção à natureza no Brasil (RAMOS, 2006). No entanto, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL(a), 2004) trata muito claramente, em dois capítulos pormenorizados, a questão do Meio Ambiente e da Cultura. Há a consonância no sentido da importância de ambas às questões em sua salvaguarda, muito embora o capítulo sobre o patrimônio cultural seja mais abrangente, incorporando, mesmo que de forma indireta, a proteção dos bens naturais por sua relevância cultural. Nesse sentido nos diz a Lei (Art. 216):

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos que se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2004, p.124).

A legislação do patrimônio no Brasil (Lei nº 6.292/1995), estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação à fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. De forma análoga a esses bens, aos quais são equiparados, são considerados os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela

feição notável com que foram dotados pela natureza ou “agenciados pela indústria humana” (BRASIL(b), 2004).

No entanto, as legislações referentes à proteção dos recursos ambientais surgiram de forma mais rigorosa e anterior do que a própria legislação para proteção do patrimônio cultural e, além disso, não incorporando a instância das práticas culturais em sua concepção, com raras exceções. De forma antagônica, a existência de uma Política Nacional do Meio Ambiente antecede a uma ainda inexistente Política Nacional do Patrimônio Cultural no Brasil (BRASIL(b), 2004). Dentre outras leis de proteção aos recursos naturais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC (Brasil, 2000), por exemplo, aglutina diversas tipologias dos bens naturais que devem ser preservados ou conservados e estabelece normas para seu uso e sua proteção. Para alguma dessas tipologias de Unidades de Conservação, as de Uso Sustentável como a Reserva Extrativista, por exemplo, inclui a questão do ambiente natural como fundamental às práticas culturais das comunidades tradicionais em um dado território bem demarcado. O SNUC faz menção aos Monumentos Naturais, também citados pela política de proteção ao patrimônio cultural, muito embora o sentido dado por ambos seja totalmente divergente, já que para a política ambiental os Monumentos Naturais são concebidos a partir de sua importância paisagística e formação geológica, estando na instância de unidades de conservação de categoria Proteção Integral, a ser preservadas do uso humano, o que difere, nitidamente do entendimento de monumento natural trazido pela legislação do patrimônio cultural que apresentamos acima. Para o patrimônio cultural, em sua normatização, e efetivação de sua proteção, adota-se o instrumento do Tombamento, em um rigoroso critério técnico, legal e administrativo que culmina na inscrição de um dado bem nos Livros do Tombo (Livro de Tombo Histórico, de Belas Artes, de Artes Aplicadas e de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico).

Nesse sentido, se pensarmos que a produção da cultura em seu sentido *lato*, está intrinsecamente relacionada à utilização e à relação com os bens naturais, há uma lacuna conceitual e pragmática nas diferenciações entre estas duas instâncias na política pública brasileira. As sociedades produzem cultura a partir do ambiente com o qual se relacionam, ou ainda, o próprio sentido de ambiente está intrínseco na transformação da natureza pela cultura. Os órgãos ambientais preocupam-se com os aspectos físicos e biológicos da natureza, esquecendo-se da abrangência do sentido de ambiente, e os órgãos culturais defendem o que é característico de cada grupo social. E aí está a discrepância, pois, “A pluralidade cultural constitui um patrimônio tão rico quanto à diversidade genética. A luta contra a uniformização e a desvalorização cultural é tão importante quanto à proteção de paisagens e de espécies animais e vegetais” (BRASIL(b), 2004, p.4). Nesse sentido, é relevante e urgente uma articulação entre a gestão do patrimônio cultural e a gestão do

meio ambiente e dos recursos hídricos, pois são tratados por leis diferentes, além da existência ainda da Política Nacional dos Recursos Hídricos, como veremos adiante.

A proteção dos bens naturais passa, portanto, pela revalorização e integração do sentido de cultura, tanto em seu aspecto *lato*, quanto em seu sentido pragmático, das manifestações da cultura no ambiente. As ações para salvaguarda de um não caminham sem o diálogo e a integração com as ações para salvaguarda do outro. E é justamente nesse sentido que pensamos as relações entre a integridade ecológica do rio Araguaia e a valorização dos acampamentos enquanto prática cultural tradicional. Contemplar uma dessas instâncias na complexidade acampamentos-rio Araguaia – a integridade ecológica, passa fundamentalmente pela incorporação da outra instância dessa complexidade – as práticas culturais. Por esse motivo, reforçamos que, o Estado negligencia os acampamentos e seus atores, enquanto uma prática cultural tradicional, em se tratando, sobretudo das ações de planejamento do uso das praias, considerando-o apenas sob o ponto de vista economicista e da concepção utilitarista de conservação e de impactos aos recursos ambientais – o produto turístico de sol e praia do Estado de Goiás, que deve ser “preservado” para que não se perca seus atrativos.

Em contrapartida é que defendemos o sentido formalizado do rio Araguaia e dos acampamentos enquanto patrimônio, sobretudo por concordarmos que,

A preservação de bens naturais enquanto patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece com a natureza, aos significados legendários, religiosos, míticos, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural (BRASIL(b), 2004, p.4).

Em se tratando de um bem natural relacionado, sobretudo a água, sua dimensão cultural é ainda mais significativa, pois como nos lembra Franca e Ribeiro (2010), a água está profunda e emblematicamente enraizada nas tradições culturais de todos os povos do planeta. O elemento água está presente, inclusive no conteúdo arquetípico dos seres humanos (BACHELARD, 2009; ELIADE, 1991; JUNG, 2002). É nela que nos formamos quando ainda em gestação nos corpos maternos, dela somos biologicamente constituídos, a ela nos voltamos para saciar nossas necessidades mais básicas e para compor nossos mitos (modernos ou não) e ritualizar nossas tradições. E o Araguaia, além das praias que permitem o estabelecimento dos acampamentos, é o rio das “...fluidas fontes... vem do encontro... com os ‘expoentes’ do lugar... personagens do lugar... Este lugar existe e tem um nome – *ARAGUAIA!* – que está guardado no imaginário dos povos Karajá...; dos povos

ribeirinhos; escritores, poetas, músicos, missionários...” (GRATÃO, 2007, p. 102, *grifos da autora*).

A Política Nacional dos Recursos Hídricos (BRASIL, 2005), inclusive, aponta a importância da água para as múltiplas finalidades, dedicando um capítulo aos aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais. A Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), inclui no conteúdo mínimo de Planos de Recursos Hídricos as propostas para a criação de áreas sujeitas às restrição de uso, com vistas à sua proteção. No rio Araguaia, estas áreas restritas ao uso com vistas à proteção são aquelas sujeitas pela criação de um território de restrição de uso, limitado à Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia (BRASIL, 1998) (Figura 34).

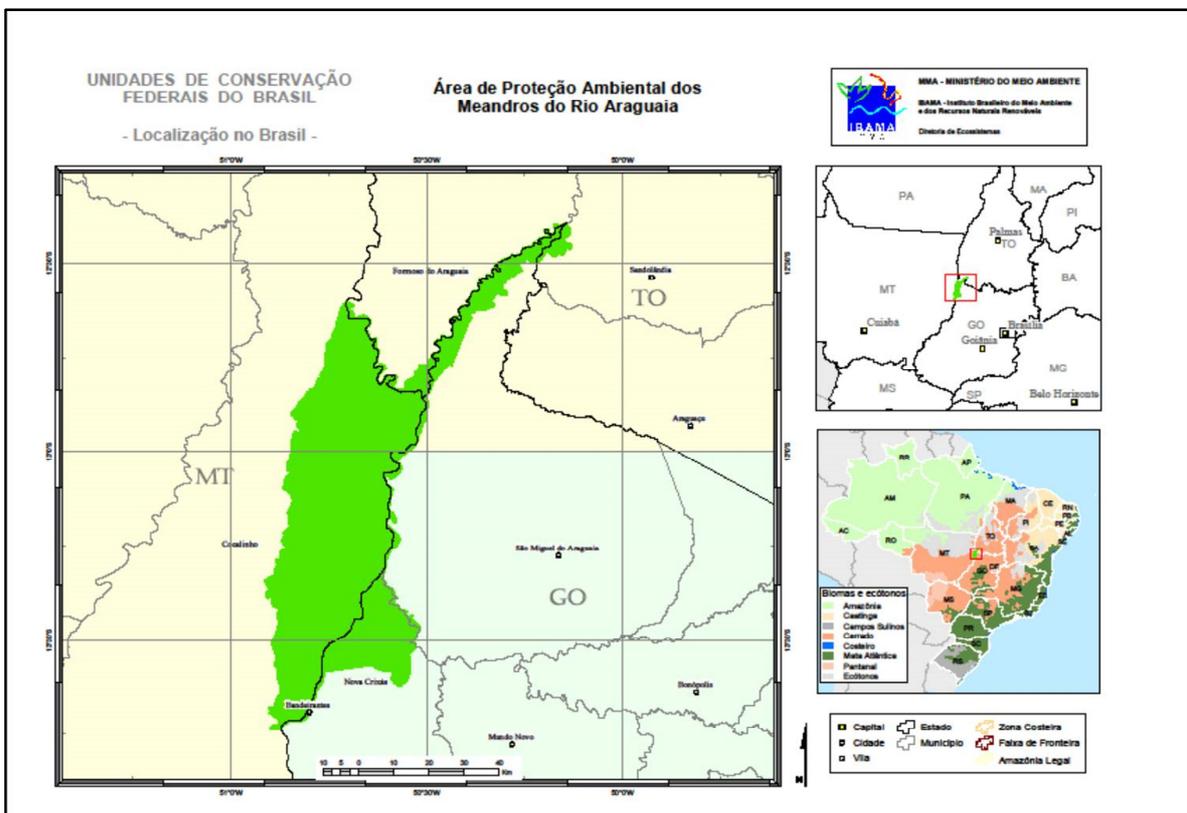


Figura 34: Localização geral da APA Meandros do Araguaia. Fonte: MMA/IBAMA, 2007.

A APA Meandros do Araguaia trata-se de uma unidade de conservação de uso sustentável (ANEXO C), mas que, no entanto estabeleceu à proibição das comunidades não-tradicionais (em detrimento aos Karajá) de uso e visitação de áreas específicas apontadas pelo zoneamento de 2003, e reforçadas anualmente pela veiculação das *Normas de Convivência*: proibido os acampamentos nas áreas “da barreira da Piedade à Boca do rio Crixás; do Táxi Aéreo ao Chapéu de Palha (Ilha do Bananal), do Wilson Ribeiro até a foz do rio Cristalino, (...) proibida a entrada de barcos motorizados nos lagos de Boca Fraca e pesca de qualquer natureza dentro da APA” (BRASIL, 2008). No entanto, a área de

abrangência da APA coincide com pontos diversos de importância quantitativa dos acampamentos, inclusive naqueles municípios em que há por parte do governo Estadual a divulgação como destino turístico. Além disso, é preciso questionar se a fiscalização sobre as restrições impostas ao território da APA é realizada e se é eficaz. Como a APA esteve fora do recorte espacial que adotamos para esta pesquisa, não nos é possível apontar nenhum dado concreto, mas apenas o questionamento. Isso pois, em se tratando da área estudada, a fiscalização é por diversas vezes apontada como ineficiente, inclusive em relação à adequação dos acampamentos à Norma de Convivência, cabendo-nos questionar sua eficiência dentro das imposições da APA.

Além disso, não desqualificando em nenhuma hipótese a importância e necessidade da criação das unidades de conservação, sobretudo no rio Araguaia, é preciso ponderar que os critérios de criação da APA não levaram em conta diretamente os impactos causados por todos os acampamentos existentes ao longo do rio Araguaia, nem tampouco, levam em conta sua importância cultural para os acampantes.

Do mesmo modo, como anteriormente mencionamos a respeito das críticas à legislação ambiental formuladas de maneira dissociada dos elementos culturais, a noção de unidade de conservação no Brasil impõe mais elementos de restrição ao uso dos “recursos naturais” do que proporciona uma reaproximação harmoniosa e que revalorize o ambiente por ela protegido perante a sociedade (RAMOS, 2006).

Nesse sentido, é que propomos a noção do rio Araguaia e dos acampamentos enquanto bens a se tornarem patrimônios, pois entendemos que, mesmo em detrimento às críticas a patrimonialização que ponderaremos a seguir, um bem natural, material ou imaterial, quando formalmente instituído enquanto um patrimônio possibilita a mudança do olhar de toda uma sociedade para com aquele dado bem. É a valorização dos aspectos simbólicos que aquele bem tornado patrimônio rerepresenta à sociedade, instituído formalmente e que se põem às vistas e a valorização pelo olhar do outro, do “de fora”, da instituição, o que é de extremo valor para “os de dentro”, para o grupo cujo afeto é suficiente para manter-lhes uma relação. A perspectiva do patrimônio, em seu instrumento de Tombamento, traz, concomitantemente, esse “selo” valorativo do bem tornado patrimônio, e certas restrições e normatização para seu uso e conservação. Além disso, o Tombamento pode ser também associado ao incentivo e à criação de outras unidades de conservação, ações que se tornam aliadas no sentido da valorização da cultura e de sua conservação.

É nessa acepção que entendemos que as ações de planejamento e educação ambiental para os acampamentos no rio Araguaia fossem consideradas, no sentido daquilo que poderia ser feito para mitigar os impactos inerentes à eles ao mesmo tempo em que os consideremos como prática cultural tradicional. A política de patrimonialização dos bens culturais, naturais, imateriais mudaria o sentido do olhar para com o rio Araguaia –

patrimônio natural, e os acampamentos – patrimônio imaterial (modo de fazer, relação simbólica, herança dos povos originais etc.).

A partir do Tombamento, por exemplo, podem ser pensados critérios mais formalizados para a utilização das praias, como o que nos sugere Ab'Saber (1987), da necessidade da criação de um plano de manejo para bens tombados, por exemplo. O autor ainda pondera que o ordenamento territorial deve se dar em níveis regional e local. As consultas públicas para a patrimonialização devem garantir a participação comunitária responsável e a legitimidade social. As comunidades científicas, técnicas, culturais, as minorias e diferentes identidades coletivas devem estar representadas e devem opinar em conjunto.

O autor faz crítica a questão dos bens tombados sem que haja critérios técnicos para sua real necessidade de tombamento e de sua manutenção enquanto um bem tornado patrimônio:

Tombar grandes espaços, situados em áreas distantes, de gerenciamento problemático, é tão inútil quanto estabelecer novos parques no papel, sem se tomar as medidas e procedimentos indispensáveis ao seu funcionamento, por meio de um correto plano de manejo, fiscalização e implantação. (...) é necessário realizar a dura e desafiante tarefa de elaboração de um “plano de manejo”, aprovado por uma comunidade esclarecida e representativa, integrando as diretrizes, posturas, projetos e subprojetos existentes nesse plano, como parte integrante do tombamento (AB'SABER, 1987, p.227).

Nesse sentido é conveniente esta, dentre tantas as críticas feitas em relação à patrimonialização. Aqui apontaremos algumas delas com o entendimento de que, mais uma vez, é preciso dialogar com as contradições inerentes à qualquer tomada de decisão em relação às instâncias de um mundo-vivido, sobretudo se pensarmos nestas mesmas contradições em sua concepção: propor a *tese*, discutir a *antítese*, para apontarmos ou nos aproximarmos de uma *síntese* que dialogue com ambos os pares, mediando de forma mais adequada estas ambiguidades.

As críticas feitas à patrimonialização envolvem, sobretudo, aspectos muito relevantes da questão, qual seja, a “invenção” de bens patrimoniais para a re-valorização dos lugares e sua comercialização enquanto lugar-atrativo turístico, da ineficiência no sentido de sua conservação, ou do questionamento do valor e da autenticidade de determinados bens tombados.

A noção do patrimônio enquanto uma construção social cujos objetivos são eminentemente utilitaristas é apontada por Peralta (2003), que se utiliza do exemplo da criação do Museu Marítimo de Ílhavo, em Portugal, para apontar como determinados “bens patrimoniais” são, criados, inventados ou construídos, no sentido literal das acepções dos termos, para dar a um local um “legado falsificado para fins de identificação coletiva, (...),

para emanar visões monolíticas do passado que visam a adesão popular aos programas políticos (...), para o uso econômico do patrimônio por via do seu aproveitamento turístico” (PERALTA, 2003, p. 86-87). A autora ainda nos explica:

Em Ílhavo, o poder político local percebeu que o turismo poderia ser uma alternativa viável para compensar o declínio de outras atividades [*à semelhança do Araguaia*]. Mas percebeu também que o produto “sol e mar” teria, pelas condições climáticas menos favoráveis e pelas tendências de crescimento identificadas para o setor turístico, que ser reconfigurado em torno de um motivo ou elemento diferenciador, que completasse a oferta existente. (...) No sentido de concretização dessa estratégia, o recém eleito executivo empenhou-se na criação do Museu Regional e Marítimo de Ílhavo... (PERALTA, 2003, p. 89-90; 90-91)

No entanto, apesar das críticas apontadas, a mesma autora reconhece e pondera o utilitarismo dos bens patrimonializados quando por seu valor de identificação simbólica que é concomitantemente dado ao patrimônio. Essa idealização de uma dada sociedade sobre quais são os seus próprios valores culturais, o patrimônio serve, nesse sentido, para fins de identificação coletiva, veiculando uma consciência e um sentimento de grupo para os próprios atores e para os demais, em uma síntese simbólica. É neste sentido, como sumariamente apontamos anteriormente, que pensamos a revalorização dos acampamentos e do rio Araguaia como uma síntese simbólica que ampare, dialeticamente, os valores culturais para a sociedade e a conservação do ambiente que proporciona tala prática cultural.

No mesmo sentido da crítica, Serpa (2007) radicalmente discute a ideia de que assistimos à emergência de novos patrimônios, reinventados a cada dia para um consumo turístico cada vez mais segmentado e diferenciado. Desse modo, o autor defende a ideia de que as práticas culturais, com sua transferência da esfera da tradição para a esfera do consumo, algumas das manifestações das classes populares vão sendo lapidadas e aperfeiçoadas como mercadoria, tornando-se espetáculo para o consumo imediato. Se considerarmos o que analisamos nos capítulos iniciais a respeito dos acampamentos terem sido inicialmente desconsiderados pela política pública de incentivo ao turismo por se tratarem de uma manifestação cultural da população local, e que à medida da sua necessidade de incorporação ao mercado do consumo, os acampamentos se transformam e passam a ser incorporados na mercadoria turística. A crítica feita por Serpa (2007) nos é bastante relevante.

Por outro lado, ela mesma reforça nossos pressupostos de que, em se tratando de uma manifestação cultural é preciso ser revalorizada como tal, e não como um “espetáculo que atenda ao consumo de massa” (SERPA, 2007, p.83). O autor irá ainda considerar, que em detrimento ao processo de mercantilização das práticas culturais em sua transformação em cultura de massa, paradoxalmente, algumas práticas culturais tradicionais só sobrevivem

com a entrada do capital, ou com as investidas institucionais para sua patrimonialização. Relativo ao Araguaia, as críticas são igualmente pertinentes, ao mesmo tempo em que nos possibilita afirmar que, como vimos ao longo do trabalho, a abertura ao capital pelos acampamentos não os desqualificam enquanto pertencentes à tradição, mesmo que numa análise mais crítica, sejam considerados em outras instâncias da tradição.

No entanto, a crítica que aponta para os patrimônios atenderem apenas a demanda do turismo, ao Araguaia podemos, momentaneamente, relativizá-la, pois as investidas ao fortalecimento do rio e dos acampamentos como produtos turísticos são esforços históricos empreendidos pelas políticas públicas para a região, mas que não se sobrepuseram à força da afetividade da prática cultural tradicional. Tornar os acampamentos e o próprio rio Araguaia patrimônios é sim, legitimar o que a afetividade e a memória dos seus atores construíram historicamente. As políticas públicas de turistificação fracassaram perante a força afetiva que dá continuidade da tradição dos acampamentos. A patrimonialização pode fornecer, além da revalorização, novos instrumentos para o ordenamento do uso do ambiente. É um importante passo para a efetiva política conservacionista, tanto das representações sociais como do ambiente, respeitando e considerando a dialética e seu movimento renovador dessa relação.

Semelhante a isso, foi o processo apontado por Sol (2004) no processo de tombamento do Pirineus Catalães, atrativo turístico significativo da divisa franco-espanhola, cujos impactos infringidos ao ambiente pela atividade turística, bem como o sentido de identidade foram considerados para o processo de seu tombamento. A autora discute a noção de patrimônio enquanto seus diversos sentidos de valor, como reproduzimos, no original, no quadro a seguir (Quadro 10).

No entanto, a partir do ambiente natural por ela estudado – a montanha, além dos sentidos atribuídos positiva ou negativamente, uma função significativa é apontada para o caso dos patrimônios naturais, e que nos serve como referência para pensarmos os acampamentos do rio Araguaia: a patrimonialização como instrumento de regulação. Nesse sentido ela nos diz:

La montagne constitue une entité géographique, économique et sociale dont le relief, le climat, le patrimoine naturel et culturel nécessitent la définition et la mise en oeuvre d'une politique spécifique de développement, d'aménagement et de protection. (...)

La patrimonialisation comme outil de régulation : c'est à ce titre que nous la considérons comme un outil de régulation: régulation sociale par le consensus obtenu, et plus encore si le PNR (*Parc Naturel Régional des Pyrénées Catalanes*) a l'efficacité attendue sur le développement local, régulation politique aussi, dans une certaine mesure, si les relations amorcées dans le cadre de l'élaboration du projet se confirment dans celui de la gestion de Parc. Dans le même temps, elle a suscité la fabrication d'une image pour un territoire: image au sens propre, et représentation commune aux multiples agents concernés. À la fois label PNR et signe

d'identité Pyrénées catalanes, c'est un moyen potentiellement efficace pour promouvoir le tourisme sur l'ensemble de la zone (SOL, 2004, p. 165 ; 170)

REGISTRE SÉMANTIQUE DE VALEUR	“ORDRE” DE LA VALEUR	CHAMP D’ETUDE ET/OU D’ACTIVATION SOCIALE	OBJECTIFS DE LA PATRIMONIALISATION	EXEMPLES DE DOMAINES OU OBJETS PATRIMONIALISÉS
Estime	Éthique	Anthropologique : rapports de la société contemporaine à la nature, à l’histoire, à la culture	Préserver, assurer la transmission (dans un état « originel »)	-Le musée de Cerdagne (double : mas Cal Mateu, hydraulique et botanique à Eyne) -Le catalan comme élément fort d’identité
Qualité	Usage	Technique : utilisation des objets patrimoniaux (aménagement, architecture, écologie...)	Faire fonctionner, faire « vivre » : pérenniser en fonction, soutenir, l’activité	-Les estives comme paysage, l’élevage comme activité : fêtes, organisation de visites... -Recueil de la mémoire orale en Conflent
Mesure	Échange	Economique : modalités d’insertion dans le marché	Attirer de nouveaux touristes, promouvoir le(s) pays, afficher un originalité	-Le Train jaune : à voir, pour voir (aménagements « paysagers » le long de la voie...) -Promotion commerciale en Catalogne Sud (Espagne)

Quadro 10 : Déclinaison de la valeur du patrimoine : quelques exemples dans les Pyrénées catalanes. Fonte: Sol (2004, p.163). No original.

É este o sentido que gostaríamos de aplicar ao rio Araguaia. As críticas empreendidas, no sentido de que as “invenções” de patrimônios são investidas políticas mercadológicas para o fomento do turismo são relevantes para pensarmos que um possível tombamento do rio Araguaia como patrimônio natural e dos acampamentos como patrimônio imaterial possam suscitar um incremento na divulgação dos mesmos, acarretando um crescimento da demanda e do fluxo turístico, o que é preciso sim ponderar. No entanto, é a contrapartida do próprio processo de tombamento é que gostaríamos de enfatizar: a revalorização do rio Araguaia e dos acampamentos como prática cultural tradicional, num reforço da própria identidade de “goianidade” e, sobretudo, na regulamentação e normatização do uso do bem natural – o Berohocy. É reconsiderar a capacidade simbólica que o rio Araguaia se transcende aos seus acampantes, o *religare* da Romaria das Águas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma leitura que se faça a respeito de uma realidade pesquisada não limita, nem tão pouco esgota as análises que se possam ainda serem feitas sob tal realidade. O rio Araguaia é um ambiente polissêmico, como pudemos sintetizar. Por esse motivo, ele mobiliza, cria, significa, interfere e é interferido por diversos campos da imbricada rede que se constitui a relação sociedade-ambiente.

Nesse sentido, a perspectiva que trouxemos em nossa leitura foi o recorte de um fenômeno cultural, os acampamentos, em suas inerentes contradições, seus aspectos simbólicos, e relacionados aos impactos ao ambiente físico que os acolhe. A partir deste recorte, e de uma leitura que é, por características próprias da constituição das ciências, incapaz de analisar o fenômeno em sua completude e complexidade, pudemos apontar, dentro das condições da leitura a que nos propusemos, e reafirmar algumas hipóteses inicialmente propostas e que aqui merecem uma revisão.

- a) A história do Estado de Goiás, em seu processo de ocupação, teve o rio Araguaia como elemento simbólico e geográfico de extrema relevância. Como acesso aos rincões dos sertões, como elemento mítico, como signo da esperança da prosperidade para os povos do oeste, seja pela ideologia da navegação ou, mais recentemente, por sua “vocação” turística.
- b) A política pública desenvolvimentista comercializou o rio Araguaia, sobretudo a partir de seus componentes bióticos e abióticos, e reservou aos acampamentos o estigma de atrativo turístico, desprezando e negligenciando os aspectos simbólicos, afetivos e memoriais que os constituem como uma prática cultural tradicional e identitária para o povo goiano.
- c) A memória coletiva a respeito das alterações ecológicas do rio são congruentes e representativas em relação aos estudos geofísicos mais recentes; reforçando o fato de que o saber popular, a partir da percepção em relação ao mundo vivido, é capaz sim de fornecer subsídios para repensarmos as práticas humanas relacionadas ao Araguaia especialmente, e ao ambiente como um todo.
- d) A afetividade é explicitada nos relatos de memória. Esse afeto pode servir como indicador da necessidade de maior ou menor intervenção do ponto de vista da sensibilização, como o índice topofílico que permitiria diagnosticar as relações e o reforço das melhores práticas com o ambiente. Isso porque, mesmo que a afetividade esteja presente na fala, as contradições ainda distanciam os significados simbólicos e o comportamento, muitas vezes discrepante sob o olhar conservacionista.

- e) As políticas para o planejamento e educação ambiental que visem o ordenamento da atividade dos acampamentos devem levar em conta as divergências e também os diálogos existentes entre os territórios estruturais e os territórios existenciais da relação acampamentos-conservação do rio. As divergências devem ser observadas no sentido de propor melhores técnicas para adequação e normatização da estrutura da atividade, como apontamos algumas proposições no capítulo cinco. Os diálogos existentes entre estas duas instâncias de uma territorialidade da relação acampamentos-rio devem ser reforçados e tomados como instrumento mais adequado de se equilibrar estas relações. As aproximações entre a tradição e o turismo devem ser encaradas por seus aspectos positivos, fortalecendo-os, analisando-os e propondo remodelações para os aspectos negativos dessa aproximação.
- f) Repensar instrumentos para o ordenamento da prática dos acampamentos perpassa pela valorização dos mesmos conforme uma prática cultural tradicional, a Romaria das Águas, sua capacidade de produzir alteridade, em sua manifestação festiva, contemplativa e sagrada. Um aprofundamento da perspectiva proposta a respeito da patrimonialização do rio Araguaia e dos acampamentos, a partir do instrumento do Tombamento, pode ser eficaz na busca do equilíbrio entre revalorização da tradição e mitigação dos impactos ao ambiente natural. Nesse sentido, se partimos do pressuposto de que a apropriação simbólica das praias do rio Araguaia para a construção dos acampamentos se constitui como uma prática cultural, a leitura do rio enquanto um patrimônio material a ser preservado, merece ser estendido aos próprios acampamentos, devendo estes ser considerados enquanto patrimônios imateriais do povo goiano, no sentido dos saberes, afetos e simbolismos inerentes aos grupos que se manifestam por meio destas práticas – os acampantes.

O rio Araguaia é um rio de águas urbanas, águas turísticas, águas afetivas. Vivem com ele, e por ele, os povos da águas, que dedicam parte de sua vivência, de seu tempo da vida cotidiana, de suas memórias afetivas, familiares e individuais, a retornarem as águas do Araguaia para se refazerem, se constituírem, ou dele tirar seu sustento e reforço para vida. O Araguaia, para os povos da águas, se constitui como um território, um campo de disputa, de complexas relações que são dialógicas e afetivas, mas também contraditórias - uma Romaria das Águas, e/ou uma espetacularização das mesmas. As políticas públicas para o ordenamento do uso das praias devem, nesse sentido, compreender e agregar essas relações, nas apropriações que esses povos fazem do rio a partir de sua ontologia.

Pensar os acampamentos no rio Araguaia em sua complexidade fenomênica, ou seja, enquanto elementos simbólicos e objetivos tecidos juntos e que compõem uma dada realidade, é uma tarefa a que desejamos nos dedicar por outros e diversos anos de pesquisa. As nossas oportunidades de aproximação com o rio Araguaia, sobretudo com os acampamentos, só aumentam nosso afeto por este ente – o Berohocy, nos instigando a aprofundarmo-nos ainda mais naquelas turvas águas, tão turvas quanto complexas. Uma infância festejada nas areias daquelas praias nos impulsionou a trabalhar pela conservação do rio como técnica em intervenções de educação ambiental. A oportunidade do trabalho técnico como educadora ambiental, na sensibilização dos acampantes nos aproximou de um universo de muito afeto e de ricas memórias, ao mesmo tempo em que nos apresentava os contrastes inerentes a uma ocupação humana em um ambiente de tamanha fragilidade ecológica. Essa aproximação com um universo tão rico e tão instigador nos suscitou o desejo de aprofundar em pesquisa nesta imbricada rede composta e gerada na relação acampamentos-conservação do rio. E aqui nos aportamos, momentaneamente. A canoa já está novamente ancorada nos portos do Berohocy, mas aguardando as oportunidades para prosseguirmos/aprofundarmos nas indagações que o rio ainda nos faz enquanto pesquisadora, cujos braços já estão sedentos para remar.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER, A. N. *Mesa redonda: O Patrimônio Natural*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nº22, p. 217 - 235, Brasília: IPHAN, 1987.
- ABRIC, J.C. *Las representaciones sociales: aspectos teóricos*. 11p-32p In: ABRIC, J.C. (org). *Prácticas sociales y representaciones*. Colección Filosofía y Cultura Contemporánea. México: Ediciones Coyoacán, 2004. 227 p.
- ALEXANDRE, F. *O Rio que "passou" em minha vida: o Caldas na narrativa dos idosos e nas representações de seus novos atores*. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- ALMEIDA, M.G. de *Em busca do poético do sertão: um estudo das representações*. In: ALMEIDA, M.G. de; RATTIS, A. J.P. *Geografia: Leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, 286 p. 71-88p.
- ARTIAGA, Z. *História de Goiás*. Relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946. II Tomo. Goiânia: editado pelo autor, 1961.
- BACHELARD, G. *A água e os Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARBOSA, A. S. *Sistema biogeográfico do Cerrado*. Alguns elementos para sua caracterização. Goiânia: Ed. UCG, 1998. (Série contribuições).
- BARROS, J. R.; ZAVATTINI, J.A. . *Bases Conceituais em Climatologia Geográfica*. Mercator, v. 8, p. 255-261, 2009.
- BARTHES, R. *A aventura semiológica*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARTHOLO, R. ; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.) *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BARTHOLO, R. *Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária*. In: Bartholo, R. ; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (org.) *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BAYER, M.; CARVALHO T.M. . *Processos morfológicos e sedimentos no canal do rio Araguaia*. Revista de Estudos Ambientais, v. v 10, p. 24-31, 2008.
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERNARDES, C. *Jângala – Complexo Araguaia*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1994. Publicação do autor.

BERTRAN, P. *Uma introdução à história sócio-econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

BORHEIN, G. *As metamorfoses do olhar*. In: NOVAES, Adauto (org) *O olhar*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 7. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRANDÃO, J, S. *Mitologia grega*. Vol.I 21ªEd. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2009.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997*. Estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm> Acesso em: 23 de outubro de 2011.

BRASIL. *Decreto de criação da APA Meandros do Araguaia*. Decreto s/n de 2 de outubro de 1998. Acesso a página digital: <<http://www.ibama.gov.br>> em 10 de novembro de 2007.

BRASIL. *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, D.F.BRASIL.

BRASIL(a). *Constituição de República Federativa do Brasil (1988)*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações de emendas constitucionais. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL(b). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. *O Patrimônio Natural do Brasil*. Brasília: IPHAN, 2004. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>> Acesso em: 10 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - MMA. *Plano Nacional dos Recursos Hídricos: aspectos socioculturais do uso da água e as sociedades tradicionais*. Vol.9 Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - MMA. Secretaria dos Recursos Hídricos. *Caderno da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia*. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <http://prnh.cnrh-srh.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Centro Nacional de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios - RAN. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. *Apostila do Curso de Educação Ambiental para o Ordenamento do Turismo no Rio Araguaia*. Goiânia: RAN/ICMBio, 2008. 104 p. mimeo

BUBER, M. *Eu e Tu*. Tradução Aquiles Von Zuben. 2ªed. São Paulo: Cortez&Moraes,1979.

CAIADO, L. *Dramas do Oeste*. História de uma excursão nas regiões da Ilha do Bananal na década de 1950. 3ªed. Goiânia: UNIGRAF, 1981.

CAMPBELL, J. *O Poder do Mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, G.L. *Turismo e geração de empregos formais: um estudo sobre os Municípios Indutores do Turismo do Estado de Goiás*. Revista Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 31, n. 1, p. 127-141, jan./jun. 2011.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CARVALHO, I.C.M; TONIOL, R. *Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da Educação Ambiental*. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient, v. especial. P.28-39, 2010.

CASSIRER, E. *Antropologia filosófica: Introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

CASTRO, S. S. Erosão Hídrica na Alta Bacia do Rio Araguaia: Distribuição, Condicionantes, Origem e Dinâmica Atual. Revista do Departamento de Geografia (USP), v. 17, p. 38-60, 2005.

CASTRO, S. S.. Solos – Degradação-erosões nas nascentes do Araguaia. Geogoiás, Goiânia, v. 1, p. 132-138, 2003.

CAVINGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. *Memória*. Revista Vivência, nº 28. Natal: UFRN, 2005.

CHAUL, N. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2. ed., Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAVEIRO, E. F. *O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas*. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA H. (org) *Geografia e Cultura*. Os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Ed. Vieira, 2008 p. 75-97.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. *Diversidade e Identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO*. Instituto de Estudos Sócio-ambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2010. Tese de Doutorado.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. *Romaria do Muquém: na fluidez do Espaço e Tempo Sagrados e Profanos*. Instituto de Estudos Sócio-ambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2002. Dissertação de Mestrado.

DALBERIO, O.; DALBÉRIO, M.C.B. *Metodologia Científica: desafios e caminhos*. São Paulo: Paulus, 2009.

DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A. C.; PEREIRA, A. Q. *Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro*. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/302.htm>> Acesso em 22 de novembro de 2010.

DARTIEGUES, A. *O que é a fenomenologia?* Trad. Maria José J.G. de Almeida. 7ª Ed. São Paulo: Centauro Editora, 1996.

DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 328 p.

DEMO. P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- DUVIGNAUD, J. *Festas e civilizações*. Trad. De F.L. Rapozo Fontenelle Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 236 p.
- ELIADE, M. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. Trad. Sônia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FIORDA NETO, E. *Anuário Turístico do Estado de Goiás*. 2ª Ed.; Goiânia: SEBRAE/GO, 1997.
- FLAMENT, C. *Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales*. 33p-52p. In: ABRIC, J.C. (org). *Prácticas sociales y representaciones*. Coleccion Filosofía y Cultura Contemporánea. México: Ediciones Coyoacán, 2004. 227 p.
- FRANCA, D.T.; RIBEIRO, M.A. *Patrimônio cultural e proteção dos recursos hídricos*. 1º Colóquio Ibero-americano sobre Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Anais.... Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/aguaecultura/anexos/Coloquio_Patrimonio_Cultural_e_RecHidricos.pdf>. Acesso em 8 de agosto de 2011.
- FRANCO, S. M. *O grande Vale do Oeste: transformações da Bacia do Araguaia em Goiás*. Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. 2003 (dissertação de mestrado).
- GEERTZ, C. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, SCOTT. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução Magda Lopez. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-123.
- GIDDENS, A. *Mundo em descontrole*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 47-60
- GOIÁS. Agência Ambiental do Estado de. *Campanha Rio Limpo 2004*. Acesso a página digital: <<http://www.agenciaambiental.go.gov.br>> Acesso em 13 de julho de 2010.
- GOIÁS. GOIÁS TURISMO. Agência Goiana de Turismo. Destinos Turísticos: Pesca – Aruanã. Disponível em <<http://www.goiasturismo.go.gov.br/br/component/content/article/36-cidades/103-aruaana.html>>. Acesso em 10 de setembro de 2011.
- GOIÁS. GOIASTUR. *Roteiro – O Turismo em Brasília e Goiás*. Ano I, nº.4. São Paulo: Ruralidade Editoras e Promoções; IMPRES, 1975.
- GOIÁS. *Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás*, nº XVII. Belo Horizonte: Gráfica São José, 196?.

GRATÃO, L.H.B. (À) *Luz da imaginação! "O Rio" se revela na voz dos personagens do lugar – ARAGUAIA!*. Revista Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 89 - 120, 1º sem, 2007.

GUATARRI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992a.

GUATARRI, F. e DELEUZE, G. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992b.

GUEDES DE AMORIM, E. Aruanã. 2ª Ed. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2007.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HATZFELD, H. *As raízes da religião: tradição-ritual-valores*. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, 284 p

JODELET, D. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1991.

JUNG, C.G. *O homem e seus símbolos*. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

KNAFOU, R. *Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo*. In: RODRIGUES, A. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOZEL, S.; SILVA, J.; GIL FILHO S.F. (Org.) *Da Percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Imagem; Curitiba: NEER, 2007.

LADRIÈRE, J. *Vida social e destinação*. Tradução de Maria Yvone da Conceição Silva. São Paulo: Convívio, 1979.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P.C. *Fundamentos econômicos do turismo*. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P.C. (org) *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 25-38.

LATRUBESSE, E. M. ; MORAES, R. P. ; AQUINO, S. ; BAYER, M. . *Análise crítica sobre o Relatório EIA/RIMA Hidrovia Araguaia-Tocantins*. Relatório técnico, 2001.

LEAL, O. *Viagem às terras Goyanas (Brasil central)*. Goiânia: UFG, 1989. Lisboa: Edição original publicada em 1892. (Coleção Documentos Goianos 4).

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEFF, E. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LIMA FILHO, M. F. *O Desencanto do Oeste: Memória e identidade na fronteira do Médio Araguaia*. Goiânia: UCG, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Hetohokÿ: um rito Karajá*. Goiânia: UCG, 1994, p. 183.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Karajá de Aruanã*. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Karajá*. Povos Indígenas do Brasil. Instituto Socioambiental, 2009. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karaja>>. Acesso em 20 de setembro de 2010

LIMA, S. C. *A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano*. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LOIOLA, S. A. *Por uma Geografia do passado distante - marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAFFESOLI, M. *O imaginário é uma realidade*. Revista FAMECOS, nº 15. Quadrimestral. Porto Alegre: agosto de 2001.

MAGALHÃES, S.M.O. *Transdisciplinaridade, Afetividade e Sensibilidade: contribuições para a formação docente*. Anais... II Simpósio sobre Educação Ambiental e Transdisciplinaridade. Goiânia, Goiás, Brasil, 2011. 12 p.

MAIA, C.E.S. *Ensaio interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras*. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248p. 191-218.

MAIA, C.E.S. *O lugar do bairro no mundo do samba*. In: ALMEIDA, M.G. de; RATTIS, A. J.P. *Geografia: Leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, 286 p.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. *Metodologia Científica*. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARIN, A.A. *Percepção ambiental e imaginário dos moradores do município de Jardins/MT*. Universidade Federal de São Carlos, 2003. Tese de doutorado.

MASCARENHAS, F. *Lazer como prática de liberdade*. Goiânia: Ed. UFG, 2003. 106 p.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MENEZES, M.A. *História oral: uma metodologia para o estudo da memória*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) *Revista Vivência*. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005.

MENEZES, Maria Aparecida de. *História Oral: uma metodologia para o estudo da memória*. In: VIVÊNCIA. UFRN/CCHLA. v.I., n.1 (jan/jun. 1983), n.28, 2005.

MIRRA, A.L.V. *Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira*. 3ªed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

MOLINA, S; RODRÍGUES, S. *Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina*. Tradução Carlos Valero. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MORAES, E. M. B. *A idéia de Natureza na prática cotidiana*. Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000. Dissertação de Mestrado.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

MUSIC, G. *Afetos e emoções*. Tradução Carlos Mendes Rosa. Conceitos da psicanálise; v.20. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 2005. 80 p.

MYNAIO, M.C de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3ª ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

NARDY, A.J.F. Geograficidade e Juricidade na formação da Política Ambiental Brasileira. In: KOZEL, S.; SILVA, J.; GIL FILHO S.F. (Org.) *Da Percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Imagem; Curitiba: NEER, 2007.

NASCIMENTO, D. T. F. ; BARROS, J. R. . *Identificação das ilhas de calor por meio de sensoriamento remoto: estudo de caso no município de Goiânia - GO/2001*. Boletim Goiano de Geografia, v. 29, p. 119-134, 2009.

OLIVEIRA, C. *Festa Religiosa Metropolitana e Santuários da Natureza: Ensaio metodológico na compreensão patrimonial dos Lugares Simbólicos*. Universidade Federal do Ceará, 2010. Mimeografado.

OTÁVIO VELHO, G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Diffel, 1976.

PEDROSO, D.M.R. Avá-Canoeiro. In: MOURA, Marlene Castro Ossami (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Ed. da UCG/ Ed. Vieira/ Ed. KELPS. Goiânia, 2006. p. 91 – 133.

PELÁ, M.C.H. *Goiânia: o mito da cidade planejada*. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PELBART, P.P. *A vertigem por um fio*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PERALTA, E. *O Mar por Tradição: o Patrimônio e a Construção das Imagens do Turismo*. Revista Horizontes Antropológicos. Ano 9, nº20, p.83-96, Porto Alegre: outubro de 2003.

PINTO, W.D.; ALMEIDA, M. (org) *Resoluções do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) – 1984-2002*. 2ªEd. Brasília: Fórum, 2002.

PORTO-GOLÇAVES, C.W. *Os descaminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

PORTO-GOLÇAVES, C.W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRODIAT. Projeto de desenvolvimento integrado da Bacia Araguaia-Tocantins. *Programação de turismo para a bacia do Araguaia- Tocantins*. Série Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério do Interior, 1985. 208 p.

QUEIROZ, M.I.P. *Relatos orais: do indivisível ou divisível*. In: Von SIMOM. O.R de M. Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

RAMOS, L. M.J. *Outros sentidos para o Ecoturismo*. Percepção e Educação Ambiental no Parque Estadual da Serra de Caldas. 230 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal

de Goiás. Goiânia: Programa de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, 2006.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e Representação Social. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção Questões da nossa época; v.41.

RESENDE, C.; SOUZA, C.M.; *O ritual do candombe e o papel dos antigos na memória do Açude*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) Revista Vivência. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005.

REYNAUD, A.T.J. *Espaço, cultura e memória: relatos de migrantes no Rio de Janeiro*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) Revista Vivência. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005. 159-166p.

RICOUER, P. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.

RISSO, L.C. *Memória Caiçara e história da vila Picinguaba: Parque estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba Litoral de Ubatuba-SP*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) Revista Vivência. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

RODRIGUES, P. M. *O povo do meio tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da ilha do Bananal*. 1993. Dissertação (mestrado). Departamento de Atropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1993.

RODRIGUES, P. M. *O povo do meio: uma paradoxal mistura pura*. In: REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v.1, n.1, 2004 – 11p- 63p Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/REP1-1/> Acesso em 18 de janeiro de 2010 às 15h37min.

ROSENDAHL, Z. Hierópolis: O Sagrado e o Urbano. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
SÁ, A.F.de A. *História e memória na era das comemorações*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) Revista Vivência. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005.

SERPA, A. *Cultura de massa versus Cultura popular na cidade do espetáculo e da 'retradionalização'*. Revista Espaço e Cultura, nº22. p.79-96 Rio de Janeiro: NEPEC, Janeiro-Dezembro, 2007.

SILVA, M.O.S. *Refletindo a pesquisa participante no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, S.B.M; CARVALHO,S.S.; SILVA, B.C.N. *Globalização, Turismo e Residências Secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência*. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Vol. 4, Nº 3, p.2-16, 2009.

SOL, M-P. *La Patrimonialisation comme (re)mise en tourisme. De quelques modalités dans les « Pyrénées catalanes »*. In : LAZZAROTI, O. ; VIOLIER, P. (org) *Tourisme et Patrimoine : un moment du monde*. Journées d'études de géographie : Colloque de Saumur, mai, 2004.

SOUZA, R.M e *Concepções de Natureza e tendências do ambientalismo: contribuições ao debate geográfico entre ambiente e paisagem no Brasil*. 136p-158p. Revista GEONORDESTE (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade

Federal de Sergipe – Ano 1, no. 2, 1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

STEIL, C.A. *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1996.

THIOLLENT, M. *Notas para um debate sobre pesquisa-ação*. In: BRANDÃO, C. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TUAN, YI-FU; *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VALE, G. *Tocantins – o rio da riqueza nacional e Impressões sobre o Araguaia* p.40-47 In: GOIÁS. *Guia Informativo e Turístico do Estado de Goiás*, nº XVII. Belo Horizonte: Gráfica São José, 196-.

VARGAS, M.A.M. *Sustentabilidade cultural e as estratégias de desenvolvimento do Baixo São Francisco*. In: ALMEIDA, M.G. de; RATTTS, A. J.P. *Geografia: Leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, 286 p. 113-131p.

WALLON, H. *As Origens do Caráter na Criança*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

ZANINI, M.C.C. *Construindo memórias, tecendo trajetórias*. In: CAVIGNAC, J.A.; VALENÇA, M.M. (org.) *Revista Vivência*. UFRN/CCHLA. v.I., n.1(jan/jun. 1983). n.28 Natal: UFRN, 2005. 115-123p.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário aplicado aos representantes dos acampamentos na região de Aruanã, em Julho de 2010.

QUESTIONÁRIO TEMPORADA DO ARAGUAIA – 2010

1. Nome do Acampamento:
 - a. Coordenadas geográficas\ponto: _____
2. Nome do Responsável (ou entrevistado): _____
 - a. Endereço: _____

 - b. Telefone para contato: _____
 - c. Data de montagem do acampamento _____ Data do desmonte _____
 - d. Quantas pessoas estão acampadas? _____
3. De qual cidade você veio: _____
4. Há quantos anos você acampa no Araguaia? _____ anos
5. Acampa sempre na mesma região? () Sim () Não () Não responderam
 - a. Porque? _____

6. Você irá acampar em que local no próximo ano? () Mesma região () Mudará de região () Não responderam
7. Você mudaria o acampamento de região? ()sim ()não
 - a. Por quê? _____

8. Ao acampar, você busca um local com: () Tranquilidade () Agitação () Paisagem exuberante () Não responderam
9. Em qual categoria é o seu acampamento? () Familiar () Comercial () Associação
10. Quanto ao custo por dia, quanto você gasta em média? () R\$ 20,00 à R\$ 40,00 () R\$ 40,00 à R\$ 60,00 () mais de R\$ 100,00
11. Você separa o lixo orgânico do Inorgânico? () Sim () Não
12. Qual o destino que você dá ao Lixo Orgânico separado? () Deposita nos postos de coleta () Enterra () Não responderam ou outro destino
13. Qual o destino que você dá ao lixo inorgânico? () levo de volta () deixo para a prefeitura coletar () deposito nos postos de coleta outros ()
 - a. O que? _____
14. Em relação ao acampamento anterior, este foi: () Muito melhor () Melhor () Mesma () Pior () Não responderam
15. Como é montado seu acampamento? () Materiais e mão de obra da cidade de origem () materiais da região e mão de obra da cidade de origem () Materiais e mão de obra da região () materiais da cidade de origem e mão de obra da região

16. Os itens de consumo utilizados no acampamento são: () traz tudo da cidade de origem
 () a maioria da cidade de origem () metade é comprada na cidade de acesso () compra tudo na cidade de acesso
17. Em relação ao ano anterior, o que você está achando da limpeza do rio este ano? () Mais limpo () Mais sujo () Poluído () Não responderam
18. O que você achou da quantidade de peixes no rio Araguaia? () Maior () Menor () Não responderam
19. No quesito fiscalização no rio Araguaia, o que você achou? () Bem fiscalizado () Muita fiscalização () Pouca fiscalização () Não responderam
20. E na organização, como se encontra o Araguaia este ano? () Mais organizado () Muita gente () Pouca gente () Não responderam
21. Você acha que o rio Araguaia suportaria turistas em que quantidade? () Menos turistas () Mesma quantidade () Mais turistas () Não responderam
22. Você concordaria com o Estado na criação de normas que restringissem a quantidade de acampamentos por período no rio Araguaia? () Sim () Não () Não sei
23. Você conhece as Normas de Convivência com o rio? () sim () não () superficialmente
24. Você acha que acampar pode causar algum impacto sobre o rio Araguaia? () Sim () Não () Não responderam
- a. Quais?

25. Você acha que os acampamentos causam algum impacto aos municípios? () Sim () Não () Não responderam
- a. Quais?

26. Você concorda em pagar licença de acampamento? () Sim () Não () Não responderam
27. E a coleta de lixo, concordaria em pagar pela coleta? () Sim () Não () Não responderam
28. Como você acha que o Estado lida com a organização das atividades turísticas no rio Araguaia? () excelente () bem () lida mal () deveria propor mais ações
- a. Sugestões:

29. Quanto a fiscalização sobre a pesca, você acha que ela deve: () Aumentar () Continuar como está () Diminuir () Não responderam
30. E quanto a fiscalização sobre os acampamentos, você acha que ela deve: () Aumentar () Continuar como está () Diminuir () Não responderam
31. Quanto a fiscalização sobre o desmatamento, você acha que ela deve: () Aumentar () Continuar como está () Diminuir () Não responderam
32. Quanto as atividades de orientação e educação ambiental, você acha que devem: () Aumentar () Continuar como está () Diminuir () Não responderam

Autorização para realização de filmagem e utilização das gravações

Eu

_____, R.G.
_____, autorizo a Universidade Federal de Goiás, na pessoa da Sra.
Laura M. Jaime Ramos, R.G. 3742091 SSP-GO, a realizar a gravação do meu depoimento pessoal,
nos formatos de áudio e vídeo, e a sua devida e respeitosa vinculação, para fins educativos e
acadêmicos.
_____, _____ de julho de 2010.

Assinatura

Apêndice B – Anotações Diário de Campo: Equipamentos e infraestruturas dos acampamentos a serem listados para a categorização das tipologias de acampamentos

- 1) Características do rancho
- 2) Material utilizado no rancho
- 3) Tipo de dormitório
- 4) Presença de barraca ou 'quarto'
- 5) Estrutura da cozinha
- 6) Há banheiro
- 7) Estrutura do banheiro
- 8) Há fossa
- 9) Estrutura da cozinha
- 10) Equipamentos e eletrodomésticos na cozinha
- 11) Equipamentos de lazer
- 12) Quantidade de embarcações
- 13) Organização do acampamento
- 14) Há funcionários para prestação de serviços
- 15) Há separação de resíduos
- 16) Limpeza do acampamento
- 17) Outras características

ANEXOS

Anexo A - Normas de Convivência com o Rio Araguaia – IBAMA - RAN/GO

1. Na instalação de acampamento não use recursos vegetais da região. Use estrutura metálica, bambu e madeira beneficiada.
 2. Todo material do acampamento deverá ser retirado no final da temporada, deixando a praia limpa.
 3. O lixo deverá ser separado. Enterre o lixo orgânico no barranco, longe da margem do rio.
 4. O lixo reciclável (plástico, papel, lata, vidro), deverá ser levado de volta para a cidade, ou depositado em locais determinados. Nunca o deixe nas margens das rodovias.
 5. Na construção de sanitários, use material biodegradável no escoramento da fossa (balaios, caixotes, trançados de palha, tábuas, bambus, etc...). Não é permitido o uso de tambores.
 6. Não é permitida a prática de cimentados nas praias e margens do rio.
 6. Não use foguetes, pois eles afugentam os animais e podem provocar incêndios.
 7. Instale abafadores nos motores dos geradores a fim de diminuir a poluição sonora e desligue-os sempre que possível.
 8. Pesque somente com linha de mão, caniço ou molinete. Não use o material predatório. Obedeça a Legislação de Pesca.
 9. Caçar é crime. Não mate nem aprisione animais silvestres.
 10. Para que o acampamento receba o Certificado de Parceiro Ambiental é necessário:
 - Cumprir as normas de convivências;
 - Participar da reunião na praia ou acampamento;
 - Avaliação técnica da percepção ambiental no acampamento ou na praia;
 - Não cometer nenhuma ação predatória;
 - Participar da reunião dos acampantes em Goiânia-GO.
 11. O acampamento deve ter identificação por meio de faixas ou placas.
 12. Proibido o uso de carro nas praias, bem como o uso de som em volume alto.
 13. Proibido acampar em praias que tenham ninhal de gaivotas numa distância mínima de 100 metros.
- OBS: Válidos somente para a APA (Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia), que se localiza do Lago do Cocal acima de São José dos Bandeirantes à foz do Cristalino, os itens abaixo relacionados:
14. A partir do ano de 2003 estarão zoneadas na APA (Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia), as áreas de acampamento e de refúgio de animais silvestres, sendo assim descritas:
 - a) Áreas Permitidas:
 - Bandeirantes entre a barreira de Piedade/GO e a entrada do Lago do Cocal/MT;
 - Luiz Alves entre a localidade do Táxi Aéreo e a Foz do Rio Crixás-Açú;
 - Benvindas entre o Chapéu de Palha e a ilha do Wilson Ribeiro.
 - b) Áreas Proibidas:
 - Da barreiras da Piedade à Boca do Rio Crixás;
 - Do Táxi Aéreo ao Chapéu de Palha;
 - Do Wilson Ribeiro até a Foz do Cristalino.
 15. Não será permitida a entrada de barcos motorizados nos lagos de Boca Fraca e pesca de qualquer natureza dentro da APA (Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia).

Anexo B - Questionário aplicado pelo IBAMA anualmente para o cadastramento dos acampamentos, e aplicado em 2004.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RÉPTEIS E ANFÍBIOS

CADASTRO DE ACAMPAMENTO

1. ÓRGÃO: () PRÓ-RIOS () SARC () RAN/IBAMA Data de cadastramento: _____

Já foi cadastrado anteriormente: () Sim Ano: _____ () Não

Conhece o trabalho do ICMBio/RAN para a conservação dos répteis e anfíbio? () Sim () Não

2. Nome do Responsável pelo acampamento:

CPF _____ CI _____
End. Residencial _____ Bairro _____
Cidade _____ UF _____ CEP _____ Fone _____
E-mail _____ Celular _____

3. DADOS DO ACAMPAMENTO

Localização do Acampamento por área

() Bandeirantes () Luís Alves () Base () Aruanã
() Cocalinho/Mt () Crixás Açú () Crixás-Mirim () Outros: _____

Nome do Acampamento _____

Praia: _____

Gps _____ Quem Montou? _____

Resp. pelo Desmonte: _____

Data da ocupação: _____ Data da desocupação: _____

Nº de componentes no Acampamento _____ Quantos praticam a pesca? _____

Quantos têm Licença? _____ Há quanto tempo acampam neste Rio? _____

Acampam em outros rios? _____ Quais? _____

Seu acampamento já participou de alguma reunião na praia em anos anteriores? _____

Quando? _____

Reunião de chefes de acampamentos? _____ Onde? _____

Já recebeu certificado do Ran? _____ Ano _____

4. VOCÊ TEM ALGUMA SUGESTÃO PARA ACRESCENTAR ÀS NORMAS DE CONVIVÊNCIA? QUAL?

5. LIXO ORGÂNICO: (lembrar a questão de plantar uma árvore no ano seguinte)

() Enterra () Deixa na praia () Joga no rio () Queima
() Leva de volta para a cidade () Prefeitura recolhe

15. LIXO INORGÂNICO:

() Enterra () Deixa na praia () Joga no rio () Queima
() Leva de volta para a cidade () Prefeitura recolhe

7. ESTRUTURA DO ACAMPAMENTO:

() Rancho de madeira nativa () Estrutura metálica () Pvc () Bambu
 () Barraca de camping () Rancho de madeira beneficiada Outros _____

8. INSTALAÇÃO SANITÁRIA (ESTRUTURA DA FOSSA) DE:

() Madeira () Pvc () Latão () Público
 () Natural () Banheiro químico Outros _____

9. NO ACAMPAMENTO EXISTE O HÁBITO DE SOLTAR FOGUETES?

() Sim () Não

10. SITUAÇÃO DO ACAMPAMENTO EM RELAÇÃO ÀS NORMAS DE CONVIVÊNCIA :

() CORRETO () INCORRETO

OBS: _____

11. AVALIAÇÃO DO ACAMPAMENTO EM RELAÇÃO À PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ACAMPANTES:

Preocupação com o destino do lixo: () Sim () Não
 Receptivo a mudanças de comportamento: () Sim () Não
 Participação nas reuniões: () Sim () Não Nº de participantes _____
 Disponibilidade para contribuir com o trabalho desenvolvido: () Sim () Não
 Manifestações positivas em relação ao rio: culto/caminhada/fotografia/poesia () Sim
 () Não

12. CONDIÇÕES DO ACAMPAMENTO APÓS O DESMONTE :

13. O ACAMPAMENTO ESTÁ APTO A RECEBER O CERTIFICADO:

() Sim () Não

JUSTIFIQUE

 Assinatura do Responsável do acampamento

 Assinatura do Entrevistador

 Assinatura do Coordenador

ANEXO C – Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia

DECRETO DE 2 DE OUTUBRO DE 1998.

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental-APA, denominada Meandros do Rio Araguaia, compreendendo as várzeas situadas nos rios Araguaia, Crixás-Açu, Verde e Cristalino, as águas interiores e áreas lagunares e lacustres, bem como as planícies de inundação e demais sítios especiais situados em suas margens, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, nos respectivos Municípios de Nova Crixás e São Miguel do Araguaia, Cocalinho e Araguaçu, com o objetivo de:

I - proteger a fauna e flora, especialmente a Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) e o Boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*), em desaparecimento na região, e as espécies ameaçadas de extinção, tais como o Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), o Veado-Campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), o Bugio (*Alouatta fusca*), a Lontra (*Lutra longicaudis*), a Jaguaritica (*Loepardus pardalis*), Onça-pintada (*Panthera onca*) e o Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*);

II - garantir a conservação dos remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual Aluvial-e Submontana, Cerrado Típico, Cerradão e Campos de Inundação, dos ecossistemas fluviais, lagunares e lacustres e dos recursos hídricos;

III - ordenar o turismo ecológico, as atividades científicas e culturais, bem assim as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;

IV - fomentar a educação ambiental;

V - assegurar o caráter de sustentabilidade da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades da APA e entorno.

Art. 2º A delimitação da APA foi baseada nas cartas topográficas de escala 1:100.000 do IBGE, folhas SD-22-X-A-II-Lagoa Grande, SD-22-X-A-IV-Corixão da Mata Azul, SD-22-X-A-V-Baianópolis, SD-22-X-C-I-Luis Alves e SD-22-X-C-IV-Bandeirantes, tendo o seguinte memorial descritivo: inicia na confluência do rio Verde no rio Javaés (braço menor do rio Araguaia), ponto 01, de coordenadas geográficas 12º23'43,66" de latitude sul e 50º08'34,41" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do rio Verde, a montante, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 26.131 m, até a confluência com o córrego Lagoa Grande, ponto 02, de coordenadas geográficas 12º30'00,93" de latitude sul e 50º13'09,88" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do carrego Lagoa Grande, a montante, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 43.088 m, até o encontro com a estrada da fazenda Pirapitinga, ponto 03, de coordenadas geográficas 12º38'13,13" de latitude sul e 50º23'27,48" de longitude oeste; deste ponto, segue por essa estrada, na direção sudeste, percorrendo uma distância de 1.110 m, até o ponto 04, nesta estrada, de coordenadas geográficas 12º38'39,96" de latitude sul e 50º23'04,23" de longitude oeste; deste ponto, segue por essa estrada, na direção sudoeste, percorrendo uma distância de 9.058 m, até o ponto 05, nesta estrada, de coordenadas geográficas 12º43'14,23" de latitude sul e 50º24'53,04" de longitude oeste; deste ponto, segue por essa estrada na direção noroeste, percorrendo uma distância de 875 m, até a lagoa do Bezerra, ponto 06, de coordenadas geográficas 12º42'55,39" de latitude sul e 50º25'14,33" de longitude oeste; deste ponto, segue na direção geral sudoeste, pelos limites das áreas de preservação permanente das lagoas do Bezerra, Grande e da Areia e respectivos canais, até a estrada da fazenda Pirapitinga, ponto 07, de coordenadas geográficas 12º46'10,18" de latitude sul e 50º26'38,82" de longitude oeste; deste ponto, segue por uma linha seca e reta, na direção sudoeste, com azimute geográfico de 219º, percorrendo uma distância de 6.577 m, até estrada da fazenda Pirapitinga, ponto 08, de coordenadas geográficas 12º48'58,76" de latitude sul e 50º28'53,29" de

longitude oeste; deste ponto, segue por esta estrada, percorrendo uma distância de 17.210 m, até o clube de pesca da Benvinda, na margem direita do rio Araguaia, ponto 09, de coordenadas geográficas 12°56'53,98" de latitude sul e 50°31'24,92" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do rio Araguaia, a montante, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 58.938 m, até a confluência com o rio Crixás-Açu, ponto 10, de coordenadas geográficas 13°19'15,19" de latitude sul e 50°36'39,25" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do rio Crixás-Açu, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 33.573 m, até defronte a fazenda Reunidas, ponto 11, de coordenadas geográficas 13°31'03,66" de latitude sul e 50°31'38,27" de longitude oeste; deste ponto, adentra na fazenda Reunidas e depois segue pela estrada de acesso a esta Fazenda, percorrendo uma distância de 10.036 m, até o divisor de águas bacia do córrego Sangradorzinho, ponto 12, de coordenadas geográficas 13°36'02,63" de latitude sul e 50°32'98,32" de longitude oeste; deste ponto, segue por este divisor de águas, percorrendo uma distância de 16.902 m, até a nascente de um córrego sem denominação, ponto 13, de coordenadas geográficas 13°34'05,49" de latitude sul e 50°38'54,56" de longitude oeste; deste ponto, segue por uma linha seca e reta, com azimute geográfico de 261°, percorrendo uma distância de 12.476 m, até a margem direita do rio Araguaia na fazenda Barreira da Piedade, ponto 14, de coordenadas geográficas 13°35'03,87" de latitude sul e 50°45'45,39" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do rio Araguaia, a montante, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 24.332 m, até defronte ao canal que dá acesso à lagoa do Cocal, ponto 15, de coordenadas geográficas 13°44'05,90" de latitude sul e 50°52'35,49" de longitude oeste; deste ponto, segue por este canal, passando pela lagoa do Cocal, e seguindo na direção geral norte/nordeste por um sistema de lagoas e canais, incluindo as áreas de preservação permanente, percorrendo uma distância de 51.478 m, até a confluência com o ribeirão das Piabas, ponto 16, de coordenadas geográficas 13°24'14,92" de latitude sul e 50°53'40,97" de longitude oeste; deste ponto, segue, a jusante, pela calha maior deste Ribeirão, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 9.537 m, até a confluência com o rio Cristalino, ponto 17, de coordenadas geográficas 13°20'56,21" de latitude sul e 50°54'41,21" de longitude oeste deste ponto, segue, a jusante, pela calha maior do rio Cristalino, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 86.498 m, até defronte a fazenda Cristalino, ponto 18, de coordenadas geográficas 12°48'24,53" de latitude sul e 50°46'13,58" de longitude oeste; deste ponto, segue por um canal que dá acesso ao rio Corixão da Mata Azul e depois, a jusante, por este rio, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 25.385 m, até a confluência com o rio Araguaia, ponto 19, de coordenadas geográficas 12°36'29,00" de latitude sul e 50°42'31,03" de longitude oeste deste ponto, segue, a montante, pelo rio Araguaia, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 58.105 m, até o início do seu braço menor (rio Javaés), ponto 20, de coordenadas geográficas 12°51'08,75" de latitude sul e 50°30'27,34" de longitude oeste; deste ponto, segue pela calha maior do rio Javaés, a jusante, incluindo suas lagoas marginais e área de preservação permanente, percorrendo uma distância de 102.235 m, até a confluência com o rio Verde, ponto 01, início desta descrição, totalizando um perímetro aproximado de seiscentos mil, seiscentos e setenta e oito metros, e uma área aproximada de trezentos e cinquenta e sete mil, cento e vinte e seis hectares.

Art. 3º Na implantação e manejo da APA Meandros do Araguaia serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - elaboração do zoneamento ecológico-econômico, a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;

II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

IV - divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN, instituída pelo Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996, junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA.

Art. 4º Ficam proibidas ou restringidas na APA, entre outras, as seguintes atividades:

I - implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;

II - realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente nas zonas de vida silvestre;

III - exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras, o assoreamento das coleções hídricas ou o comprometimento dos aquíferos;

IV - exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamente das espécies da biota regional;

V - despejo, nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente.

Art. 5º A APA Meandros do Rio Araguaia será implantada, administrada e fiscalizada pelo IBAMA, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais e municipais e organizações não-governamentais.

Parágrafo único. O IBAMA, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência, para gestão da APA.

Art. 6º O IBAMA poderá criar Conselho Gestor ou grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração, a elaboração do zoneamento ecológico-econômico e do plano de gestão ambiental.

Art. 7º Serão estabelecidas na APA Meandros do Rio Araguaia zonas de vida silvestre, de acordo com a Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988 (publicada no *Diário Oficial* da União, de 11 de agosto de 1989).

Parágrafo único. As Zonas de Vida Silvestre, de que trata o *caput* deste artigo, compreenderão as reservas ecológicas locais, mencionadas no art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nas Resoluções CONAMA nº 4, de 18 de setembro de 1985 (publicada no *Diário Oficial* da União de 20 de janeiro de 1986) e nº 10, de 1988, e aquelas a serem definidas no zoneamento, as quais ficarão sujeitas às restrições de uso para utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, nos termos do art. 225 da Constituição.

Art. 8º Os investimentos e financiamentos a serem concedidos por órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, da iniciativa privada e organismos internacionais, destinados à região compreendida pela APA, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 9º As autorizações concedidas pelo IBAMA não dispensarão outras exigências legais cabíveis.

Art. 10. As penalidades previstas na legislação em vigor serão aplicadas pelo IBAMA para preservação da qualidade ambiental do complexo da bio-região da APA.

Art. 11. O IBAMA expedirá os atos normativos complementares ao cumprimento deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Laudó Bernardes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.10.1998